

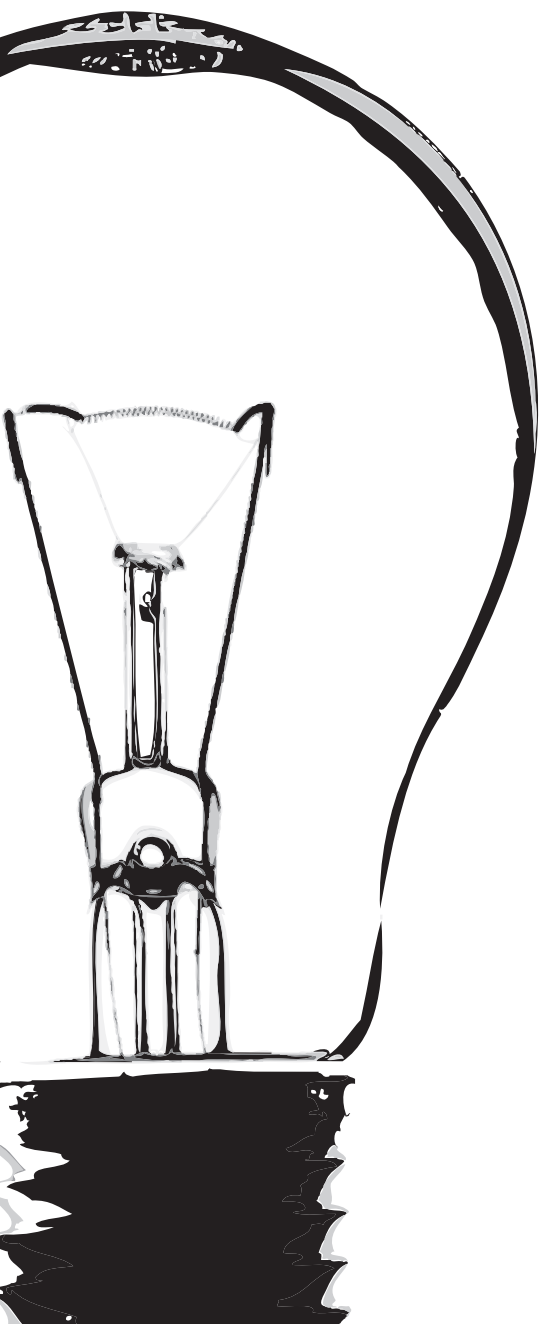
**Captação de recursos:** "Setor Dois e Meio", o ideal para sua instituição  
**Inclusão:** De portas abertas para a diversidade



BRASIL – Edição 37 – ano VII – 2008

# filantropia<sup>®</sup>

Responsabilidade Social & Terceiro Setor



## Geração de Renda

Estratégias que levam à sustentabilidade e garantem mais autonomia às organizações

Secretária nacional de Assistência Social explica a importância da sua área de atuação e opina sobre a questão das certificações concedidas às organizações sociais

Entrevista  
**Ana Lígia Gomes**



# diálogo social

## cursos e treinamentos

### Terceiro Setor



#### Aspectos Legais sobre a inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais nas Pessoas Jurídicas de Direito Público/Privado

com Talita Luci Mendes Falcão e Ricardo Curia Montemagni  
São Paulo, 8 de Dezembro



#### Leis Trabalhistas – Suas armadilhas e aplicação prática no dia-a-dia

com Dr. Rogério Martir  
São Paulo, 9 de Dezembro



#### Mudanças contábeis, normas internacionais e Elaboração do DFC para as Organizações do Terceiro Setor

com Ricardo Roberto Monello e Ivan Pinto  
São Paulo, 12 de Dezembro



#### Elaboração de Projetos Sociais: Planejamento e Execução

com Carol Zanoti  
São Paulo, 16 de Dezembro

### Outros temas abordados

- Elaboração de projetos sociais
- Marketing para organizações sociais
- Certificado de Filantropia
- Incentivos Fiscais
- Geração de renda e sustentabilidade
- Vínculo Empregatício no Terceiro Setor
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão de Institutos e Fundações
- Controle e Fiscalização de ONGs
- Imunidade e Isenções no Terceiro Setor
- Tecnologia da Informação no 3º Setor
- Departamento de Captação de Recursos
- Recursos para Projetos Ambientais
- Gestão de Recursos Humanos

### Inscrições e informações

📍 [www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)  
☎ (11) 2281-9643  
✉ [dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)

Parceira oficial  
Revista

**filantropia**  
Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Consulte-nos sobre  
cursos *In Company*

# A democracia que sempre surpreende

Nos últimos dias, diversos veículos de mídia mencionaram o indescritível poder dos Estados Unidos em surpreender o mundo. Não há como negar que tenha sido uma surpresa um dos países mais racistas do mundo eleger como seu maior representante um homem negro – mesmo tendo somente 12% de sua população da mesma raça. Assim como também sempre surpreende com malfadadas guerras e em prognósticos econômicos que desabam bolsas de todo o mundo.

No entanto, a grande protagonista dessas surpreendentes notícias que mudam o rumo da história do mundo é a democracia – o que não deveria ser, afinal, é a mais tenra expressão da vontade popular. Contudo, o poderio econômico e político e, por muitas vezes, a força da mídia, demonstra falsetes que o voto popular desmascara e põe à prova reflexões de cientistas, jornalistas e outros estudiosos do comportamento humano.

Na terceira maior cidade do mundo, elegeu-se – também pelo voto popular – um homem que até pouco tempo era um ilustre desconhecido dos cidadãos paulistanos. Com quase quatro milhões de votos, o já prefeito Gilberto Kassab derrota figurinhas carimbadas no cenário político paulistano, provando que quem dá o tom da conversa é a democracia. Em nossa Cidade Maravilhosa, o principal candidato pelas pesquisas prévias – Crivella – terminou na terceira posição, dando lugar a quem estava, três meses antes do pleito, na quarta: Eduardo Paes, que se tornou o novo prefeito do Rio. E assim acontece em diversos outros pleitos diretos.

Voltando à terra do finado Tio Sam, a crise econômica que tanto ocupa os noticiários de todo o mundo, somada a esta já comentada surpresa nas eleições, demonstra a diminuição do grande poder do Estado Americano perante a tudo que envolve o progresso do planeta. Os Estados Unidos não mais têm a soberania de mandar e desmandar na economia, passando boa parte dessa responsabilidade aos países emergentes. O G-20, que até pouco tempo era marginalizado, passa a ter apoio até do próprio George W. Bush e, conseqüentemente, de Barack Obama. Protagonista de algumas reações nas bolsas de valores, o G-20 concorre agora firmemente no cenário de ser um excelente mecanismo de força industrial que traga de volta para cima os balanços financeiros de organizações do mundo todo.



E em tempos de crise, nosso setor social também deve ficar com alguns hematomas. Empresas que desenvolvem políticas de responsabilidade social só por “fachada” devem cortar violentamente suas verbas em 2009 para a filantropia, caso fechem este ano no vermelho. Bem a calhar vem a matéria de capa desta edição – “Geração de Renda”. Mais do que nunca, o Terceiro Setor terá criatividade suficiente para driblar os problemas de escassos recursos financeiros.

Um excelente final de ano a todos os leitores, e que o pessimismo de investidores financeiros não contagiem nossos investidores sociais!

Marcio Zeppelini  
marcio@revistafilantropia.com.br

“Quando não há,  
entre os homens,  
liberdade de  
pensamento, não há  
liberdade”

Voltaire  
filósofo iluminista francês

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.  
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia.** 





**Zeppelin Editorial Ltda.**  
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana  
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil  
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe  
**Marcio Zeppelini** (MTB 43.722/SP)

Jornalista responsável  
**Thais Iannarelli** (MTB 46.415/SP)

Administração  
**Mauro Zeppelini**  
**Stefany Herrán Martins**

Coordenação de Arte  
**Adriano Aguiña**

Coordenação  
**Carolina Brascioli**  
**Daniel Picado Alvares**

Assistente Editorial  
**Cristiane Gonçalves Cabral**

Comercial  
**Hilton Rocha da Justa**

Diagramação  
**Kariné dos Santos Barbosa**  
**Rafael Tadeu Sarto**  
**Ruben Moreira da Silva**  
**Vinicius Pinheiro Mendes**

Eventos  
**Rogério Ramos Costa**

Coordenação de Revisão  
**Viviane Rodrigues**

Atendimento  
**Raquel Siqueira Gomes**

Revisão  
**Angélica Beatriz Halcsik**  
**Melina Marin de Castro**

Freelancers  
**Elaine Iorio**  
**Juliana de Souza**  
**Luciano Guimarães**  
**Valeska de Vassimon**

**Redação:** imprensa@revistafilantropia.com.br

**Publicidade:** filantropia@revistafilantropia.com.br

**Assinaturas:** assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686

Conselho editorial deliberativo

**Marcelo Monello**  
**Marcio Zeppelini**  
**Marcos Biasioli**  
**Mauro Zeppelini**  
**Ricardo Monello**

Conselho editorial de pauta

**Anísia Sukadolnik**  
**Antonio Brito**  
**Custódio Pereira**  
**Eduardo Sobo**  
**Felipe Mello**

**Fernando Credidio**  
**Livio Giosa**  
**Marcelo Estraviz**  
**Milú Villela**  
**Roberto Ravagnani**

**Idealizadores**



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

**Organizações parceiras**



www.captadores.org



www.acaovoluntaria.org.br



www.apoebrazil.org.br



www.alfasol.org.br



www.advsfbm.org.br



www.cantocidadao.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaoparte.org.br



www.gife.org.br



mcvolunt@terra.com.br



www.sp.senac.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelin Editorial Ltda. A publicação de parte ou integra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



[www.revistafilantropia.com.br](http://www.revistafilantropia.com.br)



# 12 Entrevista

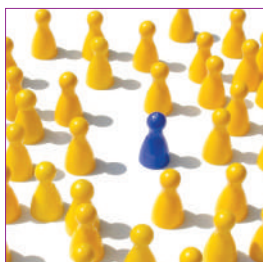
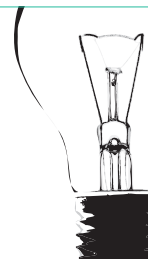
Ana Lígia Gomes

Secretária nacional de Assistência Social traça o perfil de sua área de atuação no Brasil

# 32 Capa

Estratégias sustentáveis para a geração de recursos

Iniciativas de geração de renda para as próprias instituições sociais dependem de qualidade na gestão e profissionalização



# 52 Inclusão

De portas abertas para a diversidade

Mesmo com a Lei de Cotas, a inclusão de deficientes intelectuais no mercado de trabalho ainda não é muito difundida no Brasil

# 61 Reflexão

À beira do trampolim

Diferentes atitudes que definem os rumos que a vida pode tomar



Gente que faz o bem	04	
	06	Acontece
Notícias do Planalto	10	
	16	Comunicação
Captação de recursos	18	
	20	Contabilidade
Voluntariado	38	
	40	Especial
Case empresarial	42	
	44	Gestão
Sustentabilidade	50	
	56	Data Filantropia
Mão Dupla	62	
	64	Vitrine Social



# A gestão contábil de sua organização levada a sério

## SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas  
de tradição, inovação,  
informação e agilidade



# Realizações por Minuto

Em prol do social, cantor promove apresentações beneficentes e leva alegria a diversas instituições sociais

Por Thaís Iannarelli

Roqueiro de um dos grupos mais populares e bem-sucedidos dos anos 80, o RPM (sigla para Revoluções por Minuto), Paulo Ricardo de Medeiros marcou sua presença como símbolo do gênero musical e embalou toda uma geração com sucessos como Olhar 43, Rádio Pirata, Alvorada Voraz e London London. A banda, que se desfez em 1988, vendeu mais de 3 milhões de discos durante sua existência.

Carioca, nascido no bairro da Urca, Paulo Ricardo também cursou jornalismo e já trabalhou como correspondente em uma revista de música. Porém, sua aptidão para a música falou mais alto. Após o fim da banda, o cantor iniciou carreira solo com um estilo mais voltado para o romântico, até que, em 2002, reuniu o RPM por mais um ano e lançou um CD e DVD ao vivo. Depois do novo fim da banda, em 2004, Paulo Ricardo começou outro grupo, PR.5, com o qual lançou dois álbuns. O último CD que lançou, novamente em carreira solo, leva o nome da primeira banda que montou: Prisma. Em 2008, o RPM se reuniu para lançar um box comemorativo dos 25 anos da banda.

Mesmo com a vida agitada de músico, Paulo Ricardo se engaja no Terceiro Setor fazendo o que mais gosta: leva música a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em entrevista à **Revista Filantropia**, o cantor conta sobre suas atividades na área.

**Revista Filantropia: A que se deve o seu envolvimento na área social?**

**Paulo Ricardo:** Acho que é dever de todo cidadão fazer alguma coisa para ajudar dentro da sua possibilidade, principalmente em um país tão cheio de contrastes como o Brasil, apesar de tanta coisa bacana e tanta cultura, alegria e vibração. Assim, com o tempo e com a maturidade, vamos percebendo que é muito melhor e mais eficaz fazer do que esperar que alguém faça, participar do que cobrar, e organizar também, a própria sociedade civil, do que esperar de governos que alguma coisa seja feita.

**Filantropia: Como começou seu envolvimento com as organizações?**

**Paulo Ricardo:** Tenho sorte de ter alguns amigos e amigas envolvidos com instituições, e por isso sei que estou apoiando projetos idôneos. Às vezes ficamos perdidos entre tantos movimentos. Algumas entidades, por um motivo ou por outro, têm mais acesso à mídia e conseguem mais visibilidade, mas isso não quer dizer que elas sejam mais atuantes. Então acho que a atuação é necessária dentro do que possamos saber que vai realmente ter sucesso concreto. Para mim, mais do que se preocupar com grandes feitos, é importante estar envolvido em pequenas coisas, que sejam palpáveis dentro do seu âmbito, ou seja, não procurar salvar o mundo, mas ir aos poucos, de grão em grão. Tenho a sorte de poder levar música e alegria às instituições. Sei que é algo subjetivo, e eu até adoraria construir casas ou escolas, mas dentro da minha atividade,



Paulo Ricardo brinca com criança em evento da Casa Hope

é muito prazeroso e há um retorno muito emocionante.

**Filantropia:** *Quais são os tipos de ação social que você realiza?*

**Paulo Ricardo:** Uma das coisas que faço é utilizar a visibilidade na mídia para chamar a atenção para alguns projetos. Então, com essa ferramenta maravilhosa que temos hoje, a internet, coloco vídeos e divulgação de entidades no meu blog. Outra maneira de ajudar é fazendo shows nas instituições.

**Filantropia:** *Quais instituições você costuma apoiar?*

**Paulo Ricardo:** São várias, mas uma entidade com a qual já estou envolvido há algum tempo é a Casa Hope, que atende crianças com câncer. Aproximadamente duas vezes por ano fazemos o show da organização, e eu fico muito emocionado de poder estar em contato direto com as crianças. Tem também o Projeto Velho Amigo, que apoio há aproximadamente três anos. Faço o show anual e também algumas apresentações na própria casa, porque acho importante ter o contato com as pessoas envolvidas, sejam elas crianças, adolescentes, adultos ou idosos. Este ano ainda vou fazer um show para as crianças do Projeto Florescer e também da AACD, o que é uma alegria indescritível, porque, muitas vezes, elas têm mais dificuldade para ir a um evento de grande porte. Atualmente tenho tentado também chamar a atenção para uma organização chamada Doe Vida, que procura facilitar o trâmite da doação de órgãos no Brasil, muito burocratizado e difícil.

**Filantropia:** *E como você entra em contato com essas instituições?*

**Paulo Ricardo:** Acabo tendo contato com as organizações que me procuram, ou com aquelas que tenho a possibilidade de encontrar em programas de TV, então acaba sendo algo mais pessoal. Acho muito bom poder fazer isso, porque você estar ali, fisicamente próximo, participando, é bem diferente de fazer uma doação, por exemplo.

**Filantropia:** *Em sua opinião, como a música e a arte podem beneficiar as pessoas?*

**Paulo Ricardo:** É uma coisa mágica. Na hora em que a música está se manifestando, ela gera um tipo de emoção que cria uma realidade paralela, leva a cabeça e o coração para outro lugar, outra realidade da imaginação e dos sentimentos. A gente pode, de repente,



Show beneficente na Casa Hope

animar ou empolgar uma criança que está vivendo uma época de muitas possibilidades. Muita coisa pode acontecer ainda com uma criança. Então, para ajudar na sua evolução, cantamos hinos eternos, como Imagine, do John Lennon, ou músicas famosas, como Vida Real, da abertura do programa Big Brother Brasil, que fala de superar dificuldades. Além disso, o formato do show, os músicos tocando, é algo diferente. A música em si também tem uma energia especial, a união das palavras com a melodia. Principalmente na linguagem do pop rock, que é muito estimulante, então, considero como uma injeção de ânimo.

**Filantropia:** *Como você analisaria o Terceiro Setor no Brasil?*

**Paulo Ricardo:** Acho que existe muito burocracia. Se você quer fazer alguma doação ou algo do tipo, há tanta burocracia que a pessoa é capaz até de desistir. Por isso prefiro agir de maneira mais institucional. Penso também que deve haver incentivos governamentais e fiscais, planos que estimulem as pessoas de que a ação social seja algo mais prático. Além disso, sinto que falta informação, item fundamental. Muitas vezes as pessoas não sabem o que fazer ou como fazer o voluntariado, por exemplo. Deveria haver mais informação, pelo menos nas estruturas públicas, ou redes de televisão públicas. Eles gastam tanto dinheiro para proclamar os feitos, e nada para orientar.

**Filantropia:** *O que você acha da influência do engajamento de artistas na área social?*

**Paulo Ricardo:** Vivemos atualmente em uma cultura de celebridade, diferente de quando eu comecei, há mais de 20 anos. Ocupa-se muito o espaço da mídia com a vida das pessoas famosas, não em relação ao trabalho, mas ao que elas estão fazendo mesmo. Se isso serve para alguma coisa, deveria ser para jogar o foco em responsabilidade e conteúdo, e não só deixar que caia na futilidade e no comércio. Então acho que alguns programas de fofoca, por exemplo, poderiam usar um pouco desse espaço e disponibilizar para outro foco. Os artistas têm uma visibilidade na mídia e isso vai ser bom, se for usado de maneira generosa, para o bem.

**Filantropia:** *Se você pudesse fazer um pedido para beneficiar o mundo, qual seria?*

**Paulo Ricardo:** Poderia pedir para que não levássemos as coisas ao extremo, se fosse possível resolver todas as questões até o ponto em que não se chegasse à violência, guerra e injustiça com os mais fracos. Além disso, poucas pessoas têm um tanto e tantos não têm absolutamente nada. Então também pediria para acabar com a miséria. Vemos no nosso país tanta miséria, e isso é muito triste. 🌱

### Links

📍 [bloglog.globo.com/pauloricardo](http://bloglog.globo.com/pauloricardo)  
[www.aacd.org.br](http://www.aacd.org.br)  
[www.doevida.org.br](http://www.doevida.org.br)  
[www.hope.org.br](http://www.hope.org.br)  
[www.ongflorescer.com.br](http://www.ongflorescer.com.br)  
[www.velhoamigo.org.br](http://www.velhoamigo.org.br)





WILLY ETEEL

Ana Moser, presidente do Instituto Esporte Educação, a cantora Daniela Mercury, Germán von Hartenstein, diretor-geral da ESPN no Brasil, e Marie-Pierre Poirier, representante do UNICEF no Brasil, na abertura do evento.

## 1º Fórum Caravana do Esporte e Caravana da Música

Dois projetos sociais do canal de televisão ESPN, Caravana do Esporte e Caravana da Música, realizaram um encontro para debater o papel do esporte e da arte como ferramentas de educação. O Fórum foi realizado pelo ESPN em parceria com o Unicef, o Instituto Esporte Educação e a cantora Daniela Mercury e reuniu educadores e representantes de todos os municípios já atendidos pelos projetos para três dias de reflexão, avaliação e troca de experiências. O objetivo é continuar os trabalhos desenvolvidos e aplicar políticas públicas. Em quatro anos de ação, os projetos já visitaram 32 cidades em 15 estados do Brasil, atendendo mais de 60 mil crianças e 9 mil professores da rede pública de ensino.

**i** <http://espnbrasil.terra.com.br/caravanadoesporte>

## Conexões sustentáveis

O Movimento Nossa São Paulo e o Fórum Amazônia Sustentável, articulações multissetoriais construídas por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e empresas, realizaram o seminário "Conexões Sustentáveis: São Paulo-Amazônia Legal", em outubro. O objetivo foi debater sobre as responsabilidades e interesses em relação à Amazônia, já que a cidade de São Paulo é, atualmente, o maior e mais importante centro consumidor, processador e distribuidor de produtos vindos de lá, situação que ainda é predatória devido ao pouco controle sobre os impactos na floresta. Nos dois dias do evento estiveram presentes lideranças locais e nacionais, e foram apresentados estudos sobre economia e biodiversidade.

**i** [www.forumamazoniasustentavel.org.br](http://www.forumamazoniasustentavel.org.br)  
[www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br)



TATIANA CARDINAL

Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, fala durante seminário



AGÊNCIA PETROBRAS DE NOTÍCIAS

Carlos Torres, gestor de projetos ambientais da Petrobras, durante evento

## 1º Encontro Latino-Americano de Comunicação e Sustentabilidade

Realizado pelo Instituto Envolverde, o encontro colocou em pauta assuntos relacionados à sustentabilidade em três linhas temáticas: a Amazônia, a água e a energia. A escolha dos temas se baseou na grande importância que eles têm para a mídia, empresas e governos, sendo que o papel da comunicação social, nesse contexto, é acompanhar os esforços e oferecer uma visão integrada das iniciativas. O evento reuniu profissionais dos meios de comunicação e assessorias para mostrar as diferentes vertentes dos assuntos abordados. Entre os palestrantes estava Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora do Acre, que falou sobre sua vivência política e sobre sustentabilidade em vários aspectos, ponderando que é necessário, antes de tudo, atingir a equivalência ética para colocar os conhecimentos técnicos em prática.

**i** [www.envolverde.com.br](http://www.envolverde.com.br)



DIVULGAÇÃO

Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace, Jodie Thorpe, gerente para economias emergentes da SustainAbility e Fernando Almeida, presidente executivo do CEBDS

### Ciclo Sustentável 2008

O quinto encontro do Ciclo Sustentável 2008, promovido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), reuniu especialistas de diversos setores da sociedade para debater assuntos ligados ao combate ao desmatamento, uso sustentável da terra e novas técnicas agrícolas. O ciclo de eventos começou em março e terminou em setembro, com sede em diferentes cidades do Brasil. De acordo com o presidente executivo do CEBDS, Fernando Almeida, a idéia foi levar a discussão sobre sustentabilidade para outros lugares, deixando a prática de manter os debates apenas no eixo Rio-São Paulo.

[www.sustentabilidade.org.br](http://www.sustentabilidade.org.br)

### Sorriso do Bem

No dia 29 de setembro aconteceu a terceira edição do Sorriso do Bem, premiação anual da organização Turma do Bem, que tem como objetivo informar a sociedade sobre a importância da saúde bucal e, ao mesmo tempo, conscientizar os profissionais da área sobre os impactos socioambientais de sua atividade. O prêmio homenageou 37 dos voluntários que se destacaram no projeto Dentista do Bem ao longo do ano em suas cidades, e reuniu artistas como Daniela Cicarelli, Preta Gil e Tarcísio Filho. O projeto conta com 4 mil dentistas voluntários nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

[www.turmadobem.org.br](http://www.turmadobem.org.br)



FOTOGRAFOS VOLUNTARIOS TURMA DO BEM

Os atores Marcelo Mansfield, Mika Lins, Mônica Torres, Lú Grimaldi e Tarcísio Filho e as crianças Alexander da Silva e Jéssica Monteiro



THAIS IANNARELLI

Palestra realizada durante o evento



THAIS IANNARELLI

Autodefensor fala na abertura do evento

### Ranking Benchmarking

Na edição 2008 do Ranking Benchmarking dos Melhores da Gestão Socioambiental do país, 30 instituições apresentaram soluções inovadoras em benefício ao meio ambiente e à sociedade. A avaliação é parte do programa Benchmarking Ambiental Brasileiro, iniciativa independente apoiada por entidades representativas e corpo técnico internacional há seis anos. As instituições escolhidas são modelos de gestão que servem de exemplo para outras corporações. A lista dos 30 escolhidos está disponível no site.

[www.benchmarkingbrasil.com.br](http://www.benchmarkingbrasil.com.br)

### XXIII Congresso Nacional das Apaes e IV Fórum de Autodefensores

Entre os dias 4 e 7 de novembro aconteceu em Vitória o XXIII Congresso Nacional das Apaes e o IV Fórum de Autodefensores. O tema do encontro foi "a diversidade no ciclo de vida do indivíduo, da família e da sociedade" e a abordagem se deu em torno de assuntos como exclusão e inclusão social, diversidade e regionalismo, gestão de redes sociais, políticas públicas e igualdade de oportunidades. O congresso é tradicional e acontece, desde 1963, de três em três anos, com focos em diferentes áreas relacionadas à pessoa com deficiência. Neste ano, junto com o evento aconteceu o IV Fórum Nacional de Autodefensores nacionais e estaduais. O autodefensor é um aluno ou aluna da Apae eleito pelos companheiros para representá-los, tendo presença assegurada em todos os eventos oficiais e reuniões da diretoria da entidade.

[www.apaebrasil.org.br](http://www.apaebrasil.org.br)





DIVULGAÇÃO

Palestra de Marcio Zeppelini

## II Seminário Internacional de Acessibilidade

O II Seminário Internacional de Acessibilidade: o Portal para a Cidadania Plena aconteceu em setembro, em Salvador, e reuniu aproximadamente 800 pessoas. Durante o evento, que aconteceu como parte das comemorações dos 40 anos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador (Apaes Salvador), foram discutidos temas das áreas de saúde, educação e trabalho para a pessoa com deficiência e assuntos polêmicos, como o fim das escolas especiais e uso de terapia celular no tratamento de doenças. Um dos palestrantes do evento foi Marcio Zeppelini, editor-chefe da **Revista Filantropia**, que falou sobre a sustentabilidade no Terceiro Setor.

**i** [www.apaesalvador.org.br](http://www.apaesalvador.org.br)

## 4º Encontro Paulista de Fundações

Promovido pela Associação Paulista de Fundações (APF), o 4º Encontro Paulista de Fundações reuniu mais de 500 pessoas e abordou temas ligados ao cenário das fundações no Brasil e no mundo. A presidente da APF, Dora Sílvia Cunha Bueno, fez a abertura do evento e salientou a importância do encontro. No primeiro painel, o juiz de direito da Comarca de Campinas, José Henrique Rodrigues Torres, falou sobre as fundações em São Paulo. Depois, o procurador da justiça de Minas Gerais, Tomáz de Aquino Resende, fez uma palestra sobre as fundações no Brasil, seguido pelo presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon), José Maria Chapina Alcazar, que falou sobre a legislação tributária e a transparência na gestão. A palestra ministrada pelo presidente da Fundação Jeans Yves-Neveus, Eduardo José Vantii Sancho, foi sobre as fundações no mundo, com dados sobre instituições dos Estados Unidos e Europa. O evento acabou com a fala de David Ulisses Brasil, representante do secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Junior, que falou sobre o projeto de lei 3.021/08, que trata das certificações dadas às organizações sociais.

**i** [www.apf.org.br](http://www.apf.org.br)

## Seminário Articulação da Agenda Criança Amazônia

No dia 26 de agosto aconteceu o Seminário Articulação da Agenda Criança Amazônia, em Manaus. Promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o objetivo do evento foi dar continuidade ao compromisso assumido no 1º Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, realizado em maio, quando o Unicef apresentou os compromissos com os direitos da criança e do adolescente, denominados Agenda Criança Amazônia. Ao aderir ao projeto, cada município compromete-se a melhorar, até 2012, indicadores sociais como taxa de pobreza, mortalidade infantil, registro civil, trabalho infantil, acesso à água, registro civil, entre outros.

**i** <http://unicef.org.br>



DIVULGAÇÃO

Léa Della Casa Mingione, fundadora do Graacc, e o governador José Serra durante evento

## Convocc 2008

Aconteceu em outubro o XV Congresso Nacional de Voluntários e Instituições de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer (Convocc), realizado pelo Graacc em parceria com a Universo e a União Norte e Nordeste de Entidades de Apoio às Crianças e Adolescentes com Câncer (Uneacc). O tema do evento foi "A aliança entre o serviço público, a comunidade, o empresariado e as instituições de ensino no combate ao câncer infanto-juvenil", e o objetivo foi a reflexão sobre as parcerias entre esses setores durante duas conferências. Em sua 15ª edição, o evento contou ainda com estandes que divulgaram experiências exemplares no tratamento da doença.

**i** [www.graacc.org.br](http://www.graacc.org.br)



PEDRO IVO/UNICEF

Articuladoras estaduais da Agenda Criança Amazônia e representante adjunto do Unicef no Brasil, Manuel Buvnich, na mesa de abertura do seminário





DIVULGAÇÃO

Apresentação durante o Prêmio Investidor Social

### Prêmio Investidor Social

A entrega da 9ª edição do Prêmio Investidor Social, da Instituição Assistencial e Educacional Amélia Rodrigues, aconteceu no Teatro Municipal de Santo André e homenageou 60 empresas da região que colaboram mensalmente com a organização. O Projeto Investidor Social foi criado para gerar recursos para a manutenção dos projetos socioeducativos da instituição por meio da mobilização de empresas que podem atuar como agentes transformadores da sociedade. Dentre os benefícios, a instituição oferece a essas companhias o uso de um selo que pode ser aplicado em materiais corporativos e site, como forma de reconhecimento do apoio dado aos projetos. A Instituição Amélia Rodrigues atende crianças e jovens de baixa renda da região do ABC proporcionando o desenvolvimento de suas capacidades físicas e emocionais.

**i** [www.investidoresocial.org.br](http://www.investidoresocial.org.br)

### Economia Criativa

O seminário internacional Crie Futuros / Economia Criativa, promovido pelo Senac São Paulo, abordou o tema atualmente considerado pela ONU como uma das grandes estratégias de desenvolvimento do século 21. Isso se deve ao fato de a economia criativa se basear em recursos inesgotáveis e multiplicáveis, ou seja, a cultura e a criatividade. O encontro, com concepção e coordenação da Enthusiasmo Cultural, é uma experiência para o conceito Crie Futuros, que tem como meta apresentar instrumentos colaborativos, lúdicos e inovadores para gerar visões de futuros positivos.

**i** [www.criefuturos.com.br](http://www.criefuturos.com.br)

### Objetivos do milênio

De acordo com o relatório "Preços dos produtos básicos, fluxos de capital e financiamento do investimento", desenvolvido na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), a maior parte dos países em desenvolvimento não poderá atingir o objetivo do milênio de reduzir a pobreza pela metade, a não ser que haja um aumento anual da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) de mais de US\$ 50 bilhões. Entre as observações, o texto enfatiza que a Declaração do Milênio coloca em primeiro plano os objetivos de desenvolvimento humano, mas às custas do crescimento econômico em longo prazo. A Unctad ainda considera que a ajuda aos serviços sociais é essencial, mas a redução sustentada da pobreza depende da intensificação do aumento da receita e da geração de empregos.

**i** [www.unctad.org](http://www.unctad.org)



VALTER CAMPANATO/ABR

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento



MARCIO EDWARDS

*Milton Nascimento e a estada do coração Marcio Edwards*

Foto de Milton Nascimento na exposição

### Retratos Exemplares

Em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, celebrado em 1º de outubro, o Projeto Velho Amigo lançou a exposição fotográfica Retratos Exemplares, na Fiesp. Com produção de Márcio Scavone e curadoria de Giovanna Nucci, a exposição mostrou personalidades do contexto nacional, como Fernando Henrique Cardoso, José Mindlin, Hebe Camargo, Milton Nascimento e Marília Pêra. Todos os fotografados colaboram com a inclusão do idoso carente na sociedade para que seus direitos sejam respeitados. O Projeto Velho Amigo existe desde 1999 e tem como objetivo valorizar a participação do idoso na sociedade e captar recursos para que eles tenham condições dignas de vida e moradia.

**i** [www.velhoamigo.org.br](http://www.velhoamigo.org.br)

## Desigualdade social em queda

De acordo com as primeiras análises dos números divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2007), 13,8 milhões de brasileiros mudaram de estrato social entre 2001 e 2007. Considerando-se a divisão da população brasileira em três faixas de rendimento, mais de 10 milhões de pessoas deixaram a faixa do um terço mais pobre (que recebe até R\$ 546,66 de renda familiar) e passaram para a faixa intermediária (com renda familiar de até R\$ 1.350,82). Além disso, o grau de desigualdade de renda caiu de maneira acelerada, e declinou 7% entre 2001 e 2007. O estudo da Pnad ainda analisou o mercado de trabalho, previdência, trabalho infantil, população, família e envelhecimento, gênero, saneamento básico, habitação, juventude, raça e educação.

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)



Jorge Abrahão, diretor de Estudos Sociais do Ipea, durante apresentação da série Pnad 2007



Presidente Lula e o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, com óleo extraído da camada pré-sal nas mãos

## Pré-sal

Para saber quais são as melhores estratégias para lidar com a descoberta da camada do pré-sal, faixa que se estende por 800 km entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina abaixo do leito do mar, foi realizado o estudo "Um novo marco legal para pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural". Lançado pela Consultoria Legislativa da Câmara, o estudo é do autor Paulo César Ribeiro Lima, consultor da área de recursos minerais, hídricos e energéticos, e defende que o governo participe dos resultados dessa exploração e tenha maior controle da riqueza. Isso se daria pela criação de uma empresa pública que não concorreria com a Petrobras ou com as outras companhias.

[www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br)

## Pela juventude

Com o olhar voltado para os jovens, a Câmara aprovou muitas propostas voltadas a esse público, e, atualmente, analisa aproximadamente mais de 70 delas. Um exemplo é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que passou por alterações e ampliou sua abrangência para quase 1 milhão de pessoas. Além dele, há também o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos a universitários de baixa renda. Tantas propostas são reflexos da relevância da população de 15 a 29 anos na sociedade e economia brasileiras.

[www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br)

## Integração entre Brasil e África

Dirigentes de Angola, Gana, Moçambique, Namíbia, Quênia e Tanzânia vieram ao Brasil para conhecer os programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O objetivo foi trocar experiências com o governo brasileiro e buscar novas opções de políticas para serem implantadas em seus países. O encontro começou com o Seminário de Proteção e Promoção Social em Países Africanos, organizado pelo MDS, Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e Centro Internacional de Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Durante a missão foram apresentados programas, como o de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Restaurantes Populares, Cisternas e Bolsa Família.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



Presidente Lula durante abertura do evento

## 1º Salão de Projetos para Investimentos em Negócios Sustentáveis

Realizado durante a quarta edição da FIAM2008, o 1º Salão de Projetos foi promovido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em parceria com o Banco da Amazônia. O objetivo do evento foi reunir investidores e candidatos a investimentos que tenham projetos inovadores para gerar negócios, para que novas parcerias pudessem levar ao desenvolvimento de produtos sustentáveis para o mercado. Dos 45 projetos inscritos, 22 foram aprovados, e estes vão desde notebooks com apliques de madeiras da Amazônia até biojóias ecologicamente corretas.

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)



## Transplante de órgãos

Em setembro, o ministro da saúde, José Gomes Temporão, lançou um conjunto de medidas para ampliar o número de transplantes feitos no Brasil. Assim, haverá o reajuste de até 40% no valor pago pelos transplantes, bonificação de 100% na remuneração de procedimentos realizados pelas equipes de captação de órgãos que resultarem efetivamente em transplante, e autorização para que os hospitais particulares passem a retirar órgãos para doação com o custeio pelo SUS. As medidas devem gerar um impacto anual de R\$ 60 milhões nos gastos com procedimentos para transplantes. Outra iniciativa é facilitar a realização de exames exigidos para a inclusão de um paciente na lista de espera por transplante pelo SUS. Atualmente, cerca de 72 mil pessoas aguardam pelo procedimento no Brasil.

[www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)



O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anuncia conjunto de medidas do Sistema Nacional de Transplantes

## Mais investimentos em programas para a infância

De acordo com o Sistema de Monitoramento do Investimento Criança (SimIC), desenvolvido recentemente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para monitorar a execução orçamentária do governo federal na área da infância e da adolescência, os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) aumentaram em 27% para esse tipo de ação. Em 2006, o investimento federal era de R\$ 31,6 bilhões e, em 2008, até setembro, chegou a R\$ 46,8 bilhões. Segundo o oficial sênior de programas do Unicef no Brasil, Manuel Buvnich, foram considerados para a análise do Investimento Criança 15 programas e 38 ações do governo federal. Os dados são atualizados periodicamente, e o sistema pode ser visualizado na internet.

[www.investmentocrianca.org.br](http://www.investmentocrianca.org.br)

## Crédito para previdência e combate à fome

O projeto de lei 19/08, do Executivo, que abre crédito suplementar em favor dos ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social, foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. Os recursos serão aplicados na modernização do sistema de Previdência Social, na implantação de bancos de alimentos e mercados públicos e na estruturação de redes de serviços e proteção social.

[www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br)



José Tubino, Patrus Ananias e Renato Maluf na abertura da Semana Mundial da Alimentação

## Semana Mundial da Alimentação

No dia 15 de outubro, véspera do Dia Mundial da Alimentação, aconteceu o seminário "Semana Mundial da Alimentação: os desafios para a segurança alimentar e nutricional e as respostas do governo brasileiro". Promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Consea, o objetivo foi destacar as ações do Brasil no combate à fome e ressaltar sua importância como exportador. Na abertura do evento estavam Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Renato S. Maluf, presidente do Consea, e José Tubino, representante da FAO.

[www.presidencia.gov.br/consea](http://www.presidencia.gov.br/consea)

## 20 anos da Constituição Federal

No dia 5 de outubro, a Constituição Federal do país completou 20 anos. A Carta Magna brasileira ampliou o bem-estar social no país, no que se refere aos direitos dos trabalhadores e das minorias, além de apontar políticas de inclusão e justiça social. A assistência social também adquiriu estatuto de direito, compondo, junto com a saúde e a previdência, o tripé da seguridade social. Um dos avanços notados com a Constituição de 1988 foi a instituição do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC), que garante um salário mínimo mensal a idosos com mais de 65 anos que não recebam aposentadoria e pessoas cuja deficiência incapacite para o trabalho, quando a renda familiar *per capita* for inferior a um quarto do salário mínimo.

[www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)



Cerimônia comemorativa dos 20 anos da Constituição, no Palácio do Planalto



# Ana Lígia Gomes



Secretária nacional de Assistência Social traça o perfil de sua área de atuação no Brasil e opina sobre a questão amplamente discutida das certificações concedidas às organizações do Terceiro Setor.

Por Thaís Iannarelli

Vinte e cinco anos de dedicação e trabalho na área social fazem parte do histórico profissional de Ana Lígia Gomes, atual secretária nacional de Assistência Social pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Formada pela Universidade de Brasília (UNB), é servidora de carreira do governo do Distrito Federal e considera-se militante da área.

Durante esses anos de atuação, ocupou o cargo de conselheira do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região, no Distrito Federal e, depois, do Conselho Federal (CFESS), por dois mandatos. Como representante da sociedade civil nos segmentos dos trabalhadores, também já foi conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A secretária, que ainda é mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), participou da construção e da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), assim como da história da assistência social pós Loas e, antes de ocupar o cargo atual, foi diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da mesma secretaria.

Nesta entrevista à **Revista Filantropia**, Ana Lígia fala sobre a atuação da Secretaria no cenário brasileiro atual e sobre as mudanças nas certificações dadas às organizações sociais após a Operação Fariseu, que descobriu as fraudes que aconteciam no momento da cessão dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS) às instituições.

**“Temos o dever e o compromisso de implantar o direito no lugar do favor; o dever legal no lugar do dever moral. E o Estado é o promotor primaz”**

**Revista Filantropia:** *Como você definiria o panorama da assistência social no país atualmente?*

**Ana Lígia:** Estamos em um processo de construção complexo e decisivo para a afirmação da assistência social como direito das pessoas e dever do Estado. Não é um processo linear. Muitas vezes, o novo e o velho coexistem. Temos o dever e o compromisso de implantar o direito no lugar do favor; o dever legal no lugar do dever moral. O Estado é o promotor primaz. Temos avançado, sem dúvida. Este lugar da política é irreversível, porque sua construção vem do compromisso do movimento e foi muito bem acolhido por este governo. Temos que investir cada vez mais em capacitação, na capacidade de gestão e administração dos municípios e na profissionalização e vínculo efetivo dos trabalhadores da área.

**Filantropia:** *E a atuação da Secretaria?*

**AL:** O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), tem se esforçado para cumprir seu papel de coordenador nacional, normatizador e co-financiador da área social. O resultado desse esforço é reconhecido como decisivo. Apostamos na relação democrática com os entes federados parceiros e na descentralização. Temos várias regulamentações importantes, desde a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), até a Norma Operacional Básica (NOB) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH). Há muitos decretos e portarias, e também formulamos um plano decenal para a assistência social, que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e está em execução. Nosso orçamento tem crescido. Estamos financiando ações que até então não contavam com a presença do governo federal. Neste momento, estamos com um projeto de lei no Congresso Nacional que aperfeiçoa a Loas e dá mais legitimidade e consistência ao Sistema Único de Assistência Social (Suas).

**Filantropia:** *Sobre a implantação da medida provisória 446, que traz mudanças para ceder as certificações às entidades sociais, qual é o papel da Secretaria na análise das entidades?*

**AL:** Cabe ao MDS, por meio da SNAS, aferir o mérito do trabalho das entidades sem fins lucrativos no tocante à assistência social e vinculá-las ao Suas. Assim, as entidades desse campo terão a segurança normativa e de mérito e participarão efetivamente do Suas.

**Filantropia:** *Em sua opinião, a medida provisória tem como objetivo facilitar o processo das certificações para as entidades?*

**AL:** Sem dúvida, temos plena convicção da necessidade de separar adequadamente cada campo de política pública e entregar a cada gestor a responsabilidade pela aferição do mérito. A avaliação, desse ponto de vista, desloca-se dos campos contábil e jurídico para, de fato, se comprometer com os objetivos de cada política pública. A medida provisória, em vez de aferir simplesmente percentuais de anos passados, faz com que as organizações assumam pactos sobre o trabalho que vão desenvolver.

**Filantropia:** *E se mostra mais eficiente para fiscalizar a concessão dos certificados?*

**AL:** A fiscalização da parceria com as entidades que recebem esse tipo de financiamento indireto deve estar vinculada a cada política pública, e isso será feito de modo descentralizado. Assim, no município, feito o pacto, teremos clareza do que acertamos sobre o trabalho que as entidades vão fazer. Isso torna a fiscalização mais simples e comprometida com resultados. Na assistência social, chamamos de vínculo Suas, o qual será a marca, o credenciamento das entidades parceiras.

**Filantropia:** *Após as descobertas de fraude no CNAS, a imagem das organizações sociais ficou prejudicada. Como isso afeta a ação da assistência social no Brasil?*

**AL:** É importante considerar que esse tipo de problema afeta o controle social pelo qual lutamos e acreditamos, além de prejudicar a legitimidade institucional do CNAS. O Conselho tem 14 competências como órgão deliberativo da assistência social. A competência de julgar processos de certificação é tão



BRUNO BRANDÃO



somente uma delas. Mas pode comprometer todo o seu trabalho de contribuir centralmente para a consolidação da política.


**Filantropia:** *E o que pode ser feito para melhorar essa imagem?*

**AL:** A resposta do CNAS deve ser a de todo o empenho e trabalho. Acredito que não cabe ao CNAS julgar processos de certificação. Não cabe esse braço executivo no CNAS. Seu trabalho é de controle social e fiscalização do Estado. Cabe ao conselho fazer o Estado avançar nas suas responsabilidades de proteção social.

**Filantropia:** *Como a investigação de fraude no CNAS afeta as ações da Secretaria?*

**AL:** As investigações da Operação Fariuseu – felizmente – não afetam o trabalho da Secretaria Nacional de Assistência Social. Continuamos trabalhando, e intensamente. Cabe a nós colaborar com os órgãos de investigação, quando for o caso, para que eles façam o seu trabalho.

**Filantropia:** *Quais são as políticas públicas de Assistência Social previstas para os dois próximos anos do governo Lula?*

**AL:** A política de assistência social é uma só. Estamos ampliando serviços como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), implementando o ProJovem Adolescente e outras medidas. Nosso grande desafio é cumprir, nos próximos anos deste governo, as metas que nos cabem no Plano Decenal. Alcançar um patamar de cobertura de serviços mais compatível com nossa cobertura de benefícios e trabalhar a integração de serviços e benefícios. O objetivo final é conseguir contribuir efetivamente para a melhoria das condições de vida da população, com a qual a política de proteção se compromete. Alcançar padrão de qualidade e eficácia nas ações da política é o nosso maior desafio. 



**“Acredito que não cabe ao CNAS julgar processos de certificação. Seu trabalho é de controle social e fiscalização do Estado. Cabe ao conselho fazer o Estado avançar nas suas responsabilidades de proteção social”**



Ana Lígia Gomes e Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social

## Medida provisória 446 reordena certificação das organizações sociais

No dia 7 de novembro de 2008, foi publicada a medida provisória 446, que prevê uma reordenação na certificação das instituições brasileiras. Seu teor é basicamente o mesmo do projeto de lei 3.021/08 e estabelece mais rigidez na concessão e renovação dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

Com a medida, os critérios para a certificação das organizações mudam muito. Os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome serão os responsáveis por analisar os processos de concessão, renovação e recursos de suas áreas de atuação.

A urgência da medida provisória, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e resolve pedidos de renovação e concessão existentes, ocorreu em função da súmula vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal, que reduz de dez para cinco anos o prazo de decadência para cobrança das contribuições da seguridade social, inclusive as previdenciárias. Portanto, para possibilitar que a Receita Federal pudesse cobrar as dívidas das organizações que perdessem o Cebas,


1.274 recursos interpostos junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) deveriam ser analisados até o fim de 2008.

Outro fato é que havia muitos processos de concessão e renovação pendentes para análise no CNAS. Por isso, com a edição da medida provisória 446, são considerados como concedidos os pedidos de renovação de certificados ainda não analisados pelo CNAS, assim como os pedidos de renovação de Cebas indeferidos pelo CNAS, mas cujos recursos ainda não foram apreciados pelo conselho, que também estão automaticamente deferidos. O mesmo acontece com os pedidos de Cebas deferidos pelo CNAS, mas que tenham recursos contra sua concessão. Isso aconteceu porque o governo entende que o julgamento de tantos processos até dezembro poderia comprometer a análise, gerando impacto na prestação de serviço à população.

As organizações certificadas estão isentas do pagamento da cota patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSL), Programa de Interação Social (PIS) e da Contribuição Financeira Social (Cofins).

Fonte: Ministério da Previdência Social

### Links

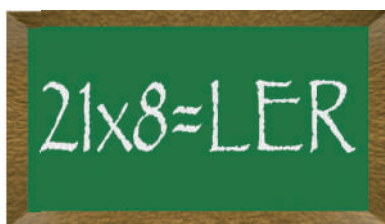
 [www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas-1](http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas-1)  
[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)



# Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Robson Martins da Silva  
Aluno da Alfabetização Solidária

Com apenas R\$ 21,00 por mês durante 8 meses, você adota um aluno. A Alfabetização Solidária já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 240 mil alfabetizadores em mais de 2 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



Ligue **0800 727 17 21**  
[www.alfasol.org.br](http://www.alfasol.org.br)



# Espalhando informações

Bem utilizado, o marketing viral é excelente ferramenta de captação de recursos e comunicação

Marcio Zeppelini  
marcio@zeppelini.com.br



**M**arketing viral. O nome desta ferramenta de comunicação já diz tudo. Como um “vírus”, a idéia é se espalhar com dimensões similares às de uma epidemia, atingindo um grande número de pessoas a custos baixos. O processo pode funcionar no “boca-a-boca”, ou, atualmente, pela tão utilizada internet. E-mails, sites, *blogs* e páginas de relacionamento, como o Orkut, são excelentes meios para espalhar o vírus da informação. Para as organizações do Terceiro Setor, pode ser uma mão na roda, já que é simples e, se bem utilizado, eficaz.

Explorar redes sociais já existentes é o foco do marketing viral, que tem como meta divulgar marcas e práticas que possam ser replicadas. Segundo Janine Saponara, fundadora da Lead Comunicação Organizacional, agência de comunicação especializada em responsabilidade social corporativa, “a estratégia é pedir a outros indivíduos que passem para frente uma mensagem, o que cria oportunidades infinitas”. Essa atitude demanda menos energia, e espera-se que isso se torne uma bola de neve, no bom sentido da expressão.

## Mundo pequeno

A teoria do “Mundo Pequeno”, publicada em 1967 pelo psicólogo norte-americano Stanley Milgram, foi a base do conceito do marketing viral. Mais tarde, o estudo ficou conhecido como os “Seis Graus de Separação”, já que mostrou que este é o número máximo de contatos necessários para criar uma ponte entre duas pessoas em qualquer lugar do planeta.

Assim, se seis contatos são suficientes para atingir qualquer pessoa no mundo, cada ser humano se torna um importante canal de comunicação. Atualmente, com o uso da internet, esses contatos ficaram ainda mais simples. Um bate-papo informal pode “vender” uma causa ou uma marca e, pela teoria do Mundo Pequeno, esse assunto será facilmente expandido de maneira exponencial.

## Como utilizar o marketing viral no Terceiro Setor?

Investindo pouco ou, às vezes, nada, é possível divulgar sua causa por meio desta ferramenta. Mas é importante tomar cuidado com o público que se quer atingir, para que suas mensagens não sejam consideradas inoportunas e inconvenientes. Se isso acontecer, os destinatários podem classificar seus

e-mails como *spam* e ter uma imagem errada da organização.

Um exemplo de instituição que soube aproveitar o marketing viral é a People for the Ethical Treatment of Animals (Peta), que tem mais de 2 milhões de membros. Grande parte de sua divulgação é feita com meios de comunicação de baixo custo, repassando vídeos chocantes sobre abusos sofridos por animais ou campanhas contra o uso de peles com celebridades seminuas. “Nós não temos um orçamento, como as grandes empresas, para contratar agências publicitárias que nos ajudem a transmitir a mensagem de proteção aos direitos dos animais. Por isso, utilizamos o marketing viral como meio de espalhar nosso ideal. Nossos apoiadores conversam com suas famílias, amigos e transmitem os assuntos que os comovem”, explica Joel Bartlett, diretor-assistente de Marketing da instituição nos Estados Unidos. As campanhas da instituição também são famosas e já contam com a participação de celebridades. “Fazemos parcerias com pessoas conhecidas e campanhas on-line de baixo custo que têm grande impacto na sociedade”.

Ralph Wilson, consultor americano especialista em marketing, fez uma análise que ficou muito conhecida, e chegou aos sete princípios do marketing viral que





podem ser adaptados também às organizações do Terceiro Setor:

### 1) Ofereça um produto ou serviço de valor para seus prospectores

Esse quesito se baseia na oferta de produtos ou serviços grátis. Para instituições, pode ser colocado em prática de outra forma, por meio de campanhas. Um exemplo é vender produtos que gerem renda à instituição e sensibilizar os receptores em relação à causa.

### 2) É preciso ser bem definido e de fácil transmissão

Os meios pelos quais a mensagem passa devem ser fáceis de serem replicados. Assim, é interessante utilizar e-mails e sites gratuitos. É importante que o conteúdo da mensagem seja simples e curto, para que não fique pesada.

### 3) Capacidade de crescer rapidamente

A mensagem deve ser retransmitida rapidamente para que, quando os usuários comecem a utilizar o serviço, possam promovê-lo e colocar em prática o marketing viral.

### 4) Comportamentos comuns

O vírus deve causar um apelo às emoções humanas, especialmente no Terceiro Setor, gerando a vontade de passá-lo para frente.

### 5) Redes de comunicação já existentes

Aproveite as redes já existentes, como grupos de amigos, familiares e colegas de trabalho, que podem facilitar a transmissão de mensagens para um maior número de pessoas.

### 6) Recursos de terceiros

É possível colocar textos ou imagens em outros sites, por meio de parcerias. Algumas páginas da internet permitem que isso seja feito até gratuitamente.

### 7) Baixo custo

O ideal é que o único custo no marketing viral seja o da criação do que será transmitido. Quanto mais leve e divertido for, mais chances terá de ser replicado. Atualmente, há a estratégia de criar jogos interativos que prendem a atenção e divertem o receptor.

### Atual e eficaz

Com o mundo da internet e a interatividade cada vez mais em alta, não haveria melhor momento para colocar em prática esse tipo de comunicação. Graças à existência de sites gratuitos e com grande número de acessos, como o Orkut, o Google e o Youtube, é possível divulgar ações sem gastar nada. Além disso, os sites das próprias instituições devem ser ferramentas práticas, que permitam a comunicação ágil e que demonstrem a transparência e credibilidade daquela organização.

Em 2005, o Peta lançou um vídeo na internet sobre uma investigação da indústria da pele de animais na China. “Nosso vídeo foi visto por mais de 34 milhões de pessoas no mundo inteiro, e seu conteúdo motivou muitos a pararem de usar pele e a se envolverem nas campanhas do Peta. Causou também impacto na indústria. Marcas como Polo Ralph Lauren, Ann Taylor, Kenneth Cole e Guess prometeram nunca mais usar esse material em seus produtos”, conta Bartlett.

Outro bom exemplo de conectividade é o da organização Kiva, considerada modelo na prática da interatividade e marketing viral. Sua missão é conectar pessoas do mundo todo por meio de um sistema de microempréstimos, que dão possibilidade a indivíduos de classes mais baixas para que comecem seus negócios nos países em desenvolvimento, sendo que tudo é feito pelo site. A página mostra perfis de empreendedores que precisam desse empréstimo para melhorar sua qualidade de vida, assim como perfis de pessoas que gostariam de emprestar dinheiro,



Foto postada no site do Kiva: Carpinteiro de Togo, na África, recebeu US\$ 1.200 de empréstimo pelo site e, com a ampliação de seus negócios, já devolveu o dinheiro.

colocando-os em contato e mostrando os resultados. Quem emprestou recebe o dinheiro de volta, com o sucesso dos negócios, e pode emprestar novamente a outro empreendedor.

### Efeito contrário

Assim como a boa imagem da organização pode ser transmitida com a velocidade de uma epidemia, a imagem ruim também pode. Alguém pode usar o nome de uma instituição sem fins lucrativos e divulgar mensagens falsas, por exemplo, por isso é importante checar a veracidade das informações antes de retransmiti-las.

O que também pode acontecer é que uma notícia negativa e verdadeira seja repassada, situação que prejudica significativamente a imagem da empresa ou instituição. Um exemplo famoso é o da rede americana de *fast food*, KFC, que ficou conhecida pela maneira cruel com a qual sacrificava as galinhas. Vídeos da ação foram transmitidos pela internet e geraram revolta nos consumidores e associações protetoras de animais.

Por isso, antes de querer espalhar uma idéia ou o nome de uma instituição, é preciso tomar cuidado com o que será divulgado e, principalmente, pensar previamente e com planejamento, como a ferramenta do marketing viral será utilizada. ☺

### Links

- www.kiva.org
- www.lead.com.br
- www.peta.org

**Marcio Zeppelini.** Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor-executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

# “Setor Dois e Meio” o ideal para sua instituição

Organizações sociais podem aprender  
com práticas dos outros setores da economia

Por René Steuer



A nomenclatura clássica que tradicionalmente é encontrada para distinguir os setores é:

- **Primeiro Setor:** governo
- **Segundo Setor:** empresas com fins de lucro
- **Terceiro Setor:** organizações sem fins de lucro

As fronteiras entre os setores acima, em várias partes do mundo, tendem a ficar crescentemente nebulosas. O governo confia às ONGs tarefas na área de educação e saúde. Algumas empresas criam suas próprias fundações e abraçam diretamente diversas causas sociais. Organizações sem fins lucrativos enveredam por ações geradoras de renda, a fim de obterem recursos necessários para o cumprimento de seus projetos.

Existem instituições do Terceiro Setor que desenvolvem padarias, oficinas de artesanato, hospitais de bonecas e outros.

Cada organização está buscando seus objetivos e usando de criatividade e inventividade. No caso do Terceiro Setor, é perfeitamente válido que as entidades se beneficiem de ações e atividades diversas para atingir o objetivo de sua missão. Isso deve ser sempre feito dentro da ética e legalmente, nunca denegrindo o nome das organizações e, sim preservando-o e valorizando-o.

Afinal, os dirigentes de uma entidade sempre mudam, diferentemen-


te da entidade, que permanece a mesma. Esta é que precisa ser bem fortalecida, buscando sua sustentabilidade.

É comum observar, principalmente em ONGs de diversos países da América Latina, a relativa facilidade em elaborar projetos, em termos de conceito e justificativa social. Muitas vezes, elas têm uma relação próxima ao mundo acadêmico. A maioria peca, porém, na construção lógica de um “plano de negócios”. Igualmente carecem de conceitos mais profissionais de gestão – essa é uma das maiores necessidades que podem ser facilmente observadas nas organizações, principalmente nas menores. Há muita boa vontade, mas para o êxito, é preciso muito mais que isso, é necessário eficiência.

Nesses itens, as organizações do Terceiro Setor têm muito mais a aprender com as práticas do Segundo Setor; por isso a expressão “Setor Dois e Meio” é o que se recomenda como ideal, para que seja considerado por muitas instituições.

Esta mescla entre o Segundo e o Terceiro Setores é como misturarmos as funções do cérebro, ou usarmos, em conjunto, seus dois lados. Cientistas descobriram que o lado esquerdo é o responsável pelo raciocínio lógico e analítico, ligado a considerações objetivas e desapaixonadas. Já o lado direito permite um raciocínio não-linear, espontâneo e intuitivo mais relacionado com o artístico, emocional e subjetivo. O que se coloca, então, é que devem-se usar, harmonicamente, os dois lados do cérebro. Possivelmente, a maioria das pessoas ligadas ao Terceiro Setor privilegia o emocional e o subjetivo. Por isso, é proposto que as organizações tragam





**Utilizar elementos do Segundo e Terceiro Setores, equilibradamente, funciona como o “Setor Dois e Meio”. Isso certamente aumentará a qualidade do que se faz, e será possível impactar com eficiência os mundos externo e interno**

para suas atividades outros componentes ligados ao lado esquerdo do cérebro, ou seja, ao raciocínio lógico, para se tornarem mais profissionais.

Mais especificamente, é importante continuar utilizando elementos normalmente ligados ao Terceiro Setor. Alguns exemplos:

- **Coração:** item essencial para motivar os colaboradores diretos e doadores em potencial. Deve-se começar por isso. Como diz Ken Burnett, autor do livro *“Relationship Fundraising”*, “primeiro devemos tocar o coração, depois a carteira”.
- **Emoção:** o entusiasmo é componente chave para o sucesso. O amor alimenta e energiza os colaboradores da instituição.
- **Missão:** importante que seja clara e inspiradora. Explica porque a organização existe.
- **Lado humano:** a maioria das causas das organizações (além do meio ambiente) está ligada a pessoas. Segundo Peter Drucker, autor da obra *Administração das Organizações sem Fins Lucrativos*, o produto da maioria das entidades do Terceiro Setor é um ser humano modificado com melhor educação, saúde e consciência de seus direitos cívicos.
- **Idealismo:** a causa e sua concretização fazem com que as pessoas superem isso.

O que pode ser útil e necessário para as ONGs e normalmente se encontra com excelência no Segundo Setor?

- **Preparo:** fazer as coisas com planejamento prévio, pensando na seqüência


inteligente das atividades e deixando de lado o “acaso”. Considerar, como no exercício SWOT (FOFA, em português), o entorno externo e interno da entidade, definindo ameaças e oportunidades do mundo exterior e identificando forças e fraquezas dentro da instituição. Desta análise devem nascer as ações prioritárias da entidade, que se transformarão nas principais atividades do ano. As organizações devem cuidar para não iniciar muitas atividades, pois correrão o risco de não terminá-las. A utilização dos seus recursos humanos deve ser cuidadosamente planejada também.

- **Objetividade:** comunicar com poucas palavras o que se deseja, levando em conta cada público-alvo.
- **Orçamento:** projetar com cuidado entradas e desembolsos. Analisar o real contra o estimado e entender a razão das variações, com o intuito de efetuar as revisões necessárias.
- **Análise:** estudar cada atividade e ação tomada para corrigir erros e melhorar resultados no futuro.
- **Profissionalismo:** lembrar que continuamente deve-se buscar fazer melhor e observar o que outros fazem bem.

A paixão sem objetividade beira o irracional, e a técnica sem coração é fria, não motivando as pessoas. Por isso, deve-se buscar o equilíbrio entre a razão e a emoção. Os dirigentes das instituições precisam analisar sua posição em relação a isso e identificar os recursos de que necessitam para crescer em seu desenvolvimento.

Quando confrontadas, é comum que as entidades questionem como poderão obter os recursos acima mencionados, principalmente se não dispõem de músculo financeiro para contratações. Nada surpreendente, pois a grande maioria das ONGs no Brasil possui nenhum ou um funcionário remunerado. Novamente, é recomendada a consideração de possibilidades que fortalecem mais ainda a simbiose entre o Terceiro e o Segundo Setores. A sugestão é que a organização faça uma auto-análise de sua situação e determine o que lhe falta ou em que precisa melhorar.

Esta análise pode identificar carências em gestão, profissionalização, apoio legal, fiscal, marketing, voluntariado, administração de pessoal etc. A organização deve se aproximar de alguma empresa que já seja parceira, esteja geograficamente próxima ou que já tenha apoiado causas sociais e dialogue com a mesma buscando uma “troca”. A empresa proveria tempo de funcionários com conhecimentos no item desejado pela ONG e receberia da instituição uma parceria que enriqueceria suas ações de responsabilidade social empresarial.

Utilizar elementos do Segundo e Terceiro Setores, equilibradamente, funciona como o Setor Dois e Meio. Isso certamente aumentará a qualidade do que se faz, e será possível impactar com eficiência os mundos externo e interno. Assim, as oportunidades de captar pessoas e valores só aumentam. 

# O STF e a Cofins das empresas: uma reflexão às instituições do Terceiro Setor

Sergio Roberto Monello e  
Ricardo Roberto Monello  
atendimento@sergiomonello.com.br



No dia 17 de setembro de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou os recursos extraordinários nº 377.457 e nº 381.964. Tal decisão requer atenção especial, tendo em vista seus reflexos nas futuras decisões de matérias semelhantes de interesse das entidades beneficentes de assistência social, quanto à aplicação de lei complementar para o reconhecimento do direito à imunidade de contribuições sociais.

Alguns fatores podem ser grandes limitadores ao reconhecimento da imunidade de contribuições sociais para as organizações, se for mantido o posicionamento adotado pelo STF de que não há hierarquia entre as normas legais e, especialmente, se houver o entendimento da possibilidade de utilizar leis ordinárias para regulamentar imunidades tributárias.

Esses recursos sustentavam a tese de que a isenção da Cofins para as empresas de profissionais liberais, as “sociedades civis” de profissão regulamentada, concedida por meio da lei complementar nº 70/91, não poderia ser revogada pela lei ordinária nº 9.430/96. O “placar” do plenário do STF foi de oito votos a favor da União Federal e dois votos contra.

Com essa decisão, o plenário do STF se opôs totalmente à súmula nº 276 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2 de junho de 2003, quando foi fixado que “as sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da Cofins, irrelevante o regime tributário adotado”. Com o contido nessa súmula, há a possibilidade de inversão das decisões pacificadas pelo STJ, algo positivo para a tese do direito adquirido à imunidade das contribuições sociais e pendente de decisão pelo Supremo Tribunal para várias entidades.

Pela decisão citada sobre a Cofins das empresas, entende-se que a revogação da isenção através da lei ordinária é possível. Para se ter idéia clara, basta analisar o disposto na lei complementar nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional (CTN), no artigo 176: “a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração”. Além disso, ao dispor sobre a revogação de isenção, está no artigo 178 do CTN que “a isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do artigo 104”.

Para o caso das entidades beneficentes de assistência social, vale lembrar que a lei ordinária nº 8.212/91, no artigo 55, regulamenta a imunidade de contribuições sociais contida na Constituição Federal (artigo 195, § 7º). Diversas instituições têm sofrido com as investidas das fazendas municipais em tentar tributar ou alterar o disposto constitucional da imunidade de impostos, por meio de leis ou decretos abusivos. Como exemplo, existem normas que exigem das instituições, como condição à manutenção de suas imunidades tributárias, a obrigatoriedade de concessão de serviços gratuitos, a “compensação” da imunidade usufruída com prestação de serviços (decreto nº 752/93 e decreto nº 2.536/98), a vistoria e aprovação prévia para o seu funcionamento por Conselhos Municipais, a proibição de prestação de serviços que gerem recursos para as finalidades essenciais, entre outras normas limitadoras.

Por isso, vale manifestar a preocupação com a possibilidade do direcionamento da



Suprema Corte em “flexibilizar” algo tão consagrado em diversas decisões judiciais e na doutrina, como a hierarquia das normas. Se isso acontecer, poderá se impor uma situação insustentável em que mais de 5.500 entes da Federação terão independência e autonomia para determinar os requisitos necessários ao gozo dessas imunidades tributárias, fato que inviabilizaria o acesso ou manutenção dessas desonerações tributárias.

Nessa decisão da Cofins das empresas, apesar de o ministro Carlos Alberto Menezes Direito ter dito que a decisão “pode gerar uma insegurança jurídica e conseqüências terríficas” e que “os afetados por essa decisão são pequenos contribuintes e isso pode gerar efeitos danosos”, o Supremo Tribunal não aplicou a modulação dos efeitos da sentença e manteve sua aplicação desde a vigência da norma, em 1996.

Este raciocínio, se aplicado à realidade das organizações sociais, mostra o risco para aquelas que estão discutindo na Justiça há anos e não provisionaram, financeiramente, recursos para tal possibilidade. Assim, o planejamento estratégico é recomendável para essas instituições, tendo em vista as situações fiscais que podem ocorrer.

Cabe ao STF confirmar o disposto no § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, o qual trata de imunidade e não isenção; portanto, a espécie normativa para regular essa imunidade de contribuições sociais é pela lei complementar, e não pela lei ordinária, em atendimento ao disposto no inciso II do artigo 146 da Constituição Federal.

Vale citar que, por meio do recurso extraordinário – STF nº 566.622, da Sociedade Beneficente de Pararobé (RS), em que foi admitida a repercussão geral, o STF suspendeu todas as decisões sobre ações semelhantes e nesse processo deverá definir a espécie normativa capaz de regulamentar a imunidade prevista no art. 195, § 7º da CF/88. Assim, o julgamento desse recurso irá nortear todas as decisões pendentes e aquelas que aguardam nos Tribunais Regionais com tal similitude.

É também de suma importância o acompanhamento deste recurso extraordinário por todas as organizações sociais, bem como da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 2028-5), que se encontra com relatoria do ministro Joaquim Barbosa. Vale destacar, em especial, a importância da aplicação do artigo 14 da lei complementar nº 5.172/66

(Código Tributário Nacional), se acolhida a tese da lei complementar ao reconhecimento de imunidades tributárias.

Por fim, é fundamental a preocupação e atenção de toda a sociedade sobre os riscos para a educação, a saúde e a assistência social de todo Brasil, em caso de decisão que modifique as conquistas e direitos até hoje consagrados constitucionalmente às entidades beneficentes de assistência social, bem como a relevância social e financeira dos serviços prestados por todas essas organizações. ☺

**Ricardo Roberto Monello.** Advogado, contador e auditor, é membro da Audisa - Consultoria e Auditoria para o Terceiro Setor, da Advocacia Sergio Monello e da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP. Atua ainda como editor da Revista Filantropia.

**Sergio Roberto Monello.** Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.



# Sergio Monello

## Escritório Contábil Dom Bosco

- ▶ Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- ▶ Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- ▶ Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- ▶ Assessoria em departamento pessoal
- ▶ Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**40 anos**  
de exclusivo  
compromisso  
com as  
entidades  
do 3º setor

**(11) 3872-1195**

**www.sergiomonello.com.br**

São Paulo  
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes  
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial  
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611  
Brasília/DF - CEP 70340-000

# Por que fazer auditoria?

Transparência e credibilidade são algumas das vantagens da auditoria no Terceiro Setor

Alexandre Chiaratti e Ivan Pinto  
alexandre@auditus.com.br/ivan@audisa.net



A auditoria contábil é o método para realizar a constatação da integridade contábil de determinada empresa e/ou entidade. Seu objetivo é validar as demonstrações contábeis a fim de transparecerem as realidades econômica e financeira da instituição, para todos os que dela precisam: associados, funcionários, Fisco, bancos, fornecedores e comunidade em geral.

Para o Terceiro Setor, a auditoria tem uma contribuição extremamente importante e relevante, pelo fato dessas organizações sem fins lucrativos terem o objetivo essencialmente social. Ela traz credibilidade e transparência para certificar as ações, por meio da validação dos números apresentados nas demonstrações contábeis.

Uma empresa de auditoria especializada no Terceiro Setor visa a eficiência dos controles internos, opina sobre as demonstrações contábeis e analisa o cumprimento das obrigações específicas do setor. É uma parceira das entidades filantrópicas na manutenção do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas), na exatidão e transparência dos relatórios de prestação de contas do INSS e do Ministério da Justiça, e na manutenção na Utilidade Pública Federal das organizações (associações, fundações e ONGs).

A expectativa de mudanças como consequência do processo de auditoria alcança a gestão da instituição desde o mais elevado escalão administrativo até os pontos de execução. Assim, durante a auditoria e depois dela são esperadas mudanças comportamentais e organizacionais com o surgimento de novas políticas, novos sistemas (tecnologias e metodologias) e novas atitudes.

A auditoria contábil aumenta a credibilidade das demonstrações contábeis e notas explicativas, assegurando maior transparência às informações sobre as entidades perante os

diversos públicos. E, ainda, contribui para o aperfeiçoamento dos sistemas e controles internos, por meio de novas tecnologias e novas metodologias, evitando fraudes e desvios. Esses processos têm algumas exigências, que são bases estratégicas nas causas e efeitos e devem ser vistas com atenção pelas pessoas que convivem com o ambiente auditado.

Portanto, a auditoria contábil funciona como uma ferramenta para auxiliar no processo de aperfeiçoamento das instituições, direcionando-as para se enquadrarem nos princípios fundamentais, nas Normas Brasileiras de Contabilidade e na legislação vigente.


## Necessidade de auditoria no Terceiro Setor

As organizações devem assumir uma postura socialmente responsável cada vez maior e, por isso, necessitam elaborar e publicar demonstrações que evidenciem as atividades relacionadas a tal comportamento. Como exemplo, podemos citar o balanço social e o Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA).

A auditoria dentro das entidades do Terceiro Setor não busca validar apenas os números contábeis, mas também avalia a destinação dos recursos que são empregados nas atividades sociais ou nos projetos. Além disso, é uma ferramenta necessária para a tomada de decisões em relação à gestão das ações sociais, medindo o impacto da organização na sociedade.

A auditoria contribui com elementos de caráter qualitativo e quantitativo que ajudam a orientar os gestores das entidades no fortalecimento e progresso da sociedade em geral. Assim, deve somar esforços com a diretoria, conselho fiscal e, principalmente, com o contador da instituição, para que se crie um senso de justiça, considerando princípios e padrões que assegurem a consistência das



diversas atividades envolvidas, de práticas financeiras e contábeis e de adequado fluxo de informações dentro de padrões éticos e morais. Tudo isso se reflete direta e indiretamente nas demonstrações contábeis e informes financeiros disponibilizados para a comunidade em geral. 

**Alexandre Chiaratti.** Contador, perito contábil e auditor com mais de dez anos de experiência em entidades do Terceiro Setor, filantrópicas ou não. Sócio da Audisa Auditores Associados, é especialista em Finanças (FGV-SP) e pós-graduado em Gestão de Organizações do Terceiro Setor pelo Mackenzie.

**Ivan Pinto.** Contador, perito contábil e auditor, com mais de 12 anos de experiência em entidades do Terceiro Setor, filantrópicas ou não. Sócio da Audisa Auditores Associados, é membro do colegiado de auditoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra) e do Institute of Internal Auditors (IIA).

## Vantagens

### Para a administração da instituição:

- Fiscaliza a eficiência dos controles internos;
- Assegura maior correção dos registros contábeis;
- Opina sobre a adequação das demonstrações contábeis;
- Dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas;
- Possibilita a apuração de omissões no registro das receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação oportuna de débitos;
- Contribui para a obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira da empresa auditada;
- Aponta falhas na organização administrativa da empresa e nos controles internos.

### Para o Fisco:

- Permite maior exatidão das demonstrações contábeis;
- Assegura exatidão dos resultados apurados;
- Contribui para maior observância das leis fiscais.

### Para a sociedade (trabalhadores, população etc):

- Dá mais credibilidade às demonstrações contábeis da entidade;
- Assegura a veracidade das informações;
- Informa o grau de solidez e a evolução da economia nacional (através das demonstrações contábeis).



CANT  
CIDADÃO

## Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou [www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)



# Congresso revela inovações legais e contábeis para 2009

9º Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor reuniu 500 congressistas em São Paulo

Por Econômica Desenvolvimento Empresarial

## Reflexos da nova lei contábil 11.638/07 no Terceiro Setor

Os reflexos da nova lei contábil na classificação das contas, na avaliação do ativo e do passivo, na demonstração do resultado do exercício e demais apurações altera bastante o cenário contábil das entidades sociais, haja vista a preeminente necessidade de adequá-las aos padrões internacionais de contabilidade.

De acordo com João Luís Romitelli, auditor contábil e palestrante do congresso, a lei 11.638/07 tem como objetivo harmonizar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS). Entre as mudanças, estão: a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (Doar) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), exceto para as companhias fechadas com patrimônio líquido inferior a R\$ 2 milhões; a introdução da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as companhias de

capital aberto; a inserção de novas contas para grupos do ativo e do passivo; e a introdução de critérios de avaliação para determinadas contas do balanço.

Sob a ótica do auditor, na lei 11.638/2007 há alguns pontos de grande relevância: a revisão do Plano de Contas, das operações e critérios de avaliação para a classificação contábil e a possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária, assim como os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.

O tema, exposto pela ex-presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Angela Zechineli Alonso, mostrou que as mudanças devem afetar todas as áreas das entidades, principalmente nos controles internos e sistemas de informação.

## Papel do contabilista

A contabilidade é instrumento de credibilidade, defesa legal, transparência, integridade

da instituição, comprovação da atividade social, controle interno e aprimoramento de gestão. Por isso, em 2005, a fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC/SP), em atendimento ao plano de trabalho, iniciou ações fiscalizatórias em entidades sem fins lucrativos, uma vez que ficou constatada a dificuldade técnica do profissional da contabilidade em atender às Normas Brasileiras de Contabilidade.

Segundo dados da palestra de Sergio Prado de Mello, presidente do CRC/SP, se o contabilista comete alguma irregularidade técnica na execução do seu trabalho, cabe ao CRC, se julgar procedente a infração, puni-lo. As consequências fora da esfera administrativa (relação profissional *versus* CRC) apenas subsidiam o processo investigatório para uma conclusão mais apurada. Pode-se afirmar, no entanto, que mais de 80% dos profissionais que militam nessa área sabem do trabalho importante que devem prestar aos seus clientes, com a devida técnica e responsabilidade.

## Dez anos da M.Biasioli Advogados e da Econômica Desenvolvimento Empresarial

Uma das maiores bancas jurídicas voltada exclusivamente ao Terceiro Setor, a M.Biasioli Advogados completa dez anos, sendo que, entre os seus relevantes serviços prestados, se destaca a colaboração em prol do desenvolvimento social do país. Com fundamento em resolução da Ordem dos Advogados do Brasil, tutelou inúmeras instituições sociais de forma *pro bono*, e, ainda, por meio de seu titular, o advogado e consultor jurídico, Marcos Biasioli, contribuiu com o debate e a construção do marco legal dos entes sociais, bem como com a idealização da **Revista Filantropia**. A M.Biasioli acreditou na união do

social com o profissional e se especializou na área, o que a consolidou como líder.

Na mesma época, a empresa privada Econômica Desenvolvimento Empresarial também completa dez anos de trabalho de assessoria às entidades beneficentes e empresas que atuam na área de responsabilidade social. A empresa nasceu devido ao grande número de instituições e ao pouco profissionalismo, fato que também deu origem aos congressos nacionais, realizados anualmente para discutir temas voltados à legislação no Terceiro Setor. Atualmente é uma das líderes do segmento, e conta com aproximadamente 2.500 clientes.



Prédio onde funciona a M.Biasioli Advogados



## Conseqüências da súmula nº 352 do STJ

Em sua palestra, Dr. Marcos Biasioli, advogado e consultor jurídico do Terceiro Setor, afirmou que a principal motivação para a edição da súmula nº 352 do STJ foi pacificar a questão do direito adquirido à isenção. A decisão judicial que alimentou a expectativa quanto ao êxito da tese do direito adquirido foi o MS 5.930-DF, que previu que “as entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social, reconhecidas como de utilidade pública federal, de acordo com a legislação pertinente e anteriormente à promulgação do decreto-lei 1.577/77, têm direito adquirido à imunidade tributária e, em conseqüência, ao certificado de fins filantrópicos”.

Entretanto, ficou entendido que “a obtenção ou a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) não exige a entidade do cumprimento dos requisitos legais supervenientes” (redação da súmula 352 – STJ).

Por não possuir efeito vinculante, a súmula não altera a autonomia para julgar mediante a livre convicção, embora haja forte influência na aplicabilidade da mesma. Em sede do STJ, a tese, por ora, está fadada ao fracasso, exceto se a Lei Ordinária for repelida pelo STF, para fins de controle da imunidade. Mesmo assim, um novo comportamento deverá ser adotado pelas entidades de educação, saúde e assistência social para demonstrar a gratuidade. É importante segregar os custos por segmento, tipo de atendimento e beneficiários.

## Súmula vinculante nº 8 do STF

Em 1992, o plenário do STF pacificou seu entendimento sobre o regime jurídico constitucional das contribuições sociais, definindo sua natureza tributária. Nesse sentido, por não serem impostos, não reclamam a necessidade de lei complementar para definição do seu fato gerador, base de cálculo e contribuintes, segundo o art. 146, III, “a” da CF/88.

Rodrigo de Carvalho, advogado e consultor jurídico do Terceiro Setor, contou na sua palestra que, apesar dessas decisões, o INSS e a Receita Federal desconsideravam o prazo de cinco anos previsto no Código Tributário Nacional e, baseado nos artigos 45 e 46 da lei nº. 8.212/91, promoviam fiscalização retroativa para dez anos, lavrando autos de infração e NFLD's. Depois, nas sessões de 11 e 12 de junho de 2008, o Plenário do STF proclamou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46, e decidiu modular os efeitos disso por meio da súmula vinculante nº 8.

Assim, a Fazenda Nacional pleiteou a aplicação da teoria da modulação para evitar a devolução de mais de R\$ 96 bilhões, já arrecadados com base nos dispositivos declarados inconstitucionais. Então, se o STF aceitou a alegação do governo, no sentido de que a devolução desta quantia às empresas causaria irreparável impacto econômico e social ao país, por que, então, essa situação não poderia ser também aplicada às entidades sociais em relação às dívidas que possuem com o Fisco, principalmente por indeferimentos na renovação dos Cebas?

Se as entidades tivessem que recolher dívidas passadas, isso não causaria, também, um irreparável impacto e desordem social? Claro que sim, pois tal medida, além de exterminar muitos postos de trabalho, também prejudicaria as comunidades beneficiadas pelos serviços de assistência social prestados por estas entidades.

## Tecnologia

### Sistema Público de Escrituração Digital

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é uma solução tecnológica para a transmissão eletrônica da escrituração contábil em arquivos digitais entre os contribuintes e as administrações tributárias.

De acordo com a palestra de Antonino Ferreira Neves, vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), com a assinatura de protocolo entre a Receita Federal e Secretarias de Fazenda estaduais e municipais, a criação do SPED se tornou não só oportuna, mas um imperativo das administrações tributárias.

O decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o SPED, possibilita a atuação integrada dos fiscos, mediante a padronização e racionalização das informações e o acesso compartilhado à escrituração digital de contribuintes por pessoas legalmente autorizadas. Por ora, as entidades imunes e isentas não são obrigadas a integrar o SPED, porém, é importante ficar atento às mudanças e determinações emanadas pelos órgãos públicos.

### Siconv e Sicap

O Portal dos Convênios (Siconv) é um sistema que permite o gerenciamento on-line de todos os convênios cadastrados e se trata de um novo modelo para a gestão das Transferências Voluntárias da União. Entre suas diretrizes está a ênfase na transparência, a facilidade na fiscalização e a simplicidade dos



Público no 9º Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor



Dr. Marcos Biasioli e palestrantes durante evento

procedimentos, que passarão a ser padronizados. O sistema registrará dados relevantes, como o plano de trabalho detalhado, recursos transferidos, status do cronograma de execução física, indicação dos bens adquiridos e serviços executados, entre outros.

Dentre as principais vantagens está a possibilidade de encaminhar propostas para o Portal de Convênios com um credenciamento on-line. O diálogo entre os participantes será via sistema, o que tornará o processo mais rápido e barato. A documentação em papel será reduzida àqueles documentos que necessitarem de certificação digital. O sistema é uma verdadeira evolução no que se refere à transparência, uma vez que, além de facilitar os trâmites da transferência de verbas públicas, é integrado aos demais sistemas do Governo Federal.

Já o Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (Sicap) é um instrumento de coleta de dados utilizado pelos ministérios públicos estaduais para o velamento das fundações e entidades de interesse social. As instituições abrangidas pela lei deverão prestar contas ao Ministério Público do estado onde atua, pelo arquivo gerado em disquete ou CD-ROM ou pelo programa Sicap Coletor. ☺

## Links

www.economica.com.br  
www.mbiasioli.com.br



## Atenção à contabilidade

O valor do superavit do exercício das entidades sem fins lucrativos deve ser registrado na conta "Superavit do Exercício", enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e, após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta "Patrimônio Social". Na aplicação das normas contábeis, a conta "Capital" deve ser substituída por "Patrimônio Social", integrante do grupo Patrimônio Líquido, e a conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados" por "Superavit ou Deficit do Exercício".

**i** [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## Pensão Especial

A instrução normativa nº 30, de 15 de julho de 2008, estabelece a pensão instituída pela medida provisória 373/2007, convertida na lei nº 11.520/2007. Assim sendo, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) definiu os procedimentos para o processamento, a manutenção e o pagamento da pensão especial mensal a pessoas atingidas pela hanseníase, submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia até 31 de dezembro de 1986. A pensão deve ser solicitada à Secretaria Especial de Direitos Humanos e pode ser acumulada com outros benefícios previdenciários e assistenciais.

**i** [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

## Declaração de Isento I

A Receita Federal extinguiu, no dia 31 de julho, a Declaração Anual de Isentos (DAI), por meio da instrução normativa 864. A partir da unificação das Receitas Federal e Previdenciária, a base de dados dos dois órgãos permitiu melhor análise da situação dos contribuintes. O Fisco poderá agora usar dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais, que contém informações relativas a trabalhadores empregados e contribuintes individuais, empregadores, vínculos empregatícios e remunerações.

## Declaração de Isento II

O monitorando sobre a movimentação financeira continua para valores acima de R\$ 5 mil das pessoas físicas e acima de R\$ 10 mil das pessoas jurídicas, as compras de imóveis, as transações com cartão de crédito e declaração de rendimentos dos empregados fornecida anualmente pelos patrões. Segundo as informações da Receita, é preciso que todos os sistemas informatizados "conversem entre si", além de permitir a interação dos diversos sistemas de gerenciamento de banco de dados.

**i** [www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)

## Gratificação

"O desempenho de função de confiança por período igual ou superior a dez anos gera, para o empregado, o direito à incorporação da gratificação correspondente à remuneração". Esta é a conclusão da 3ª Turma do TST que, com base na jurisprudência da Corte, reconheceu o direito de uma bancária a ter incorporado ao seu salário gratificação recebida por mais de dez anos e retirada pela empresa. O banco foi condenado a incorporar ao salário da funcionária o percentual de 100% da média dos valores atualizados das funções anteriormente exercidas, com o pagamento das diferenças salariais decorrentes do valor atualmente percebido e repercussões pedidas.

**i** [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)



## Férias

As férias sempre são concedidas de uma só vez aos menores de 18 e maiores de 50 anos de idade. Portanto, a esses empregados será assegurado o gozo integral de férias, segundo a aquisição do respectivo direito: 30, 24, 18 ou 12 dias, conforme o número de faltas injustificadas no curso do período aquisitivo respectivo. O empregado estudante menor de 18 anos de idade tem o direito de fazer coincidir suas férias com o período de suas férias escolares.

**i** [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## Política inclusiva

A Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac) obteve importante vitória que refletirá na implementação de políticas inclusivas. Por meio de processo judicial tramitado no Rio de Janeiro, o banco HSBC foi condenado em primeira instância a adotar o Braille em seus contratos e extratos bancários, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil, tendo ainda que ressarcir à sociedade montante correspondente a danos morais coletivos. Com esse precedente, as instituições financeiras certamente passarão a oferecer esse serviço especial.

**i** [www.afac.org.br](http://www.afac.org.br)



## Certificação das entidades

O Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Assistência Social (GT/CNAS) manifestou-se recentemente acerca do projeto de lei nº 3021/2008, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social. As principais observações do grupo se referem: à necessidade das entidades certificadas como beneficentes agirem com finalidade pública, em virtude da isenção das contribuições previdenciárias; à importância dos conselhos de políticas públicas e seu importante papel na fiscalização da qualidade dos serviços prestados e à supressão do artigo nº 32 do projeto de lei, que trata da exigência de separação de CNPJ.

[www.cnas.org.br](http://www.cnas.org.br)

## Imposto de Renda

As verbas recebidas em razão de adesão a programa de incentivo à aposentadoria possuem natureza indenizatória. Assim, não há incidência do Imposto de Renda sobre elas. O entendimento é da Turma Nacional de Uniformização (TNU) dos Juizados Especiais Federais (JEFs), que acatou pedido de uniformização interposto contra decisão da Turma Recursal dos JEFs do Paraná. A decisão saiu no dia 28 de julho.

[www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)

## Atendimento ao consumidor I

Os serviços telefônicos de atendimento ao consumidor terão de ser obrigatoriamente gratuitos para receber pedidos de informação, reclamações ou solicitações de cancelamento de contrato. No atendimento telefônico, a primeira opção do menu para o consumidor deverá ser “falar com o atendente”. As empresas não poderão mais manter números distintos para os atendimentos referentes ao mesmo pacote de serviços.

## Crimes ambientais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que altera a Lei de Crimes Ambientais. Uma das principais mudanças é a redução do número de instâncias de recursos de multas por crimes ambientais: de quatro para duas. A mudança na lei também dará ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) prerrogativa, semelhante a da Receita Federal, de perdimento dos bens apreendidos, ou seja, os bens poderão ser leiloados. O decreto também endurece as regras para infratores ambientais reincidentes, além de prever a cassação de licenças e multas para quem não cumprir embargos determinados por órgãos ambientais.

[www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)



## Contas de compensação I

As contas de compensação constituem sistema próprio e devem conter o registro de atos relevantes cujos efeitos possam se traduzir em modificações no patrimônio da organização. Isto é o que determina a NBC T 2.5 – das contas de compensação, aprovada pela resolução CFC nº 612/1985. Na mesma resolução, o subitem 2.5.3 estabelece, ainda, que a escrituração das contas de compensação será obrigatória nos casos que se obrigue especificamente.

## Contas de compensação II

Essas contas constituem um sistema que registra operações não-modificadoras do patrimônio, razão pela qual são também denominadas “contas extrapatrimoniais” e se posicionam em separado, no balanço patrimonial, logo após a totalização do ativo e do passivo (pois não podem ser a estes somadas). O sistema de contas de compensação, portanto, tem característica eminentemente de controle, principalmente de eventos que possam influenciar no patrimônio da empresa, caracterizadores de expectativas. A denominação “contas de compensação” decorre do fato de registrarem por idêntico valor, a débito e a crédito, os fatos mencionados.

[www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## Atendimento ao consumidor II

As novas regras serão aplicadas aos serviços de telecomunicações, instituições financeiras, companhias aéreas, transportes terrestres, planos de saúde, serviços de água e energia elétrica. Estes são os setores responsáveis, atualmente, pelo maior número de queixas dos consumidores. As mudanças passam a valer 120 dias após a assinatura do decreto presidencial, fato ocorrido no dia 31 de julho. Esse tempo foi dado para que as empresas possam se adequar, sob pena de receber multas previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, que giram entre R\$ 200 e R\$ 3 milhões.

[www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)

## Isenção para doações

A medida provisória 438/08 reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre as doações em espécie recebidas por bancos federais, destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras. Segundo o Ministério da Fazenda, a medida vai incentivar as doações de pessoas, países e instituições que desejam apoiar a conservação das florestas.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

Novembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de outubro/08
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/08
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/08
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/08, para pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência outubro/08 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência outubro/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de outubro
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência outubro/08 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em outubro/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em outubro/08
28	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de novembro
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro/08
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em outubro/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	13º salário	Pagamento da 1ª parcela referente ao 13º salário de 2008

Dezembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
5	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1º via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em novembro/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de novembro/08
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente a outubro/08
	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente a outubro/08
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência novembro/08 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/08
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência novembro/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de novembro
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência novembro/08 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	13º salário	Pagamento da 2ª parcela referente ao 13º salário de 2008
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento do INSS referente ao 13º salário de 2008
	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de novembro/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de novembro/08
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de dezembro
	Contribuição Sindical	Recolhimento da contribuição sindical descontada de empregados em novembro/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/08

### Tabelas práticas

Contribuições previdenciárias (INSS)				
<b>1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso</b>				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até	-	-	
-	R\$ 868,29	8%	8%	
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9%	9%	
R\$ 1.447,15	R\$ 2.894,28	11%	11%	
<b>2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)</b>				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 911,70	8%	12%	20%
R\$ 911,71	R\$ 1.519,50	9%	12%	21%
R\$ 1.519,51	R\$ 3.038,99	11%	12%	23%
<b>3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo</b>				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição				
<b>4 - Salário-mínimo</b>				
Período		Valor		
maio/04 a abril/05		R\$ 260		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
a partir de abril/06		R\$ 350		
a partir de março/08		R\$ 415		
<b>5 - Salário-família</b>				
Remuneração		Valor		
Até R\$ 472,43		R\$ 24,23		
De R\$ 472,44 até R\$ 710,08		R\$ 17,07		
<b>IR - Fonte e Carnê Leão (2008)</b>				
Base de cálculo mensal		Alíquota	Parcela a deduzir	
até R\$ 1.372,81		-	isento	
de R\$ 1.372,82 até R\$ 2.743,25		15%	R\$ 205,92	
acima de R\$ 2.743,25		27%	R\$ 548,82	

### Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 137,99 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.372,81 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

### Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

\*Tabelas sujeitas a alterações.



## Possui direito à estabilidade funcionário de entidade que se afastou por doença?

A lei nº 8.213/91 garante estabilidade no emprego para o segurado empregado que tenha sofrido acidente de trabalho, garantia esta pelo prazo mínimo de 12 meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente. No entanto, quando um funcionário é afastado da entidade devido a uma incapacidade laborativa, decorrente de doença comum, e não por acidente de trabalho, não fará jus ao benefício da estabilidade de emprego conferida pela previdência social.

## Tenho uma funcionária gestante em minha organização e gostaria de confirmar se a licença-maternidade foi alterada para seis meses.

Em 9 de setembro de 2008 foi aprovada a lei nº 11.770, que cria o Programa Empresa Cidadã. Em verdade, esse programa prorroga a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, portanto, estimula o empresariado a adotar essa política. Muito embora alguns Estados e municípios tenham se antecipado, editando suas próprias normas referentes à licença, vale ressaltar que tais dispositivos certamente cumprem seu papel social, todavia, não exercem qualquer caráter coercitivo. Assim sendo, o que vale ainda é o artigo 392 da CLT, que prevê que: "A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário".

## Uma organização religiosa pode requerer o certificado de entidade beneficente de assistência social?

Com o advento da lei nº 10.825/2003, que instituiu a figura das organizações religiosas, ficou evidente que o ordenamento jurídico criou figura própria para as igrejas. Nesse sentido, visando proteger a finalidade precípua de uma organização religiosa, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso VI, declama que o poder público não pode interferir na criação e liberdade da atividade religiosa. De igual sorte, não poderá o Estado beneficiar uma organização em detrimento de outras. Assim sendo, o CNAS normatizou a questão, por meio da resolução 191/2005, que estabelece em seu artigo 1º, parágrafo único: "Não se caracterizam como entidades e organizações de assistência social as entidades religiosas, templos, clubes esportivos, partidos políticos, grêmios estudantis, sindicatos, e associações que visem somente ao benefício de seus associados que dirigem suas atividades a público restrito, categoria ou classe".

## Como proteger a marca de uma igreja?

A Lei da Propriedade Intelectual protege tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas, sejam estas constituídas em qualquer das formas estabelecidas pelo Código Civil (sociedade, associação civil com ou sem fins lucrativos, organização religiosa etc). Nesse sentido, são duas as categorias de proteção: direito autoral (obras literárias e artísticas, programas de computador, domínios na internet e cultura imaterial) e propriedade industrial (patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares). No caso específico das igrejas, considerando as atribuições e características que as especificam, é de suma importância não apenas zelar pela marca (representação simbólica), mas também pelos direitos autorais sobre suas obras e demais ordenamentos. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial é quem outorga essa concessão.

## A organização que recebe recursos federais está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União?

De acordo com o artigo 5º, inciso I, da lei nº 8.443/92, a jurisdição do tribunal abrange qualquer pessoa física, órgão ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assumam obrigações de natureza pecuniária. Assim sendo, uma vez que a entidade, embora de direito privado, receba subvenção ou valores de ordem pública, estará sujeita aos meandros da lei no que tange à sua regular aplicabilidade, pois se trata de dinheiro público.

## Religiosos podem se aposentar com base no exercício desse mister?

O ministro de confissão religiosa é caracterizado como contribuinte individual, nos moldes previstos no artigo 12, inciso V, alínea c, da lei nº 8.212/91: "art. 12 – são segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: V – como contribuinte individual: c) enquadra como contribuinte obrigatório, na categoria de contribuinte individual, os ministros de confissão religiosa". Portanto, com exceção da existência de outra filiação junto à Previdência Social, em razão do exercício de diversa atividade, ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo, cabe ao contribuinte individual a obrigação do recolhimento, para que este possa, em tempo, usufruir do benefício previdenciário (aposentadoria).

# Procedimentos com o Ministério Público

## Como devem agir as fundações que atuam em mais de um Estado ou no Distrito Federal

José Eduardo Sabo Paes  
sabo@mpdf.gov.br



Participação de  
Nelson Faraco de Freitas

O Ministério Público brasileiro tem, historicamente, configuração nacional subdividida em vários ministérios públicos. A Constituição Federal (CF) de 1988, no art. 128, diz que o Ministério Público (MP) abrange o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados. O primeiro compreende o Ministério Público Federal, o do Trabalho, o Militar e o do Distrito Federal e Territórios (cada um com suas competências e atribuições próprias); o segundo, os 27 Ministérios Públicos Estaduais que atuam no âmbito territorial de seus respectivos Estados.

No que tange à função institucional de velar pelas fundações, o legislador brasileiro estabelecia no art. 26 do Código Civil de 1916, e estabelece no atual art. 66, o encargo ao MP, e o fez conferindo ao MP dos Estados e ao do Distrito Federal essa atribuição.

Caso a fundação situe-se em apenas um Estado, ou no Distrito Federal, instituída e exercendo suas atividades e finalidades estatutárias nesse âmbito territorial determinado,

ela será velada pelo órgão do MP local, ou seja, pelo promotor ou procurador de Justiça curador de fundações responsável pela aprovação do estatuto, de suas alterações, do exame de suas contas, enfim, de todos aqueles atos compreendidos na expressão velar (*caput* e § 2º do art. 66 da CC).

Caso a fundação funcione no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao MP do Distrito Federal. Portanto, cada um dos promotores e procuradores de Justiça e curadores de fundações com atribuições de velamento terá o encargo de acompanhar os trabalhos da fundação de outro estado ou do Distrito Federal que esteja atuando em sua circunscrição. No entanto, algumas observações são pertinentes.

### Atividades exercidas de forma permanente ou eventual

Primeiro, há de se investigar de que forma essas atividades são estendidas a outro ente federativo: se de forma eventual, sem a existência sequer de uma filial ou representação, cumprindo eventualmente algum contrato ou ajuste, ou ao contrário, se de forma permanente, com escritório, filial e empregados com atividades dirigidas e contínuas.

No primeiro caso, de trabalhos eventuais, e não obstante haver o poder-dever do MP de cuidar da entidade, entende-se que cabe ao MP do Estado em que ela está situada a atribuição de por ela velar, exigindo suas contas. É certo que a fundação, mesmo que esporadicamente, só poderá atuar em local diverso de sua sede, caso suas finalidades e o estatuto assim permitam e esteja em regular funcionamento.

No segundo caso, daquelas fundações de âmbito interestadual ou nacional que, estatutariamente e de acordo com suas finalidades, atuam de forma permanente com escritórios,

estabelecimentos ou filiais, faz-se necessário o acompanhamento do representante do MP em que estão sendo estendidas as referidas atividades.

Para tanto, e em atenção ao § 2º do art. 66 do Código Civil, cabe inicialmente ao órgão do MP permitir a instalação da representação da fundação no seu Estado ou no Distrito Federal e autorizar o registro da deliberação que decidiu pela abertura do escritório, bem como o registro do estatuto e a ata relativa à eleição ou à escolha do representante legal da fundação, mediante prévia análise da documentação a seguir: escritura de constituição da fundação, última versão do estatuto registrado em cartório, ata que autorizou a abertura da filial ou do estabelecimento, ata de eleição da atual diretoria e endereço da sede, e, se houver, das demais unidades da fundação.

Após a apresentação e requisição da documentação, do seu exame e da autorização de seu registro, a fundação deverá ser fiscalizada por meio do encaminhamento da prestação de contas, de sua filial, de seu escritório ou de suas ações em seu estabelecimento, ao órgão do MP.

Observa-se que a atribuição do MP local é um poder-dever, o que não impede aquela autoridade de utilizar-se da prestação de contas apresentada no local da sede da fundação como suficiente para o seu exame e conhecimento. Mesmo porque há casos em que as atividades exercidas pela entidade fora de seu local de origem também são relatadas e apresentadas com a abrangência e profundidade necessárias ao curador de fundações do local de sua sede.

### Aproveitamento da prestação de contas em outra unidade da Federação

Não é incomum que a fundação, ao perseguir o objetivo e finalidades traçados



no ato da instituição, em que pese concentrar sua estrutura administrativa e recursos humanos na localidade em que está situada sua sede, amplie suas atividades para outro Estado ou no Distrito Federal, desenvolvendo projeto ou campanha com tema que se alterna periodicamente. Nesse caso, por não se justificar a instalação de uma representação ou filial, é natural e até recomendável que a fundação se valha do auxílio de voluntários, que atuarão como executores do projeto ou campanha.


Nessa situação, não se afigura indispensável a apresentação de contas ao MP do local em que são desenvolvidas essas atividades eventuais e temporárias, sendo que supridas pelas contas regularmente exigidas pelo MP em que situada a sede da fundação.

Não há óbice legal em exigir a prestação de contas de atividade eventual da fundação, mas sem dúvida é uma medida contrária ao princípio da proporcionalidade, não bastasse representar verdadeiro entrave burocrático que somente macula a agilidade que deve existir na gestão de entidades voltadas ao interesse social.

Sob outra ótica, ainda que se trate de fundação que mantenha filial ou representação, posto que realiza atividade de caráter permanente, esta última poderá ser dispensada da apresentação de contas, se o promotor de Justiça de fundações do local onde funciona o escritório remoto considerar suficiente o resultado da prestação de contas submetida ao local onde está situada a sede.

Portanto podemos afirmar que:

- O encargo de velar pelas fundações cabe ao órgão do MP em que ela estiver situada e, também, onde estender suas atividades.
- A prestação de contas deverá obrigatoriamente ser apresentada no local em que a fundação estiver sediada.
- Quando atividades permanentes forem exercidas pela fundação por meio de representação ou filial em outra unidade da Federação do local de sua sede, o órgão do MP poderá considerar suficiente a prestação de contas apresentada ao MP do local da sede da fundação.
- Quando a atividade que a fundação realizar fora de sua sede for de caráter

eventual, consistente no desenvolvimento de projeto ou na realização de campanha, será dispensada a apresentação da prestação de contas ao órgão do MP onde esta atividade for desenvolvida. 

**José Eduardo Sabo Paes.** Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Autor do livro *Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social*, 6ª edição.

**Nelson Faraco de Freitas.** Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Curador da Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social.

# 10 anos capacitando pessoas... mais de 3 mil clientes

- ✓ Congressos
- ✓ Seminários
- ✓ Cursos, inclusive *In Company*
- ✓ Consultoria em responsabilidade social




11 5102-4654 | 11 5106-4656  
[www.economica.com.br](http://www.economica.com.br)





Iniciativas de  
geração de renda  
para as próprias  
instituições sociais  
dependem de  
qualidade na gestão  
e profissionalização





# Estratégias sustentáveis para a geração de recursos

Por Thaís Iannarelli

Sustentabilidade é a palavra do momento, e seu significado, se levado ao pé da letra, é simples: algo que pode ser mantido ao longo do tempo. Atualmente, o termo pode ser empregado nas diferentes áreas da economia. O governo, por exemplo, precisa agir de maneira sustentável em relação ao meio ambiente, ou seja, causando o menor impacto possível para o bem-estar do planeta. O setor privado também utiliza a palavra para definir ações que geram lucro para as empresas sem trazer consequências negativas aos funcionários e colaboradores.

E no setor social? Em um sentido amplo e complexo, o conceito de sustentabilidade institucional pode ser compreendido como “equilíbrio e continuidade da atuação da organização, levando em conta a necessidade social para a sua existência, os recursos necessários, serviços prestados e pessoas envolvidas”, segundo definição de Danilo Brandani Tiisel,

advogado especialista em Legislação do Terceiro Setor e membro do Grupo Estratégico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo (OAB-SP).

Então, para alcançar a tão falada sustentabilidade, um dos caminhos é a geração de recursos para a própria organização, que depende de alguns aspectos, como venda de produtos ou de conhecimentos da entidade, que podem ser transformados em prestação de serviços à sociedade. Além disso, firmar parcerias, obter patrocínios e conseguir doações fazem parte do processo. Em ambos os casos, o importante é mobilizar pessoas em torno de seus objetivos e propostas.

## Alto grau de dependência

Depender de doações e patrocínios é a realidade de grande parte das organizações sociais brasileiras. Este não é um fato ne-

gativo, já que essas parcerias são essenciais para a evolução do Terceiro Setor. Porém, ao mesmo tempo, dão pouca autonomia à gestão da organização social, porque esses recursos são sempre destinados a projetos específicos e não podem ser usados, por exemplo, para a parte operacional da instituição, como pagamento de salários, água, luz e telefone, entre outros.

“Doações e patrocínios não devem ser considerados como problema, mas como parte da solução. O problema é ser dependente de um único doador ou de um arco muito limitado de fontes de recursos”, explica Fabio Ribas Junior, consultor e pesquisador em políticas sociais e diretor executivo da Prattein – Consultoria em Educação e Desenvolvimento Social. Por isso, um grande passo para a sustentabilidade é conseguir diversificar as fontes de renda.

A Associação Desportiva para Deficientes (ADD), instituição que existe há 12 anos e



“As organizações do Terceiro Setor estão buscando maneiras de diminuir os riscos para a própria sustentabilidade, criando e desenvolvendo estratégias inovadoras e profissionais para mobilizar recursos”

Danilo Tiisel



Crianças treinam para jogar basquete em cadeira de rodas

promove o desenvolvimento da pessoa com deficiência por meio do esporte adaptado, procura agir dessa maneira. Segundo Eliane Miada, fundadora e diretora da ADD, “o patrocínio e a doação ainda são fontes importantes para implantar projetos, porém, as organizações não podem deixar que eles fiquem engavetados pela falta desses recursos, que estão cada vez mais escassos. Acreditamos que as organizações devam buscar recursos em projetos próprios, alinhados com o seu segmento. A ADD sempre tenta realizar ações sustentáveis no que ela tem de mais forte, no caso, projetos esportivos e de capacitação”.

O rumo certo para gerar renda é esse mesmo: comunicar com clareza a forma pela qual está contribuindo para fazer valer os interesses da sociedade, fato que atrai mais apoiadores à causa da organização. Outro ponto a ser levado em consideração é que, para gerar renda, é preciso planejamento e conhecimento profundo do mercado em que se deseja atuar. “Recursos mobilizados por meio da geração de renda podem ser utilizados com maior liberalidade. Com isso, a entidade adquire condições de profissionalizar sua gestão e, conseqüentemente, passa a atuar

de forma cada vez mais planejada, levando em consideração resultados de curto, médio e longo prazo”, explica Tiisel.

### Mudança de comportamento

Encontrar o meio termo entre depender de patrocínios e doações e ter total autonomia é vital para o conceito da sustentabilidade, de articular alianças e parcerias geradoras de recursos para a organização social. Relaciona-se também com o aumento da capacidade das organizações para utilizar esses recursos com mais competência e eficácia, sendo capazes de solucionar problemas que interessam a todos os parceiros.

Isso mostra que uma mudança no pensamento da gestão da organização se faz necessária, já que envolve maior comunicação e interação das instituições com todos os seus parceiros e na visibilidade das ações e resultados obtidos. Também é importante não deixar de lado o produto ou serviço oferecido para gerar renda, que devem ser de alta qualidade, não só por concorrerem com produtos do Segundo Setor. A qualidade gera credibilidade, o que possibilita novas parcerias e mais recursos – sendo que estes não são somente financeiros,

mas também de pessoas, novas tecnologias, infra-estrutura, equipamentos etc.

O crescimento considerável que aconteceu no número de organizações sem fins lucrativos não ocorreu na mesma proporção com as fontes de recursos tradicionais, que mantêm entidades por meio de patrocínios e doações. Por isso, a preocupação das instituições em gerar renda própria é clara. “As organizações do Terceiro Setor estão buscando maneiras de diminuir os riscos para a própria sustentabilidade, criando e desenvolvendo estratégias inovadoras e profissionais para mobilizar recursos. A venda de produtos e serviços são exemplos dessas alternativas”, conta Tiisel. Na hora de pensar em um programa de geração de renda, é bom lembrar que a habilidade para fazer isso depende do perfil de cada organização. “Atividades próprias de geração de renda ainda são incipientes, especialmente entre organizações voltadas a atividades assistenciais”, explica Ribas.

Um exemplo de programa de geração de renda própria é o do Instituto Rodrigo Mendes, organização comprometida em construir uma sociedade inclusiva por meio da arte. “Além da transparência e da presta-





Produtos comercializados pelo Instituto Rodrigo Mendes: decoração com obras feitas pelos alunos

ção de contas, buscamos criar projetos que tornem a instituição sustentável. Acredito que organizações estrategicamente planejadas têm mais facilidade na hora de captar. O Programa Geração de Renda, além de usar os próprios recursos, que são as imagens de obras de alunos, proporciona renda para eles e para a sustentabilidade da organização”, conta Joice de Ávila Gitahy, assessora administrativa do instituto.

Também em busca do desenvolvimento sustentável, a ADD é outra instituição que procura arrecadar recursos com diversas atividades. “Realizamos eventos corporativos, como jogos de exibição de basquete em cadeira de rodas, palestras motivacionais ou *coffee breaks* solidários. Além disso, no âmbito esportivo, fazemos parcerias com empresas organizadoras de corridas de rua, campanhas de doação on-line e venda de produtos institucionais”, conta Eliana.

### Como gerar renda?

Algumas atividades podem ser boas opções para diversificar as fontes de renda da entidade e fugir da grande dependência das doações e patrocínios. “Para mim, as organizações, antes

de tudo, devem fazer cada vez melhor o que se propõem a fazer e investir na divulgação dos resultados de suas ações”, explica Ribas. Daí vem a importância de criar uma identidade forte da instituição, com a qual as pessoas se identifiquem. “Na ADD, as ações de geração de renda estão sempre alinhadas com a estratégia de divulgação de nossos programas para pessoas com deficiência, e também ajudam na conscientização das pessoas sobre as questões da inclusão e da diversidade”, conta Eliana.

A venda de produtos fabricados pela própria organização é um dos processos a serem explorados, assim como a realização de bazares, manutenção de loja de produtos alimentícios socialmente responsáveis, criação de serviços, prestação de consultoria e assessoria, realização de palestras para arrecadar fundos, entre outros.

O Instituto Rodrigo Mendes desenvolve e comercializa uma linha de produtos para gerar renda tanto para os alunos quanto para a própria organização. Assim, a venda de itens de porcelana, como xícaras e canecas, de papeleria, como cadernos e agendas, têxtil, como jogos de cama e toalhas, e cosméticos, como sabonete líquido e álcool gel, resultaram em

28% da receita da instituição em 2007, ficando atrás somente dos patrocínios, que somaram 45%. As doações, em compensação, ficaram abaixo da venda dos produtos, e ajudaram a receita em 18%.

### Aspectos legais da venda de produtos

Para obter recursos por meio da venda de produtos e serviços, é preciso adequar o estatuto da organização, para que nele estejam previstas as fontes de renda e atividades utilizadas como meio para a sustentação financeira da organização, de acordo com o art. 54, IV, do Código Civil. Caso isso não aconteça, essa ação de captação será realizada em desconformidade às determinações da lei civil e pode gerar problemas fiscais que afetam a credibilidade da organização.

Em relação à venda de produtos para arrecadação de recursos, não existe nenhuma proibição legal, segundo o advogado Danilo Tiisel. “Porém, o desenvolvimento de produtos pelos atendidos deve ser visto detalhadamente. Caso um atendido esteja trabalhando na fabricação de produtos para a geração de renda de uma instituição, tanto ele quanto a organização devem respeitar as



“Doações e patrocínios não devem ser considerados como problema, mas como parte da solução. O problema é ser dependente de um único doador ou de um arco muito limitado de fontes de recursos”

Fabio Ribas Junior

Projeto de geração de renda apoiado pelo Instituto HSBC Solidário



Leis Trabalhistas Brasileiras, que são aplicáveis ao Terceiro Setor, da mesma maneira que para as empresas. Além disso, o enquadramento legal da atuação do beneficiário deve ser visto de acordo com a atividade de fato, de forma bem detalhada”.

Depois da previsão estatutária da geração de renda como fonte de recursos para a sustentação da organização, é preciso emitir nota fiscal da venda ou da prestação de serviços e pagar os tributos envolvidos na operação. Porém, existem imunidades e isenções que podem ser levadas em consideração nas atividades de geração de renda das entidades sem fins lucrativos. “O estudo a respeito do que é aplicável ou não precisa ser extremamente específico, tendo em vista aspectos constitucionais e critérios legais. Vale ressaltar que, no Brasil, a imunidade tributária das instituições sociais precisa ser reconhecida pelo poder público, embora grande parte da doutrina discorde disso, e as isenções, solicitadas junto ao órgão competente para tributar”, complementa Tiisel.

### Caminho para o desenvolvimento sustentável

As relações entre o Estado e a sociedade estão passando por uma reformulação, pois se entende que o envolvimento cívico das organizações sociais favorece uma maior

cooperação interna para o desenvolvimento social. “Assim, vale o conceito de Putnan, autor do livro *‘Making Democracy Work’*, que mostra que nos lugares onde a sociedade civil se organiza e participa mais, os governos também funcionam melhor e todos ganham”, explica Fabio Ribas. “Para que se tornem sustentáveis, as instituições devem demonstrar e saber comunicar à sociedade sua contribuição para essa finalidade”, complementa.

Dentro das organizações, o que torna o trabalho em busca da sustentabilidade mais acessível é a profissionalização dos funcionários, porque os projetos de geração de renda exigem planejamento, conhecimento de mercado, do público-alvo, capital inicial e de giro, adequação legal, cálculo de custos, previsão de resultados, entre outros requisitos. Ou seja, é preciso elaborar um verdadeiro “plano de negócios” para implementar a iniciativa com segurança. De acordo com Tiisel, “é recomendável que a instituição tenha muita clareza com relação às metas, benefícios, esforços e riscos envolvidos na geração de renda”.

Alguns passos para saber se sua organização está no caminho certo da sustentabilidade são:

- Envolver o conselho de sua instituição na busca de recursos e na definição de metas de captação de recursos;

- Formule projetos para ir em busca de parcerias (cuidado para não exceder o número de projetos, faça algo de um modo que não fuja ao seu controle). Eles devem focalizar com clareza o problema social enfrentado e os resultados que se pretende atingir;
- Conheça melhor seus atuais doadores. É importante planejar estratégias para manter seu vínculo com a instituição e estreitar relacionamentos;
- Analise quais tipos de parceria são adequados à sua organização, considerando sua filosofia e visão social;
- Tente conhecer melhor sobre as lideranças governamentais, comunitárias e empresariais da região em que sua organização atua. Boas parcerias requerem, antes de tudo, identidade e sintonia de propósitos;
- Estabeleça articulações com outras organizações que atuam no mesmo campo da sua. Assim, é possível criar redes de cooperação e fortalecer a busca de recursos junto a outras instituições que apoiam projetos sociais;
- Analise bem seus custos e receitas, procurando associar as metas de captação de recursos ao seu planejamento orçamentário;





OSYBENTINA

## Para o bem da comunidade

Além de gerar renda para elas próprias, a maioria das organizações sociais procura também promover capacitação para que seus atendidos possam gerar renda e conseguir melhor qualidade de vida para eles e suas famílias.

O estudo "Organizações de base, redes intersectoriais e processos de desenvolvimento local: o desafio da sustentabilidade", realizado por Fabio Ribas Junior e Eliana Ribeiro de Souza Ribas, aponta exatamente este ponto de vista. "Procurei mostrar que o processo de fortalecimento das organizações sociais é inseparável de um processo mais amplo de desenvolvimento local sustentável. Isso porque, ainda que a sustentabilidade das organizações seja uma finalidade plenamente válida do ponto de vista dos interesses delas próprias, sua última justificativa reside no desenvolvimento do sistema que as abriga, ou seja, as comunidades locais", explica Fabio.

Os projetos da ADD são exemplo disso, pois têm o objetivo de promover ações que dêem a possibilidade à pessoa com deficiência e aos seus familiares de encontrar uma fonte de renda, seja através do trabalho formal ou de cursos de capacitação profissional. Da mesma maneira funciona o projeto do Instituto Rodrigo

Mendes, que reverte parte da renda gerada pela venda de seus produtos aos alunos que ajudam a produzi-los.

Essas ações facilitam o apoio de pessoas e empresas que estejam interessadas em investir na área social, graças à capacidade que demonstram de garantir a redução da desigualdade social e a sustentabilidade local. Esses resultados devem ser mostrados para incentivar mais investimentos e, principalmente, a profissionalização e gestão mais sustentável da própria organização.



OSYBENTINA

Artesanato em projeto apoiado pelo Instituto HSBC

- Seja transparente na demonstração da forma de utilização dos recursos, para que todos os interessados saibam onde eles foram empregados;
- Divulgue o que sua organização faz e envolva a equipe nesse esforço de comunicação com a sociedade. Porém, é importante fazer antes um trabalho interno de reflexão sobre o trabalho da organização, verificando seus pontos fortes e fracos, para que esta comunicação seja bem sucedida.

Dentro das organizações, agir com inovação também pode ser muito útil ao se pensar em uma atuação que gere renda e sustentabilidade. Dessa maneira, fica mais fácil gerir as receitas das organizações, sejam elas provenientes de doações, patrocínios, parcerias, venda de produtos ou serviços.

### Por outro lado...

Empresas e institutos que apóiam organizações por meio de patrocínios e doações são ainda vitais para o funcionamento de muitos projetos sociais. Segundo dados da Pesquisa Ação Social das Empresas, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a participação do empresariado na área social passou de 59%, em 2000, para


69%, em 2004. No último ano do estudo, 600 mil empresas do país atuavam na área social e aplicaram R\$ 4,7 bilhões em ações socialmente responsáveis. O que tem mudado, no entanto, é o modo como esse investimento é feito, deixando de ser baseado em ações somente assistencialistas.

Um exemplo de quem atua amplamente na área social é o Instituto HSBC Solidarietà, inaugurado em março de 2006 para representar o braço do investimento social do Grupo HSBC no Brasil. "Atuamos por meio de três pilares: educação, meio ambiente e geração de renda para a comunidade. Nas três áreas, o instituto desenvolve projetos próprios, que mobilizam e engajam nossos colaboradores em ações socioambientais práticas, e investe em projetos de ONGs parceiras, beneficiando milhares de pessoas em todas as regiões do Brasil", conta Claudia Malschitzky, diretora do instituto.


Uma das bases das atividades do instituto é a geração de renda, com o objetivo de combater a desigualdade social por meio do empreendedorismo solidário e sustentável que gere renda e trabalho para as comunidades. "Em 2007, 14 propostas foram contempladas e receberam recursos por três anos. Porém, em 2008, a seleção apresentou um diferencial. Graças a uma parceria entre

o Instituto HSBC Solidarietà e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, as entidades selecionadas serão capacitadas para desenvolverem um plano de negócios, recebendo consultoria técnica da equipe da FGV", explica Claudia.

Esta iniciativa ajuda, e muito, a buscar das organizações pela sustentabilidade. "Fizemos isso porque percebemos, ao longo dos anos, a dificuldade que os projetos apoiados tinham para aliar conhecimentos técnicos de gestão com os saberes populares", complementa.

Em 2006, o Instituto HSBC Solidarietà apoiou 177 projetos e investiu R\$ 12 milhões na área socioambiental. Em 2007, foram 164 projetos e, em 2008, já são 187 iniciativas apoiadas. A previsão é que, até o final do ano, aproximadamente R\$ 13,3 milhões sejam destinados a investimentos sociais. 

### Links

-  [www.add.org.br](http://www.add.org.br)
- [www.institutorodrigomendes.org.br](http://www.institutorodrigomendes.org.br)
- [www.porumundomaisfeliz.org.br](http://www.porumundomaisfeliz.org.br)
- [www.pratein.com.br](http://www.pratein.com.br)



# Sensibilizar, envolver e reconhecer

Três palavras importantes para o sucesso de um programa empresarial de voluntariado dão nome ao projeto em implantação no O Boticário

Em um programa empresarial de voluntariado, os voluntários precisam ser *sensibilizados* para observar o papel de transformação social que têm nas mãos. O *envolvimento* deles com o programa é fundamental para o sucesso do mesmo, pois os colaboradores de uma empresa são agentes de transformação em suas comunidades. E por fim o *reconhecimento*, que todo voluntário e empresa que investem na área social merecem pela sua prática, servindo de estímulo para a ampliação e surgimento de novas ações.

As iniciais das três palavras destacadas dão nome ao programa desenvolvido na empresa O Boticário. Lançado no dia 6 de junho deste ano, o Programa S.E.R. pretende mobilizar cerca de 120 dos 1.200 funcionários da fábrica da empresa, localizada em São José dos Pinhais, no Paraná.

Para valorizar as iniciativas voluntárias dos empregados, com o objetivo de que elas tenham um potencial maior de transformação social, o Programa S.E.R. conta com a consultoria do Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV), uma ONG que há dez anos trabalha com o voluntariado transformador. “A consultoria do CAV fornece aos funcionários do O Boticário uma estrutura de ação voluntária que, além de mostrar a importância dessas iniciativas, também oferece uma estratégia mais qualificada e consciente”, afirma a consultora em voluntariado empresarial do CAV, Fernanda Rocha dos Santos.

“O Boticário sempre realizou diversas ações voluntárias, mas eram iniciativas isoladas. O que faremos agora é estruturar esse trabalho e a área de responsabilidade social será uma forte apoiadora do programa”, explica a analista de responsabilidade social da empresa, Carmem Dalla. O Programa S.E.R. pretende estimular o envolvimento dos funcionários em todas as causas sociais, principalmente nas ações ligadas ao meio ambiente. “O investimento socio-




Palestra de voluntariado para funcionários do Boticário

ambiental faz parte da estratégia da empresa, e é importante que os funcionários estejam envolvidos e sensibilizados para expandir a estratégia para a comunidade. Eles levam o nome da empresa para fora de forma positiva, ampliando o reconhecimento de nossa marca”, complementa Carmem Dalla.

Com a consultoria do CAV, o programa será desenvolvido em fases, ao longo de três anos. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de conhecer o interesse e a necessidade dos colaboradores em relação ao voluntariado. O próximo passo será a implantação de um comitê de funcionários, que será responsável por nortear as ações do Programa.

Outra iniciativa do Programa S.E.R., que já está sendo realizada, é a disponibilização, no portal corporativo e nos jornais murais, de informações sobre oportunidades de trabalho voluntário. “As vagas já estão sendo divulgadas e pessoas que tinham interesse em ser voluntárias já nos deram retorno dizendo, por exemplo, que só faltava o caminho para iniciar uma atividade.

Através destas oportunidades ficou mais simples e objetivo”, comenta Carmem.

Para realizar as consultorias e auxiliar a implantação de ações de responsabilidade social corporativa adequadas ao perfil de cada local, o CAV trabalha junto com a empresa desde o desenho do plano de ação até sua implementação, monitoramento e avaliação. Dentro do Programa Empresarial de Voluntariado (PEV), a consultoria oferecida possibilita a interatividade entre a empresa e seus colaboradores. 



**Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV)**

**www.acaovoluntaria.org.br**  
empresarial@acaovoluntaria.org.br  
(41) 3322-8076

## De volta às origens

**D**o interior da Paraíba a Buenos Aires. Recentemente, integrantes da Escola Estadual Professor Lordão, da cidade de Picuí, a 244 km de João Pessoa, foram convidados pelo Ministério da Educação a apresentar uma experiência socioeducativa no II Encontro de Escolas Solidárias do Mercosul. Em terras argentinas, a escola mostrou o projeto “Repensando Picuí”, um trabalho de resgate da identidade da cidade paraibana que devolveu aos alunos a vontade de estudar e o interesse pela vida escolar.

Iniciado em 2004, o projeto surgiu como reação aos problemas enfrentados na época: altos índices de reprovação e evasão escolar, agressões verbais, pichações e mau uso do espaço público.

Quando tudo parecia ir contra, a equipe escolar percebeu que poderia mudar a situação. A primeira iniciativa foi apresentar a idéia aos


demais docentes e começar o planejamento da ação. O objetivo era envolver os alunos em atividades que promovessem a “descoberta” do município de Picuí. “Um povo só valoriza sua terra quando tem conhecimento de suas histórias, lutas, fracassos e sucessos”, enfatiza a diretora Adriana Mary de Carvalho Azevedo.

O passo seguinte foi expor a proposta para os alunos e convidá-los a participar da experiência. Os primeiros que aderiram foram 69 estudantes do segundo ano do ensino médio. Com a equipe de trabalho formada e as parcerias fechadas, as ações começaram a sair do papel.

Entre as atividades, destacam-se as reuniões semanais entre professores e alunos para planejamento, acompanhamento e avaliação das etapas do projeto; leitura de textos didáticos e científicos sobre a urbanização e degradação ambiental de Picuí; análise de livros sobre a

cidade a fim de identificar possíveis contradições históricas; pesquisa em sítios arqueológicos da região; realização de oficinas de arte para que os alunos produzam quadros sobre pinturas rupestres, buscando interpretar o significado de algumas tradições do município.

Parte das ações acontece aos finais de semana, e o restante, durante as aulas, quando os professores têm a possibilidade de explorar o projeto do ponto de vista de cada disciplina, sobretudo em história, geografia, artes, língua portuguesa, matemática, química e biologia.

No quarto ano de atividades, o “Repensando Picuí” apresenta bons resultados educacionais: o número de alunos aprovados saltou de 69%, em 2004, para 89%, em 2006; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da escola aumentou de 3,1, em 2005, para 3,7, em 2007, sendo superior à média do Estado da Paraíba, que é 2,9. 

## Voluntário: recrutamento profissional

**E**m muitas organizações do Terceiro Setor, o recrutamento e a seleção de voluntários obedecem a procedimentos parecidos com os das empresas do setor privado. O “processo seletivo social” tem o objetivo de identificar pessoas engajadas e comprometidas com a causa e mantê-las nas instituições. E a escolha começa dentro de casa, na descrição das atividades que serão desenvolvidas por quem quer doar seu tempo, trabalho e talento.

No Doutores Cidadãos, um dos programas da Oscip Canto Cidadão, que atua em hospitais e asilos de São Paulo, o recrutamento começa com a definição de critérios para ser voluntário. “Em um primeiro momento, basta o interessado ter mais de 17 anos e se identificar com o nosso principal objetivo: a amenização hospitalar”, diz Luciana Telles Ferri, uma das coordenadoras de voluntários da entidade.

Definido o perfil desejado, é preciso escolher a forma de convocação das pessoas, ou seja, de que maneira e onde a vaga será divulgada. A Canto Cidadão faz dois recrutamentos por ano para o Doutores Cidadãos, oferecendo de 55 a 100 vagas. “Como em qualquer empresa, a oferta depende da demanda, que pode surgir com novos hospitais e asilos atendidos,

devido ao desligamento de voluntários, entre outros motivos”, conta a coordenadora Luzia Cristiana da Silva.


Para comunicar as vagas, a entidade utiliza pelo menos três meios de divulgação: rádio, mais especificamente o Programa Canto Cidadão, transmitido pela emissora Boa Nova (1.450 AM), cartazes fixados em hospitais onde a instituição atua e, sobretudo, a famosa propaganda boca-a-boca entre os voluntários. “Chegamos a receber aproximadamente 600 inscrições por recrutamento”, afirma Fernanda Coimbra dos Santos, também coordenadora de voluntários.

### Seleção

Depois da convocação, vem a seleção, que, no Canto Cidadão, consiste em uma prova de conhecimentos gerais, testes de raciocínio lógico e redação. “Aqui, temos uma triagem natural”, conta Luciana, reforçando que essa etapa visa avaliar o grau de informações gerais

do interessado, como ele imagina o trabalho em hospitais, entre outras características.

Os aprovados são encaminhados para entrevista com a equipe de coordenadores. “Durante a conversa conhecemos melhor o interessado, o entendimento dele sobre trabalho voluntário, quanto tempo ele dispõe para o trabalho social, qual o grau de comprometimento, e também falamos sobre o programa de voluntariado e nossas expectativas”, explica Fernanda.

Antes de se tornar um “Doutor Cidadão”, o candidato passa por um treinamento teórico e prático de quatro meses e meio. “Nessa fase, avaliamos, entre outros quesitos, presença, pontualidade, organização, adequação ao figurino, respeito à orientação, postura geral, bom senso e capacidade de ouvir”, finaliza Luzia, lembrando que, atualmente, são 600 voluntários trabalhando ativamente e outros cem em treinamento neste semestre, o que configura o maior grupo de voluntários palhaços hospitalares do mundo. 



# Personagem principal

Saiba como a prática do protagonismo social valoriza a atuação de cidadãos no palco chamado sociedade

Por Valeuska de Vassimon

Você já deve ter ouvido algo como “a vida é um grande palco em que cada indivíduo protagoniza sua história”. Ou mesmo pode ter lido em algum lugar que determinada pessoa pretende ser protagonista de certa história, e não um mero figurante. Ou ainda pode ter sido surpreendido ao saber que a protagonista da próxima novela será sua atriz favorita.

O termo “protagonismo”, bastante usado atualmente com o significado de “personagem principal”, é uma herança da literatura e do teatro, embora tenha sido criado na Grécia Antiga. *Protos* significa “primeiro, principal”, e *ágon*, significa “luta”. *Agonistes*, por sua vez, significa “lutador”. Assim, a união das palavras resultou no termo usado hoje em dia.

Foi justamente pensando nessa definição que surgiu o termo “protagonismo social”, com o objetivo de expressar a ação de determinado grupo ou indivíduo como personagem principal de sua dinâmica social. Também se fala em “protagonismo juvenil”, praticado por jovens, e “protagonismo comunitário”, liderado por comunidades. Todos eles, contudo, trabalham a integração de determinada classe com a

sociedade, focando na identidade pessoal, no trabalho e na vida como um todo.

Para Felipe Mello, diretor da ONG Canto Cidadão, em São Paulo, o protagonismo social e a educação são dois pilares essenciais que estão entre os maiores desafios da sociedade atual. “Sem eles, o processo democrático é manco”, afirma. “O protagonista social é aquele que compreende a importância do seu envolvimento na luta diária pelo desenvolvimento pessoal para o equilíbrio social, contribuindo para a garantia dos direitos e cumprimento dos deveres.”

A Fundação Odebrecht criou o termo “protagonismo juvenil”, que este ano comemora 20 anos. Atualmente considerado um patrimônio do Terceiro Setor, o conceito determina que o contexto social em que o jovem está inserido é co-participante de seu desenvolvimento e beneficiário ao mesmo tempo. Para tanto, o jovem precisa ter autonomia e conhecimento, deixando de ser apenas receptor para ter uma visão integrada, democrática e competente, baseada no trabalho coletivo, na solidariedade e na responsabilidade. Para a fundação, o educador é fundamental nesse processo ao disseminar os pilares da educação, ou seja, ensinar o jovem a ser, a conviver, a fazer e a conhecer.

Um dos projetos que coloca em prática o conceito é o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (DIS Baixo Sul), na região do Baixo Sul da Bahia. Apoiado pela fundação Odebrecht, os projetos têm como objetivo desenvolver economicamente as regiões beneficiadas, promovendo oportunidades de trabalho e renda para a população, acesso à educação de qualidade, à conservação do meio ambiente e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dentre os projetos educacionais do DIS Baixo Sul estão as “Casas Familiares Rurais, do Mar e Agroflorestal”, que aplicam a pedagogia da alternância. “Os jovens passam uma semana em regime de internato, com aulas na sala e no campo, e duas semanas em suas propriedades, aplicando os novos conhecimentos, sob o acompanhamento e a orientação de monitores especializados”, explica Joana Almeida, consultora educacional da Fundação Odebrecht.

Segundo a educadora, tal metodologia nasceu na França, em 1937, e ao sistematizar e difundir os conhecimentos adquiridos nas famílias e comunidades acaba por introduzir novos padrões de qualidade e produtividade na produção local.



Para Tarcísio Botelho, coordenador pedagógico das Casas Familiares do Mar, Agroflorestal e Rural de Igrapiúna (projetos do DIS Baixo Sul), a associação de pais e cooperados é co-responsável pela condução das ações. No caso do projeto Casas Familiares, os pais dos jovens partilham das discussões sobre os caminhos trilhados por seus filhos na instituição.

“A definição de materiais didáticos é elaborada a partir da realidade da comunidade e o currículo do curso é construído e aprovado pela Associação Casa Familiar, contando com a participação de outros atores sociais locais, como sindicatos agrícolas, colônias de pesca, escolas etc.”, conta Tarcísio.

A ONG Canto Cidadão, que desenvolve atividades em hospitais, brinquedotecas e escolas, criou o programa social “Doutores Cidadãos”, grupo de voluntários palhaços hospitalares. O objetivo principal, segundo Felipe Mello, não é apenas conquistar sorrisos, e sim conhecer o espaço público de saúde e entender os motivos de um atendimento insatisfatório para a maior parte da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Nossos programas estimulam e preparam para o protagonismo social consciente, que não acontece apenas durante a execução das ações, mas quando os voluntários levam para a sua vida pessoal, profissional e social aquilo que descobrem como valioso durante o treinamento e a prática”, afirma.

Um dos pontos mais importantes dentro do protagonismo social é a postura do educador envolvido. Para Tarcísio Botelho, é essencial ter vínculo com a comunidade. “O educador deve ser um profundo conhecedor da realidade daqueles com quem pretende estabelecer uma relação de apoio”, afirma. “Só é possível influenciar pessoas a partir do exemplo. Portanto, praticando ações prota-



Jovens do projeto Casa Familiar Rural

gonistas, o educador torna-se referência ao grupo”, complementa.

Na Bahia, o intenso trabalho com protagonismo já resulta em enredos mais dedicados para públicos maiores. “Temos jovens que organizaram associações de produtores; outros se tornaram presidentes de suas próprias associações. Além daqueles que se interessaram por questões que envolvem a comunidade e acabaram enfrentando desafios como a elaboração de hortas coletivas, limpeza de rios e nascentes, coleta seletiva e reflorestamento”, conta Tarcísio.

Embora haja diversas ações que exploram o conceito atualmente, os programas ou instituições que trabalham com o protagonismo social também enfrentam dificuldades. Segundo Joana Almeida, o problema não é elaborar projetos, e sim executá-los com disciplina e entendimento. “É importante encontrar adultos, educadores e líderes que

encarem este desafio, que se façam de ‘ponte’, investindo e possibilitando o desabrochar dos educandos”, afirma.

Para Felipe, é importante despertar um interesse nos participantes que ultrapasse a ação imediata, transformando-se em postura de vida. “Mudar políticas públicas de educação, saúde e segurança é substancialmente mais complexo do que doar agasalhos ou distribuir sopas”, afirma. Apesar de valorizar tais ações, o diretor da ONG Canto Cidadão reforça que “o verdadeiro protagonista não se contenta em matar a fome do pão que é saciável, e sim amenizar a fome de beleza, que é insaciável”.

#### Links

[www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)  
[www.fundacaoodebrecht.org.br](http://www.fundacaoodebrecht.org.br)

**ARA-ATUALIZA**

**Grupo Arilton Portella**

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre  
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580  
Tel. (41) 3335-3437  
Fax. (41) 3336-2814

[www.ara-atualiza.com](http://www.ara-atualiza.com)

# Instituto Vivo

Organização foi criada há quase quatro anos para gerenciar o programa de voluntariado e os investimentos sociais da empresa

Por Elaine Iorio

O Instituto Vivo (IV) é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), administrada com recursos da prestadora de serviços de telecomunicações móveis Vivo. Surgiu em julho de 2004, a partir da constituição da *joint venture* que opera sob a marca Vivo, sendo a evolução do trabalho socioambiental desenvolvido pelas empresas controladoras da Vivo no Brasil: a Portugal Telecom, por meio do antigo Instituto Brasil Digital (IBD), e a Telefônica Móveis, por intermédio da Fundação Telefônica.

O instituto é o desencadeador de contribuições e fomento para a criação de redes sociais, por meio de três programas: Rede Vivo de Inclusão Social, que apóia e desenvolve projetos de inclusão de jovens com e sem deficiência; Rede Vivo de Voluntariado e Rede Vivo de Gestão Social.

Segundo Karinna Bidermann Forlenza, gerente de responsabilidade socioambiental, o IV é “desencadeador de contribuições e fomento de projetos voltados para a inclusão social e econômica do jovem, principalmente o deficiente visual, enfatizando a educação geradora de oportunidades, trabalho e renda”.

## Projetos

O Instituto Vivo realiza projetos em duas áreas: voluntariado e investimento social privado. No primeiro, o IV coordena as ações do programa Rede Vivo Voluntário, que tem como objetivo incentivar os colaboradores a praticarem o voluntariado por meio de atividades com as quais eles se identifiquem, podendo assim participar de outros projetos

já desenvolvidos pelo Instituto Vivo, assim como de novas iniciativas da empresa. Cada colaborador pode atuar no seu Estado de acordo com a realidade local e com o que mais gosta de fazer.

Karina destaca uma iniciativa pioneira do instituto, que é a audiodescrição disponível no Teatro Vivo, em São Paulo. “É a primeira casa de espetáculo do país 100% acessível para todo tipo de deficiência.” Por meio do mesmo sistema usado em traduções simultâneas, são transmitidas informações por audiodescritores voluntários e capacitados para desenvolver a técnica. Em outubro foi lançado outro recurso de inclusão, o novo sistema de Língua Brasileira de Sinais (Libras) teatral, que permite que as pessoas com deficiência auditiva acompanhem a apresentação dos espetáculos.

Até o final do ano passado, o programa Vivo Voluntário produziu mais de 350 mil páginas em braille e 700 horas de audiolivros. No Rio de Janeiro, foram treinados 34 voluntários para serem leitores e, em São Paulo, 19 para revisores de textos e 32 para audiodescrição no Teatro Vivo. Para todas essas atividades, a Vivo conta com 600 funcionários e voluntários e parceria com instituições de todo o país, como a Fundação Dorina Nowill para Cegos, Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara), Audioteca Sal & Luz, entre outras.

No caso de investimento social privado, a gerente de responsabilidade socioambiental destaca alguns dos projetos apoiados pela Vivo em 2007: Vida em Movimento, que apresenta 25 vídeos inclusivos para orientar professores



de escolas públicas e tem como objetivo incluir todos os alunos com algum tipo de deficiência nas aulas de educação física, além do Livro Vivo – Sensibilização para Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual, “uma publicação para ler, ouvir, sentir e cheirar”. Para isso, traz um aparelho de MP3 com os textos e a descrição dos desenhos em áudio, além de aromas e texturas. Já o projeto Ler para Crer, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, permitiu transcrever para o braille livros do acervo das bibliotecas municipais de São Paulo.

## Inclusão

As iniciativas citadas soma-se o Programa de Soluções Inclusivas, que tem como objetivo tornar produtos, serviços, ações e eventos inclusivos para pessoas com deficiência. Alguns deles:

- A inclusão social nos serviços pré-pagos para os clientes com deficiência visual. Nessa iniciativa, a Vivo oferece a isenção da cobrança para a consulta de saldos de celulares pelo serviço do \*5005.
- O lançamento do Código de Defesa do Consumidor em braille e em audiolivro, uma ação realizada em comemoração ao Dia do Consumidor.
- A comercialização do aparelho com acessibilidade para deficientes visuais (N73 e E65), celulares fabricados pela Nokia que são compatíveis com a instalação do *software* Talks, comercializado pela Laramara. O programa funciona como um leitor de tela e permite adaptar produtos eletrônicos às pessoas com deficiência visual. Além disso, ele informa por áudio os pontos de navegação do menu.

O Instituto Vivo também desenvolve ações que tornam eventos acessíveis para pessoas com algum tipo de deficiência. No ano passado, a Vivo patrocinou a exposição “Terra, Vida e Natureza”, da artista plástica Bia Dória, que se tornou acessível com a instalação de placas de identificação em braille ao lado de cada escultura, além da distribuição de folders explicativos em braille em uma parceria com a Fundação Dorina Nowill para Cegos.

No âmbito das atividades voltadas ao meio ambiente, desenvolvidas pela gerência de responsabilidade socioambiental da Vivo, está o Programa Vivo Recicle seu Celular, que tem como objetivo a coleta e a reciclagem de aparelhos, baterias e acessórios usados



Formatura de alunos do Portal do Futuro, do Rio de Janeiro – projeto voltado para a capacitação de jovens para o mercado de trabalho



Voluntários do programa Vivo Voluntário guiam deficientes visuais em exposição

para o descarte adequado. “Neste ano, o projeto recolheu mais de 1 milhão de itens para o descarte adequado”, conta Karinna. O recurso obtido com a ação é revertido para projetos que ajudam a preservar a fauna e a flora brasileiras do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

## Perspectivas

Ao longo de sua existência, o IV patrocinou diversos projetos e ações que beneficiaram mais de 1 milhão de pessoas. “Por meio do seu foco de atuação e do apoio a novas iniciativas, a organização tem como objetivo beneficiar mais pessoas com deficiência e melhorar a qualidade de vida das mesmas”, anuncia Karinna. ♡



### Instituto Vivo

📍 Av. Chucri Zaidan, 860, 5º andar  
Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 04583-110  
[www.institutovivo.org.br](http://www.institutovivo.org.br)  
[institutovivo@vivo.com.br](mailto:institutovivo@vivo.com.br)



# Profissionalização na gestão de RH

Entidades investem em qualidade de mão-de-obra para obter melhores resultados no atendimento de seus *stakeholders*

Por Luciano Guimarães

Os gestores das organizações sem fins lucrativos estão cada vez mais preocupados com a qualidade técnica dos colaboradores e profissionais que atuam nos diversos departamentos, sejam administrativos ou naqueles diretamente ligados ao atendimento ao público. As grandes e médias organizações sociais, que contam com verbas suficientes para aplicar na área de recursos humanos, estão obtendo excelentes resultados com programas de treinamento e capacitação de mão-de-obra.

A busca pela qualidade está levando as entidades a moldar um plano de acordo com a nova realidade do Terceiro Setor. Basicamente, a maioria vem adotando diretrizes aplicadas nas grandes corporações do Segundo Setor, mas sem perder o foco na humanização das relações entre as pessoas. No fim das contas, todos saem ganhando – a organização, por cumprir seus objetivos, e os *stakeholders*, por receberem o devido acolhimento.

Um bom exemplo desse conceito aplicado pelas organizações sociais vem do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), instituição filantrópica mantida pelo empresariado nacional que auxilia os estudantes dos níveis médio, técnico e superior a obter uma oportunidade de estágio. Anualmente, o setor de recursos humanos do CIEE realiza uma pesquisa com seus gestores para elencar as necessidades de treinamento para suas equipes.

Tal procedimento é fundamental para indicar o tipo de treinamento necessário para se iniciar um trabalho com o RH. “Os colaboradores participam de cursos externos, focando especialmente em temas pertinentes à informática. Há ainda programas internos de capacitação ministrados

pelos próprios colaboradores do centro, que abordam assuntos específicos da entidade, como legislação do estágio ou as constantes atualizações no nosso sistema operacional”, explica o presidente executivo do CIEE, Luiz Gonzaga Bertelli.

A entidade prima por um profissional com perfil que varia em decorrência das funções a serem exercidas. Para cargos de supervisão ou superiores são privilegiados nos colaboradores aspectos que demonstrem suas habilidades de gestão de pessoas e liderança. Para posições mais operacionais, pesam mais os conhecimentos técnicos.


O CIEE possui uma Superintendência de Assuntos Institucionais e Recursos Humanos que se divide em quatro gerências – seleção e treinamento, administração de pessoal, remuneração e benefícios e qualidade de vida. Ao todo, a organização conta com 30 colaboradores, e todos são remunerados, tanto funcionários quanto estagiários. Os únicos voluntários são os membros do conselho de administração da instituição.

A entidade tem um programa de integração de novos colaboradores, cujo formato é basicamente o mesmo ao longo do tempo.

O que muda é em relação ao conteúdo dos treinamentos e à adoção de novas tecnologias para as capacitações internas.

Atualmente, os colaboradores podem fazer sete cursos pela internet, que compõem o programa de educação à distância do CIEE e são oferecidos ao lado de outros 12 temas para os estudantes candidatos a estágio. Entre os temas estão: atualização gramatical e cursos de Word, Excel e PowerPoint. Já está encaminhado um plano de aumento no número de opções e na utilização de videoconferências.

“O CIEE informatizou todo seu sistema de recursos humanos, o que agiliza processos e agrega diferenciais à gestão da organização, tal como a valorização dos talentos internos, tendo em vista que todas as informações pertinentes aos colaboradores estão digitalizadas. O centro ainda estuda a implementação de um curso focado especificamente na formação de gestores”, afirma Bertelli, ressaltando que a principal dificuldade para capacitar uma equipe é a adequação da agenda do colaborador à do treinamento proposto, tendo em vista suas atribuições diárias e atividades exercidas fora do CIEE.



**“Incentivamos os colaboradores a participar de conferências e seminários para ampliar os conhecimentos científicos, com o objetivo de exercerem suas funções da melhor maneira possível”**

**Merula Steagall**

## Profissionalização

Mesmo em instituições de menor porte, mas com um bom nível de organização e que cumprem muito bem seu papel na sociedade, vê-se que a profissionalização da mão-de-obra já chegou ao grau das grandes organizações sociais, como AACD e Apaes.

É o caso da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), fundada em 2002. Em apenas seis anos, a entidade deu um novo panorama ao tratamento de linfoma e leucemia no país e à difusão de informações sobre essas enfermidades.

“Incentivamos os colaboradores a participar de conferências e seminários para ampliar os conhecimentos científicos, com o objetivo de exercerem suas funções da melhor maneira possível”, explica a presidente da Abrale, Merula Steagall, que também dirige a Associação Brasileira dos Talassêmicos (Abrasta), entidade fundada em 1982 que tem como missão melhorar as condições de tratamento e qualidade de vida dos portadores de talassemia no Brasil.

A diferença entre a Abrale e a Abrasta está apenas nos números, pois a disposição em ajudar é a mesma. A primeira tem 34 colaboradores, entre contratados e voluntários, e estrutura para atender cerca de 20 mil pessoas por mês; já a segunda tem apenas seis colaboradores e atende em torno de 700 pacientes.

Ambas as entidades também possuem parcerias com o Senac e com o Centro do Voluntariado de São Paulo (CVSP). O Senac oferece cursos gratuitos com duração de dois anos, para que os colaboradores possam estudar, de acordo com suas funções nas entidades. O CVSP fornece cursos para o treinamento dos colaboradores que atuarão como voluntários.




Treinamento de equipes do CIEE

Eles também passam por treinamento com a equipe na qual vão atuar, a fim de desenvolver afinidades e aprimorar o relacionamento.

“Desde o começo das atividades de nossa gestão, há oito anos, percebemos que a profissionalização da área de recursos humanos nas organizações sociais era algo em pleno desenvolvimento, e resolvemos investir nisso”, salienta Merula, que fez pós-graduação voltada ao Terceiro Setor, a fim de conhecer o funcionamento das associações que preside e adquirir conhecimentos sobre a gestão das entidades.

Segundo a presidente da Abrale e da Abrasta, a maior parte dos colaboradores contratados não possuía qualquer experiência com atividades ligadas ao Terceiro Setor.

Merula argumenta que alguns departamentos precisam de pessoas que tenham experiência. Os cargos de chefia, por exemplo, são uma exceção, por sua importância estratégica.

“O Terceiro Setor está despertando para o profissionalismo, que tem no planejamento um primeiro estágio de desenvolvimento, e as entidades estão despertando para esse novo cenário no Brasil, que já existe há muito mais tempo no exterior”, completa Merula. 

### Links

 [www.abrale.org.br](http://www.abrale.org.br)  
[www.abrasta.org.br](http://www.abrasta.org.br)  
[www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br)

# Sistema de Captação de Fundos e Gerenciamento de Recursos

**SISCAF-GR** é um sistema atual, moderno, customizável e bastante abrangente, que permite efetuar acompanhamento e controle gerencial total. Emite boletos, controla sua carteira de cobrança e suas receitas e despesas.

Solicite-nos maiores informações também sobre o PROJETO APRENDIZES

Consultoria e Sistemas Ltda

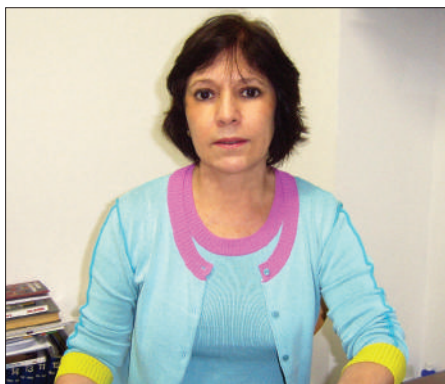
Av. Angélica, 546 sala 2 | (11) 3661.3034 | 3822.2432 | 9933.9416 | [www.checkupinfo.com.br](http://www.checkupinfo.com.br) | [checkupinfo@checkupinfo.com.br](mailto:checkupinfo@checkupinfo.com.br)

**CHECKUP**  
informática

# Ferramentas de transparência na gestão do Terceiro Setor

Estratégias bem definidas trazem resultados positivos às organizações

Por Eleonora Figueiredo  
eleonora@irs.org.br



Um mundo como o de hoje exige das organizações e de seus gestores uma postura que se assente em um paradigma da gestão, fundamentada em um tipo de pensamento de natureza especial – o pensamento estratégico. Este fornece aos gestores a fundamentação necessária para a construção de um modelo e de ferramentas gerenciais que sejam suficientemente capazes de garantir maior efetividade na gestão das organizações, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil.

A gestão estratégica, portanto, tende a possibilitar, entre outras coisas, uma administração orientada para resultados, foco no bom atendimento, maior flexibilidade e agilidade na tomada de decisão nos diversos níveis da organização, além da capacitação para enfrentar novos desafios. Assim, torna-se imperativo sinalizar a relevância da gestão estratégica e transparente como mecanismo contributivo à perenidade das organizações e sustentabilidade de seus projetos sociais desenvolvidos no âmbito do Terceiro Setor.

Neste contexto, práticas de transparência e comunicação organizacional, sem dúvida alguma, são inerentes e tornam-se opção irreversível para o desenvolvimento de instituições sociais, na medida em que se deve prestar contas a todos aqueles que as financiam e à sociedade civil.

É um equívoco achar que as organizações sociais não sabem nada sobre gestão, pois é facilmente identificável uma quantidade significativa de entidades sem fins lucrativos que, bem ou mal, sobrevive há anos embora prevaleça o conhecimento tácito sobre o explícito. Várias decisões pessoais e profissionais são tomadas baseadas em propostas espontâneas, intuitivas, informais, desprovidas de fundamentos técnicos. No entanto, nem sempre a informalidade e a intuição são suficientes, principalmente quando se pretende maior grau de objetividade, de precisão e de fundamento para produzir bons resultados.

A sociedade de hoje cobra transparência e resultados, dá a importância e a necessidade de se recorrer a este tipo de gestão sistemática ou estratégica. Ou seja, a principal diferença não está nos seus propósitos, mas nos métodos utilizados, visto que a sistematização da gestão e a avaliação se baseiam em métodos científicos que têm como objeto de estudo as práticas usadas no mundo corporativo.

A grande virada está na tomada de consciência interna, geradora de uma nova postura: da transparência, do amadurecimento, dos compromissos, das responsabilidades. Mas não é nada fácil para os líderes de uma organização reconhecer-se nesse novo cenário, o qual questiona seus conhecimentos porque demanda novas capacidades. As pessoas, na realidade, precisam querer mudar. De nada adianta introduzir novas ferramentas se as

concepções permanecem as mesmas, pois nada do que se aprendeu será colocado em prática.

Fritjof Kapra define que “a responsabilidade social de uma organização não pode ser diferente da responsabilidade social dos indivíduos, guardadas as devidas proporções. Deve ter, sobretudo, um comportamento ético”.

O ambiente político em que as organizações sociais atuam mudou irreversivelmente, ao longo das últimas décadas. O aumento da visibilidade e das críticas, entre outros fatores, levou a uma crescente pressão sobre as organizações sem fins lucrativos por uma maior transparência (*accountability*), tanto dentro como fora do setor, tornando-se imperativa a demonstração/comprovação de que suas ações propiciam impacto positivo e de que representam efetivamente o interesse daqueles que dizem apoiar. Isso se deve ao fato de as organizações sociais ganharem influência nacional e internacional, prestarem muitos serviços públicos e canalizarem uma quantidade cada vez maior de recursos.

O desafio é demonstrar à sociedade que há um número significativo de organizações sociais responsáveis, que merecem crédito da opinião pública para enfrentar as desigualdades sociais. Essa chancela garantirá que se tornem modelos para as demais, exigindo dos gestores uma visão estratégica, pois demanda muito mais transparência e abertura.

Além disso, na medida em que as organizações se expõem, tornam-se vulneráveis, são foco de atenção. Um dos efeitos da transparência, portanto, se reflete na sua eficácia, na mudança de comportamento dos membros da organização. Mudar a cultura organizacional é mudar a própria essência das pessoas no sentido de



serem mais responsivas, comprometidas com o resultado de suas ações e, por decorrência, com o resultado das ações sociais nas quais estão envolvidas. A importância da transparência está baseada em seus pontos fundamentais, ou seja, a honestidade e a ética.

Desta feita, é possível perceber movimentos de ruptura no modo de fazer filantropia. Ou seja, passa-se da benemerência para o exercício da cidadania e construção de uma sociedade mais justa. É o surgimento do Terceiro Setor profissional. A transparência precisa permear todo o planejamento estratégico das organizações para tornar-se um dos valores expressos na gestão de pessoas e de projetos, na cultura organizacional e nas parcerias.

A dimensão e a importância da área social mudaram qualitativamente, exigindo um reequilíbrio nas prioridades da sociedade. A transformação é profunda: da benemerência e da generosidade assistencial (prevalecendo doações da Igreja e do Estado) para a compreensão de que a área social se tornou essencial para o desenvolvimento do país. Embora a grande maioria das organizações da sociedade civil ainda não tenha consciência da importância de uma atuação sob o enfoque da gestão estratégica e transparente, já é possível notar certo amadurecimento, quando migram do empirismo, da “boa vontade”, do assistencialismo para a “filantropia profissional”. Ou seja, as organizações sociais, ainda que sem fins lucrativos, precisam cada vez mais de profissionais qualificados e precisam implementar o exercício da transparência organizacional, para diversificar e ampliar parcerias, obter certifi-



**A gestão estratégica, portanto, tende a possibilitar uma administração orientada para resultados, foco no bom atendimento, maior flexibilidade e agilidade na tomada de decisão nos diversos níveis da organização**

cações compatíveis, elaborar o demonstrativo contábil, gerenciar projetos, estabelecer um plano de comunicação e transparência, entre outras práticas. Assim, a contribuição da sociedade civil deve ser pautada no conceito de investimento social. E investimento pressupõe retorno, produto, impacto, mudança.

Como ferramentas para a prática da transparência é importante estabelecer canais permanentes de comunicação com os seus públicos (*stakeholders*) adaptando-se às novas demandas e desafios e dispondo-se a rever ações e estratégias que se mostrem pouco adequadas. Outra ferramenta é a publicação do relatório social, contendo dados de qualidade de modo a permitir uma análise clara de situação financeira da organização e a eficácia dos seus projetos.

\*O PRESENTE ARTIGO ENCONTRA-SE MAIS DETALHADO EM FIGUEIREDO, E.M.; ARAUJO, F. O. TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO E REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL À LUZ DAS PREMISSAS DE SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO ROGERIO STEINBERG. IN: OSVALDO QUEILHAS; EDUARDO R. GOMES; CID ALLEDI; MARCELO J. MEIRINHO. (ORGS.). TRANSPARÊNCIA NOS NEGÓCIOS E NAS ORGANIZAÇÕES ASPECTOS TEÓRICOS E ESTUDOS DE CASO. RIO DE JANEIRO: EDITORA CAMPUS, 2008 (NO PRELO).

### Dicas para demonstrar a transparência da sua organização

- Realizar ações de planejamento estratégico, deixando claras as ações a serem colocadas em prática;
- Publicar balanços sociais feitos para demonstrar os gastos da organização;
- Promover auditoria externa;
- Ter as portas abertas para quem quiser conhecer a organização e seus projetos;
- Manter os colaboradores sempre informados sobre as atividades realizadas.

**Eleonora Figueiredo.** Mestre em educação e especialista em responsabilidade social. Foi assessora de projetos especiais e chancelas da Unesco. Atualmente é gerente de responsabilidade social do Instituto Rogerio Steinberg, no Rio de Janeiro, e palestrante em simpósios ligados ao tema Transparência nos Negócios.



Assessoria

Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 - sala 614 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Cep 20040-030

Tel.:(21) 2210-0859 Fax. (21) 2508-6649

## SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

### Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas



Informações pela Web com total segurança

[www.r2assessoria.com.br](http://www.r2assessoria.com.br)



AGÊNCIA PETROBRAS DE NOTÍCIAS

Atividades do Projeto Tamar, que atua na preservação de tartarugas marinhas e é patrocinado pela Petrobras

## Petrobras é eleita marca de confiança

Segundo a 7ª edição da pesquisa Marcas de Confiança, realizada pela revista Seleções, do Reader's Digest, em parceria com o Ibope Solution, a Petrobras é uma das empresas de destaque. Na categoria Responsabilidade Social, a Petrobras foi eleita com 14% dos votos, ao lado da Natura, com 13%. Os assinantes votaram espontaneamente na marca preferida para este quesito, e o resultado aponta as instituições de maior confiança. A pesquisa levou em consideração uma amostra de 1,5 mil questionários e 1,5 milhões de leitores.

[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

## Difusão da cultura

A Estação do Conhecimento José e Guita Mindlin e a Estação do Conhecimento Dráuzio Varella, dois novos espaços culturais, foram implantados pela Fundação Volkswagen, com o patrocínio do Banco Volkswagen, e oferecem aos estudantes e ao público em geral acesso a livros, revistas, jornais, documentários, filmes e músicas. Os dois espaços funcionam na unidade educacional do Centro Paula Souza, em um dos pavilhões reformados do antigo presídio do Carandiru. Nas estações, há os info-educadores, que são bibliotecários treinados para orientar o público em suas pesquisas. Os espaços funcionam de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h.

[www.vw.com.br/fundacaoww/](http://www.vw.com.br/fundacaoww/)

## Embratel fornece acesso à internet

Com transmissão via satélite, a Embratel vai fornecer acesso à internet banda larga sem fio a 12 mil pontos em 4.214 municípios de todo o país. O consórcio, liderado pela empresa que venceu a licitação do programa de inclusão digital do governo federal, contempla prioritariamente comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entre os locais beneficiados estão aldeias indígenas de Roraima, Acre e Amazonas e o arquipélago de São Pedro e São Paulo. Dos 12 mil pontos, aproximadamente dois terços são escolas da rede pública e, um terço, telecentros.

[www.embratel.com.br](http://www.embratel.com.br)



DIVULGAÇÃO

Estação terrena de Guaratiba

## Neutralização das emissões de carbono

A Posigraf, empresa gráfica do Grupo Positivo, lançou a campanha Carbono (CO<sub>2</sub>) Zero, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais e compensar as emissões de CO<sub>2</sub> de seus processos produtivos. A iniciativa aconteceu depois do estabelecimento de uma metodologia de cálculo das emissões de gases feita pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), desde janeiro de 2008, que analisou a compensação dos gases de efeito estufa por meio da conservação e proteção de áreas naturais. A Mata do Uru, área protegida pela empresa, armazena 16 mil toneladas de carbono.

[www.posigraf.com.br](http://www.posigraf.com.br)



HANS GEORG ARGO/FOTO

Revendedoras Avon no Dia do Beijo pela Vida

## Dia do Beijo pela Vida

Parte da campanha Um Beijo pela Vida, do Instituto Avon, o dia especial aconteceu em 27 de setembro e teve como objetivo arrecadar fundos para apoiar projetos que promovem a detecção precoce do câncer de mama. A data marca uma grande mobilização da Avon e seus parceiros, e acontecem eventos no Brasil todo. São caminhadas, corridas, palestras, shows e outras iniciativas criativas, com espírito de união e cooperação. Nesse ano, o evento oficial aconteceu em São Paulo, na Cidade Universitária, na USP. Em quatro anos de existência, a campanha já arrecadou mais de R\$ 14 milhões que foram aplicados em 66 projetos diferentes.

[www.institutoavon.org.br](http://www.institutoavon.org.br)



## Reforma de escolas

Os Institutos Camargo Corrêa e Alpargatas abraçam o desafio de reformar escolas estaduais e municipais da Paraíba. A previsão é que a atividade beneficie aproximadamente 100 mil alunos e que aconteçam melhorias no ensino em sete municípios do Estado. A ação é resultado do Programa Escola Ideal, implementado pelos dois institutos no início do ano, e o mutirão da reforma será executado por funcionários voluntários das fábricas da Alpargatas na Paraíba, pais, alunos, comunidade e poder público. A cada dois meses, sete escolas serão reformadas, desde a parte elétrica e hidráulica até adequações estruturais.

**i** [www.camargocorrea.com.br](http://www.camargocorrea.com.br)  
[www.institutoalpargatas.com.br](http://www.institutoalpargatas.com.br)

## FedEx engajada em programa educativo

Em parceria com a Junior Achievement São Paulo, a FedEx Express ofereceu patrocínio a um grupo de 120 jovens brasileiros pelo programa Nosso Mundo, que visa oferecer oportunidade de integração do mundo empresarial com a sociedade por meio da escola. Com a participação de voluntários da FedEx, o projeto consiste em mostrar às crianças e adolescentes da 5ª a 8ª séries aspectos do comércio global com atividades lúdicas e desenvolver um mini projeto de marketing internacional. Os estudantes também visualizam o papel das trocas internacionais no mercado, assim como as complexidades do comércio exterior.

**i** [fedex.com/br/](http://fedex.com/br/)



Formatura de uma das turmas que receberam o treinamento da FedEx

## ONU e Fundação Odebrecht

Como resultado da parceria entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Fundação Odebrecht, foi criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Governança Participativa. O objetivo é identificar, apoiar e disseminar experiências bem-sucedidas de governança participativa e desenvolvimento comunitário no Brasil e outros países da América Latina. O núcleo está localizado na Serra da Papua, em Ibirapitanga, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi, uma das cinco APAs que compõem o Baixo Sul da Bahia. O local é conhecido pela riqueza de recursos naturais e baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

**i** [www.fundacaoodebrecht.org.br](http://www.fundacaoodebrecht.org.br)



Jose Manoel Sucre, da ONU, Norberto Odebrecht, Rogério Arns, diretor do Núcleo, Juliano Matos, secretário do Meio Ambiente, e Maria das Graças Oliveira, prefeita eleita de Nilo Peçanha, Bahia

## Projeto Uirapuru e IBM

O Projeto Uirapuru, programa da Fundação Heydenreich para inserção de jovens no mercado de trabalho, uniu-se ao World Community Grid (WCG), projeto mundial apoiado pela IBM para utilizar a capacidade ociosa dos computadores em pesquisas científicas que buscam solucionar problemas que afetam a humanidade. O objetivo do WCG é alcançar o título de maior grade computacional pública do mundo, utilizando o tempo livre dos computadores, disponibilizados por voluntários, por meio da instalação de um software gratuito e seguro. O projeto Uirapuru está colaborando com a ação mundial por fazer parte de um programa de inclusão digital.

**i** [www.worldcommunitygrid.org](http://www.worldcommunitygrid.org)



Voluntários do programa Plante uma Árvore

## Gerdau anuncia plantio de mudas

A Gerdau, empresa líder no setor de aços longos na América Latina e maior recicladora do continente, irá plantar 100 mil mudas de árvore até o final de 2008. A iniciativa faz parte do programa Plante uma Árvore, que tem como objetivo conscientizar pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente, especialmente para aspectos como a diminuição do dióxido de carbono na atmosfera e a necessidade de redução do aquecimento global. O projeto conta com a colaboração das 72 filiais da Comercial Gerdau, localizadas em todo o país.

**i** [www.gerdau.com.br](http://www.gerdau.com.br)



Jovens do Projeto Uirapuru durante aula de informática



# Triple Bottom Line: O tripé da sustentabilidade

Ações conjuntas levam organizações e países a alcançarem a sustentabilidade

Fernando Credidio  
fernando.credidio@futurosustentavel.org.br



Há quatorze anos, o sociólogo e consultor britânico John Elkington formulou o conceito *Triple Bottom Line* – o tripé da sustentabilidade – expressão consagrada atualmente e também conhecida como os “Três Ps” (*people, planet and profit*) ou, em português, “PPL” (pessoas, planeta e lucro). Segundo esse conceito, para ser sustentável uma organização ou negócio deve ser financeiramente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável.

Ao instituir o *Triple Bottom Line*, Elkington tentava criar uma linguagem que captasse a complexidade da agenda da sustentabilidade, uma vez que algumas organizações, como o Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável – que representa várias empresas líderes do mundo –, estavam dialogando a respeito de eficiência, em especial, de que forma poderiam lucrar economizando energia, protegendo o meio ambiente e diminuindo a poluição.

Naquele tempo já se preconizava que os negócios trilhassem um caminho sustentável, mas era necessária a discussão a respeito de uma série de outras questões relativas ao aspecto social que, ainda hoje, muitas empresas insistem em ignorar, provavelmente porque a sustentabilidade se impõe, progressivamente, como um desafio maior para elas, na medida em que altera o ambiente de negócios.

Aron Cramer, presidente e CEO do Business for Social Responsibility (BSR), afirma que as empresas estão sendo obrigadas a pensar em prazos mais longos e na relação que mantêm com a sociedade e com o meio ambiente. É verdade! Em um cenário de


profundas alterações ambientais e mudanças climáticas, não se pode mais pensar em negócios dissociados desse contexto. Se quiserem se manter no mercado, as empresas também deverão pensar no bem-estar da sociedade, o que inclui preservar os recursos naturais e usá-los de maneira adequada.

Dessa forma, um dos principais objetivos do tripé da sustentabilidade é informar que o assunto se trata de negócios, porque é o que as empresas têm de fazer e o que o mercado exigirá cada vez mais, daqui para frente. Contudo, não apenas do ponto de vista financeiro, mas, sim, sob o viés econômico, ambiental e social, o tripé da sustentabilidade é um conceito que ajuda a pensar no futuro de uma maneira mais ampla. É preciso, porém, que essa preocupação atinja também as esferas políticas de modo decisivo, porque as empresas dependem de mudanças de atitude nesse âmbito.

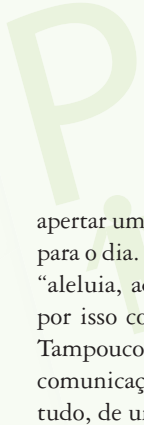
## Nem sempre o caminho é fácil

As instituições que desejarem trilhar o caminho da sustentabilidade se depararão com vários obstáculos. Atualmente, as organizações da sociedade civil, ativistas, formadores de opinião, parte da mídia, alguns dos seus empregados, clientes, consumidores e investidores desejam – e muitas vezes, pressionam – as empresas a abraçarem um desenvolvimento sustentável.

Entretanto, a prioridade que as diretorias das companhias deveriam conferir a essa forma de gestão ainda não está clara, porque não é uma coisa que funcione simplesmente como



Se quiserem se manter no mercado, as empresas também deverão pensar no bem-estar da sociedade, o que inclui preservar os recursos naturais, usá-los de maneira adequada e sem comprometer o bem-estar



apertar um botão e virar sustentável, da noite para o dia. Ou que o mercado financeiro diga “aleluia, aquela é uma grande companhia, por isso compraremos mais de suas ações”. Tampouco pode ser desafio de agências de comunicação e propaganda. Trata-se, sobretudo, de um experimento.


### O papel dos países emergentes

A maior parte dos países que já alcançaram o desenvolvimento não teve de arcar com preocupações ambientais. A pergunta que surge é se é justo que as nações em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, tenham de crescer de forma sustentável. Não é justo, e nunca será, se as nações ricas não as ajudarem.

Existe uma dívida histórica com os países em crescimento e economias emergentes. O mundo industrial conseguiu suas riquezas explorando recursos naturais em todo o mundo. Por isso, neste momento, não se pode simplesmente dizer para os outros países fazerem diferente sem ajudá-los nesse caminho.

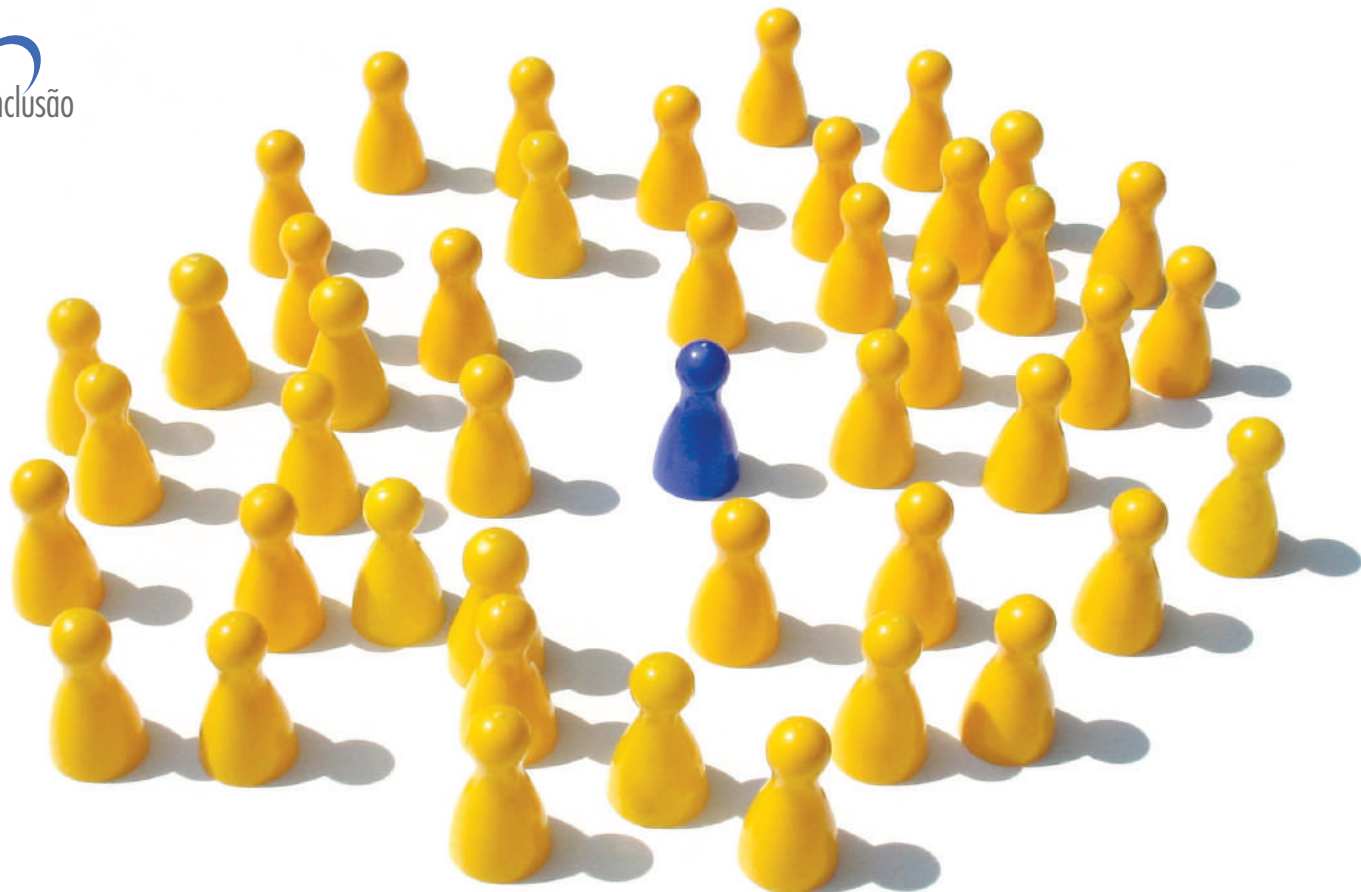
Os países em desenvolvimento, por diversas razões e formas, terão de abraçar, ao menos em parte, a agenda do desenvolvimento sustentável. Sem dúvida, essas nações trarão criatividade ao processo, além de novas maneiras de pensamento a respeito do tema. Isso não quer dizer que eles darão todas as respostas, mais do que o norte e o Oriente têm feito. Mas, com certeza, a pressão será exercida muito intensamente ao sul do globo também.

Certamente a saída não vai ocorrer por meio dos governos e todos os seus problemas com a corrupção. A solução deverá acontecer no mundo empresarial. Existem tecnologias a serem transferidas. Já estamos vendo isso acontecer aos poucos na China, na Índia e até mesmo no Brasil. Os caminhos terão de ser balanceados, não há mais como pender somente para um dos lados.

Ademais, adequar as atividades da empresa ao conceito de desenvolvimento sustentável é uma questão de sobrevivência e de competitividade. Quanto mais a organização se negar a agir de forma sustentável, maiores serão os desperdícios, riscos de multas, reivindicações da comunidade e comprometimento de sua imagem e reputação. Portanto, a empresa moderna deve estar cada vez mais atenta a essas questões, fazendo da sustentabilidade parte integrante do seu negócio. 

**Fernando Credidio.** Pós-graduado em Comunicação Social, com ênfase em Marketing e Propaganda, professor, palestrante, ensaísta e consultor em comunicação organizacional para o Terceiro Setor e Sustentabilidade/ Responsabilidade Social Empresarial.





# De portas abertas para a diversidade

Mesmo com a Lei de Cotas, a inclusão de deficientes intelectuais no mercado de trabalho ainda não é muito difundida no Brasil

Por Juliana de Souza

Quando inquirido sobre o que uma pessoa seria capaz de fazer bem, Sigmund Freud teria respondido com o sintagma *Lieben und Arbeiten*, que significa “Amar e Trabalhar”, em bom português. O fundador da psicanálise pregava que é por intermédio da família que as necessidades relacionadas ao amor são gratificadas, e que o trabalho tem o efeito poderoso de vincular uma pessoa à realidade.

Este posicionamento é bastante real, já que quem não trabalha, não produz, e fica à margem da sociedade. No que diz respeito ao acesso do portador de deficiência ao mercado de trabalho, o Brasil tem melhorado, mas ainda há muito a ser feito.

Criada em 1991 e regulamentada por decreto em 1999, a lei nº 8.213 é um marco divisor no esforço de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A norma

torna obrigatória, para empresas com mais de cem funcionários, a reserva de 2 a 5% das vagas para indivíduos antes marginalizados nos processos de seleção.

Segundo dados do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14,48% da população, ou seja, 34,5 milhões de brasileiros, possui algum tipo de necessidade especial. Desses, 2,8 milhões são deficientes intelectuais, 68% considerados inativos, aposentados precocemente como incapazes para o trabalho.

## Obrigação versus inclusão

O posicionamento de Freud, sobre uma pessoa amar e trabalhar, pode ser interpretado como uma ênfase no trabalho e na família para um funcionamento psicológico sadio. Tanto para aqueles considerados “normais” quanto para os “especiais”, o direito ao trabalho é fundamental e vital ao desenvolvimento humano.

De acordo com especialistas, os empresários ainda têm certa resistência em disponibilizar vagas para pessoas com deficiência intelectual, optando por preencherem as vagas previstas pela Lei de Cotas com pessoas que tenham outros tipos de necessidades especiais.

“Não vejo preconceito, mas percebo a falta de experiência em lidar com a novidade do tema”, opina Neuza Goys, consultora especializada em projetos de diversidade. Segundo ela, a inserção profissional de pessoas com deficiência enfrenta as dificuldades naturais de um processo muito novo no universo empresarial. “Os setores de RH de empresas são compostos por profissionais normalmente formados em faculdades de primeira linha, que não têm a vivência do contexto de exclusão”, afirma a especialista.

Para a consultora em educação inclusiva, Marina da Silveira Rodrigues, ainda existem muitos mitos e estereótipos no mundo empresarial. O fato de não ser bom para a ima-



gem da empresa ter pessoas com deficiência intelectual no quadro de funcionários: indivíduos com esse perfil não se relacionam bem, cometem muitos erros, não são competitivos, atrapalham a produção e os resultados da empresa. Esses são alguns exemplos citados em seu estudo, "Empregabilidade da Pessoa com Síndrome de Down".

Apesar de a legislação garantir a colocação de pessoas com deficiência no trabalho, grande parte das empresas brasileiras não consegue cumprir as exigências da lei e só empregam esses profissionais à existência da mesma. Em caso de descumprimento da norma, a multa varia de R\$ 1.195,13 a R\$ 119.500,00.

"A idéia de inclusão se fundamenta no reconhecimento da diversidade existente na vida em sociedade, o que garantiria a todos os indivíduos oportunidades, independentemente de suas especificidades", justifica o secretário executivo da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), Sérgio Sampaio Bezerra, em artigo publicado pela **Revista Filantropia**.

## Obstáculos para encontrar bons profissionais

O outro lado deste cenário é a dificuldade que as empresas têm para encontrar profissionais qualificados no mercado. A baixa escolaridade das pessoas com deficiência representa, de fato, um entrave para a efetivação da Lei de Cotas. O estudo intitulado "Estratégia Empresarial sobre Empregabilidade e Sociabilidade de Portadores de Deficiências", publicado em 2007 pela AGMKT Estratégia Empresarial, concluiu que só 31% dos deficientes, hoje empregados, têm entre oito a 12 anos de escolaridade. Apenas 10,4% possuem carteira assinada.

Para especialistas, boa parte das vagas não é preenchida em virtude da baixa qualificação aliada ao alto nível de exigência do mercado. É verdade que muitas empresas alegam falta de profissionais qualificados para o não cum-

primento da cota estipulada por lei. Apesar de essa dificuldade ser real, não é unânime. Há bons profissionais no mercado, mas há também uma barreira que, muitas vezes, os distancia do trabalho. Trata-se do Benefício Assistencial de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (Bpc-Loas).


Essa vantagem garante à pessoa com deficiência um salário mínimo mensal. Porém, para ganhá-lo, ela deve ser considerada totalmente inválida para o trabalho. Caso haja inserção no mercado, ela perde automaticamente o benefício e deixa de recebê-lo, mesmo que saia do emprego. Isso faz com que muitos optem por não voltar para o mercado e desistam dos estudos e da qualificação. "As pessoas com deficiência têm certa resistência em encarar o mercado justamente por conta desse benefício. Isso explica também o porquê de muitos ficarem na clandestinidade, trabalhando sem registro", explica Cristiane Queli, do escritório Fialdini Advogados.

## Rede de Serviços

Para suprir a necessidade do cumprimento da Lei de Cotas, a implementação de instituições especializadas em capacitação e seleção de pessoas deficientes foi alavancada nos últimos tempos.

Fundado em 2003, o Instituto Paradigma, organização da sociedade civil para fins públicos (Oscip), promove a inclusão social das pessoas com deficiência, construindo soluções e serviços para ampliar o exercício da cidadania. Com projetos e programas viabilizados por parcerias estratégicas, consultorias e assessorias prestadas para setores públicos, privados e Terceiro Setor, o instituto capacita jovens e adultos para o mercado de trabalho.

Outra organização especializada, a Carpe Diem, adota estratégia de atuação diferente. Lá, é a pessoa deficiente que escolhe com o que deseja trabalhar. A entidade então diagnostica

as habilidades do candidato e faz a mediação com a empresa, passando pelo processo de seleção, contratação, sensibilização da companhia e acompanhamento profissional. Já a Sorri-Brasil, que atua desde 1972 com a inclusão social e profissional de deficientes, procura estabelecer parcerias com o poder público, empresas, universidades e outras organizações. 

## Incentivando a diversidade

O engajamento na priorização da diversidade é marca registrada do Banco Real. A empresa busca acolher e valorizar o ser humano, seja homem ou mulher, negro ou branco, jovem ou velho... deficiente ou não.

Para construir um ambiente diverso, é necessário investir em ações afirmativas. E é nesse contexto que o Real vem trabalhando fortemente. De 2003 para cá, o banco passou de 42 pessoas com deficiência para 1.300, e acredita que ainda estão em processo de aprendizado.

Dentre os funcionários deficientes, o banco emprega hoje quatro pessoas com Síndrome de Down. "A associação Carpe Diem foi quem nos apresentou essa idéia de inclusão em meados de 2004. Desde então, absorvemos esses profissionais, adaptamos a jornada de trabalho e acompanhamos de perto o processo de aprendizagem", explica a superintendente executiva de Desenvolvimento Humano do Banco Real, Maria Cristina Carvalho. "Hoje, temos vários programas de capacitação, grupos de diálogos, adequações de serviços e produtos para funcionários e clientes. Estamos no caminho certo. Trabalhar com a diversidade é sempre um aprendizado", completa Carvalho.

## Links

- [www.bancoreal.com.br](http://www.bancoreal.com.br)
- [www.carpediem.org.br](http://www.carpediem.org.br)
- [www.fialdiniadv.com.br](http://www.fialdiniadv.com.br)
- [www.institutoparadigma.org.br](http://www.institutoparadigma.org.br)
- [www.sorri.com.br](http://www.sorri.com.br)



MARKET  
ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA  
EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE:

- Monitore os impactos dos programas em investimento social;
- Entenda as expectativas dos consumidores, stakeholders e públicos de interesse;
- Identifique os indicadores chave de reputação.

Monitor de Reputação  
Empresarial

Responsabilidade Social  
Corporativa

Media  
Reputation

SponsorTracker

Barômetro Ambiental

Líder Barômetro

CONHEÇA  
NOSSOS PRODUTOS

[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)  
[info@marketanalysis.com.br](mailto:info@marketanalysis.com.br)  
tel: 48 3234 5853



## Paraolimpíadas

A campanha brasileira nos Jogos Paraolímpicos de Pequim foi a melhor da história do país na competição, que ficou em nono lugar na colocação geral. Ao todo, foram 47 medalhas: 16 de ouro, 14 de prata e 17 de bronze. A natação e o atletismo foram os esportes que conseguiram mais medalhas: 19 e 15, respectivamente, sendo que o nadador Daniel Dias ganhou sete individuais e duas com o revezamento. No atletismo, Lucas Prado teve 100% de aproveitamento e subiu ao pódio três vezes para receber o ouro. Esportes menos tradicionais, como a bocha, também trouxeram medalhas, assim como o tênis de mesa, que conquistou uma prata da competição por equipes. Nesta edição das Paraolimpíadas, o Brasil superou sua última atuação, em Atenas, em todos os aspectos, e conquistou 14 medalhas a mais no total.

[www.cpb.org.br](http://www.cpb.org.br)

O nadador Daniel Dias nos Jogos Paraolímpicos de Pequim

## Saúde e qualidade de vida da pessoa com deficiência

Para comemorar o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, celebrado em 21 de setembro, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) realizou a quarta edição do evento "Saúde e qualidade de vida da pessoa com deficiência". Além do ciclo de palestras, sobre assuntos como sexualidade e pesquisas com células-tronco, houve apresentações de dança e musicoterapia e uma feira que contou com a participação de empresas e entidades desportivas para deficientes. No último dia, aconteceu a Ação Social, momento em que os participantes puderam tirar documentos e receber orientação sobre saúde, direitos e deveres.

[www.abbr.org.br](http://www.abbr.org.br)



Presidente da Avape, Sylvia Cury e o vice-presidente institucional da Avape, Carlos Ferrari

## Encontro de pessoas com deficiência visual

Nos dias 17, 18 e 19 de outubro aconteceu o 11º Encontro Nacional de Usuários Dosvox, software baseado no uso intensivo de síntese de voz desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No evento, foi discutido o uso de ferramentas eletrônicas por deficientes visuais e questões de inclusão no mercado de trabalho e reabilitação. O objetivo do programa é facilitar o acesso de deficientes visuais a computadores e, atualmente, já existem mais de 20 mil usuários no Brasil, Portugal e América Latina.

<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>

## Mercado de trabalho

Desde 2001, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) desenvolve o Programa Senai de Ações Inclusivas (PSAI), voltado para pessoas com deficiência. O objetivo é desenvolver cursos para a qualificação profissional e inseri-las no mercado de trabalho. De 2001 a agosto de 2008 passaram mais de 34 mil alunos pelo PSAI, com cursos nas 28 áreas de atuação do Senai. Os cursos são ministrados em todas as unidades, e os interessados podem procurar as que forem mais próximas de sua região.

[www.senai.br/psai](http://www.senai.br/psai)



3ª etapa da Copa São Paulo de Kart

## Copa São Paulo de Kart

Acontece em São Paulo, em cinco etapas, a Copa de Kart Adaptado, iniciativa da Associação Viver com Igualdade, Qualidade e Integridade (Viqui) e da Mingo Racing, em parceria com o Kartódromo Internacional Granja Viana. A ideia é promover a inclusão efetiva e a igualdade entre pessoas com e sem deficiência. O idealizador, Paulo Polido, ficou paraplégico após sofrer um acidente em uma prova de motocross, e foi o primeiro piloto deficiente no Rally Internacional dos Sertões, na categoria Protótipo. A última etapa da Copa de Kart Adaptado acontece em dezembro.

[www.kartadaptado.com.br](http://www.kartadaptado.com.br)



Público reunido para a abertura do encontro

## Encontro de Países Lusófonos

Organizado pela Secretaria do Estado de São Paulo dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aconteceu em Santos o Encontro de Países Lusófonos para Divulgação e Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Na ocasião, representantes de oito países de língua portuguesa se reuniram para a capacitação de agentes nos temas abordados pela Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, assim como para aumentar a cooperação entre esses países e intensificar políticas, programas e ações voltados para a inclusão.

[www.encontrolusofono.com](http://www.encontrolusofono.com)



# COM O APOIO DA APAE, A EFICIÊNCIA SEMPRE GANHA DA DEFICIÊNCIA.

Criada em 1954, a Apae é a maior rede de atenção à pessoa com deficiência intelectual no Brasil e no mundo, defendendo a inclusão digna na educação, no trabalho e na vida social. Também oferece apoio às famílias, por meio de informações sobre como lidar com o parente deficiente. Atualmente com mais de 2 mil unidades em todo o Brasil, a APAE se orgulha de transformar a deficiência em eficiência, contribuindo com a construção de um país mais digno e justo.

[www.apaebrasil.org.br](http://www.apaebrasil.org.br)





# Papel das grandes empresas

Cada vez mais, sociedade conta com ações do Segundo Setor em prol da sustentabilidade

Poucos indicadores revelam de maneira tão forte a mudança radical no âmbito das relações sociedade, Estado e mundo corporativo como a que aponta que, em 2005, dos maiores cem PIBs do planeta, 34 eram grandes empresas multinacionais. Isso mais de três anos atrás, sendo que o processo de fusões e aquisições só aumentou, multiplicando ainda mais o cacifê das corporações diante dos governos e Estados. Até que ponto, então, isso é percebido pelo consumidor, e como isso afeta sua percepção sobre o foco central que as empresas devem ter em cada país?

Pesquisa da Market Analysis nas nove principais capitais do país aponta que o consumidor brasileiro atribuiu um papel às grandes empresas que transcende as suas funções básicas. O gráfico 1 resume a visão sobre a missão corporativa na sociedade atual: 28% dos consumidores afirmam que o papel das grandes empresas é concentrar-se em gerar lucro, pagando os impostos, gerando empregos e cumprindo todas as leis. Em outras palavras, pouco mais do que um em cada quatro adultos entendem que o foco das empresas deve permanecer restrito a suas tarefas convencionais e tradicionais. Milton Friedman, economista neoconservador que inspirou uma parte considerável das elites gerenciais e empresariais da América Latina nos anos 70, 80 e 90, é defensor de um papel social mínimo ou nulo para as grandes empresas e parece ter ficado em minoria.

Como se posiciona a grande maioria restante dos consumidores? Deles, 36%

afirmam que o papel das empresas é fazer tudo isso (funções básicas de lucrar, obediência fiscal e legal e abertura de postos de trabalho) de forma a estabelecer padrões mais elevados, indo além do que é determinado por lei, ajudando ativamente a construir uma sociedade melhor. Ao mesmo tempo, outros 27% afirmam que o papel das empresas é o de ter um padrão de comportamento entre estes dois diferentes pontos de vista.

Pode-se concluir que a visão de corporação comprometida não apenas com sua perenidade, mas com a sustentabilidade da comunidade e ambiente onde ela se insere, recolhe quase duas vezes e meia mais apoio do que a atribuição de responsabilidades tradicionais, limitadas ao âmbito estritamente operacional e financeiro.



## Continuidades e mudanças

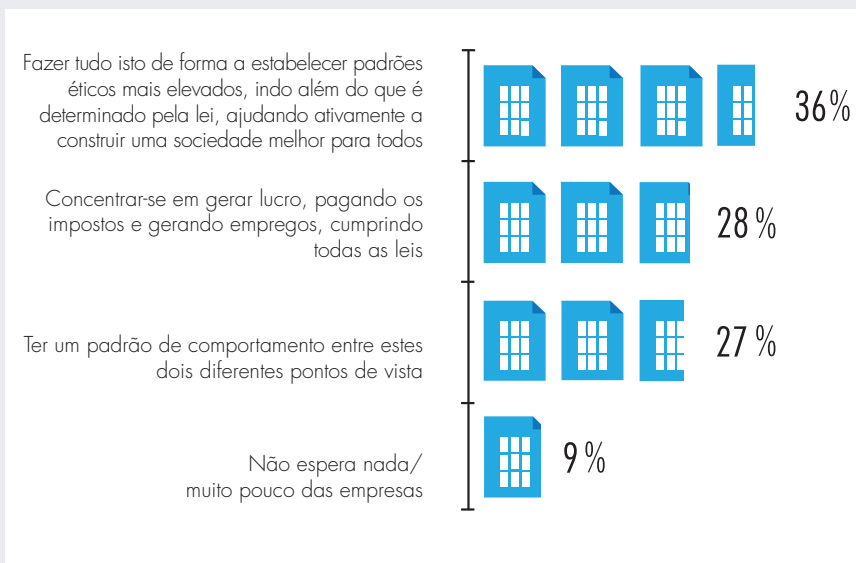
Analisando a evolução das atribuições corporativas pelo grande público ao longo da última década, emerge um panorama de aparente instabilidade (Gráfico 2). Em um momento, o consumidor brasileiro exige mais foco no lucro; em outro, mais responsabilidade social e comprometimento ético; logo depois, volta a mudar de idéia e dá prioridade para o lucro, boa conduta fiscal e geração de empregos. Estamos diante de um consumidor indeciso ou caprichoso?

A evolução das percepções do grande público não indica uma inconsistência de opiniões, mas, sim, uma reação rápida e intensa ao que ocorre na vida pública do país (a agenda nacional) e à maneira como as grandes empresas de fato se comportam e são retratadas pela mídia. Anos de desemprego em crescimento ou de escândalos de corrupção envolvendo empresas estimulam a cobrança para que as corporações sejam exemplos de funcionamento convencional, incluídas em comportamentos éticos fiscais e legais e dando uma contribuição econômica clara mediante a expansão da oferta de trabalho. Anos caracterizados por denúncias sobre irresponsabilidade ambiental, insegurança em produtos ou alinhamento de empresas com interesses que não sejam os da comunidade onde ela se insere potencializam as demandas por um maior engajamento socioambiental do universo corporativo.

A mensagem para as empresas é que os consumidores não deixam passar despercebidas as notícias e atuações ou omissões das empresas na vida pública e privada. E que o que ontem era uma situação segura e confortável, amanhã pode mudar para um cenário de desafios e pressões.

## Gráfico 1 – Papel das grandes corporações

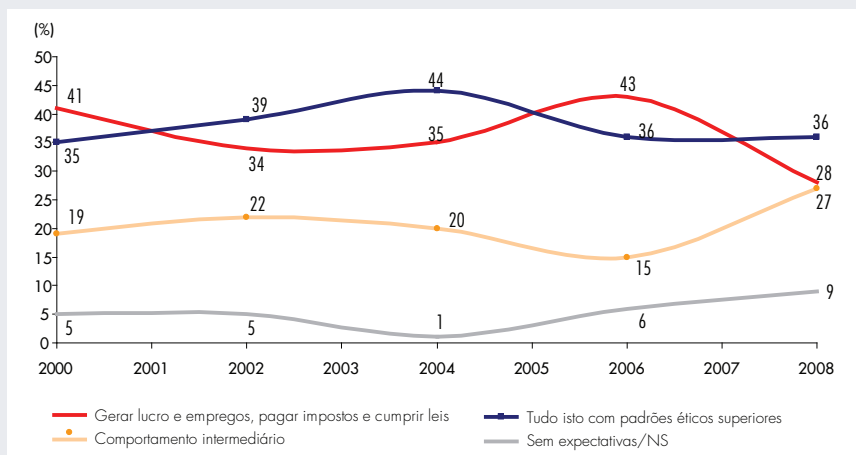
As pessoas têm diferentes opiniões quanto ao papel que as grandes empresas devem ter na sociedade. Do seu ponto de vista, as grandes empresas deveriam...?



Fonte: Market Analysis Brasil, 2008

## Gráfico 2 – Papel das grandes corporações – Evolução 2000-2008

As pessoas têm diferentes opiniões quanto ao papel que as grandes empresas devem ter na sociedade. Do seu ponto de vista, as grandes empresas deveriam...?



Fonte: Market Analysis Brasil, 2008

### Ficha técnica

Entrevistas pessoais por amostragem probabilística realizadas com 805 adultos (18 a 69 anos) nas nove principais capitais do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Brasília e Goiânia. Dezembro, 2007. Margem de erro:  $\pm 3,45\%$ .

### Market Analysis

www.marketanalysis.com.br  
info@marketanalysis.com.br  
(48) 3234-5853

## Serviço Humanitário de Transporte de Medicamentos

A Fundação Rúbem Berta, a partir de uma parceria com a Variglog, reativou o Serviço Humanitário de Transporte de Medicamentos. Por meio dele, é possível acessar medicamentos advindos da Europa e dos Estados Unidos sem custo de transporte e com total controle da operação feito pela fundação. Ela será responsável pela intermediação entre pacientes e distribuidores, desde a encomenda até a entrega, além de realizar o contato com a Vigilância Sanitária e a Receita Federal. O paciente paga estritamente o custo do remédio.

**i** (11) 5090-8001

## Assistência jurídica gratuita

Mantido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), o projeto de assistência jurídica gratuita à população carente funciona em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP) e completou três meses com 600 atendimentos. O objetivo é facilitar o acesso ao sistema jurídico. As orientações são dadas por estagiários de direito e profissionais de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h, no prédio escola do CIEE. O endereço é rua Geneva, 65/67, no centro antigo de São Paulo.

**i** www.ciee.org.br

## Indicadores dos objetivos do milênio

O Observatório de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis), de Curitiba, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), vai disponibilizar os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na internet. O portal, inaugurado em novembro, traz informações sobre todos os municípios brasileiros, com os detalhes do alcance dos ODM no país. A iniciativa estimula a mobilização social e a concretização de ações voltadas ao desenvolvimento. Em 2000, 189 países concordaram em alcançar metas nas áreas de renda, educação, saúde, gênero e meio ambiente até 2015.

**i** <http://orbis.org.br/>

## Seleção de projetos

A BrazilFoundation abriu inscrições para a seleção de projetos relacionados à educação, saúde, direitos humanos, cidadania e cultura. Serão destinados até R\$ 30 mil para cada projeto e, além disso, os selecionados receberão monitoramento e apoio técnico em gestão e em comunicação. Os projetos podem ser enviados até dia 5 de dezembro para análise, e os escolhidos serão divulgados em abril de 2009. Mais informações no edital, disponível no site para download.

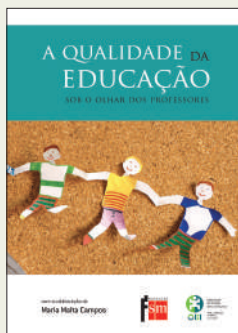
**i** www.brazilfoundation.org

## Radar

### Quadro da educação brasileira

A publicação *A qualidade da educação sob o olhar dos professores* (88 págs., gratuito), foi apresentada no Seminário de Educação para a Cidadania, promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e mostra o resultado da pesquisa feita com 8.773 docentes de 19 estados brasileiros. No estudo, estão presentes diversos dados sobre educação, como as influências sofridas pelas crianças e jovens, a qualidade da educação e a gestão escolar. A pesquisa está disponível para download no site do Grupo SM.

**i** www.edicoessm.com.br



### Inovação Tecnológica

Publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o livro *Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil* (607 págs., gratuito) faz parte das comemorações dos 44 anos do instituto. A obra traz a avaliação de instituições, programas e políticas de incentivo à implantação da tecnologia no Brasil. Os resultados indicam que as ações governamentais, em geral, contribuem positivamente para este desenvolvimento, porém, é necessário aumentar a integração das instituições governamentais que fazem parte do Sistema Nacional de Inovação. É possível fazer o download da publicação pelo site do Ipea, ou fazer a requisição de exemplares enviando e-mail para kátia.sousa@ipea.gov.br ou williams@ipea.gov.br.

**i** www.ipea.gov.br



### Cooperação entre países em desenvolvimento

O Programa África-Brasil de Cooperação em Desenvolvimento Social, com o objetivo de facilitar a implementação de políticas sociais, tornou seu site bilingüe, com o conteúdo em inglês e português. O programa, resultado de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional e o Centro Internacional da Pobreza, é inspirado em um projeto-piloto de cooperação entre Brasil e Gana assinado em 2007. O site é uma ferramenta que visa promover uma crescente modalidade de cooperação técnica internacional e disseminar o conhecimento sobre a cooperação entre o Brasil e os países africanos.

**i** www.undp-povertycentre.org/africa-brasil



## Censo Escolar 2008

Os dados do Censo Escolar 2008 estão disponíveis para consulta no Diário Oficial da União. Colocados no ar em 29 de outubro, os resultados da portaria nº 1.308, do Ministério da Educação, trazem números referentes à quantidade de alunos matriculados em creche, pré-escola, ensino fundamental, médio, regular, educação especial e de jovens e adultos. O censo é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação.

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

## Ação contra a exploração sexual

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou a campanha "Rompa o Silêncio", ação de mobilização para colher assinaturas de pessoas que desejam contribuir com os esforços de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. O objetivo é incentivar a população a apoiar medidas de combate à essa prática e denunciar casos de violação. As pessoas interessadas podem incluir o nome no abaixo-assinado on-line, pelo site do Unicef.

[www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)

## Capacitação profissional

A Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape), em parceria com a Alcatel Lucent, organização privada que visa promover soluções globais por meio da comunicação, irá beneficiar mulheres com deficiência e em vulnerabilidade social. O projeto prevê a capacitação profissional para as áreas de tecnologia da informação e *contact center* para 450 mulheres em um período de três anos. A empresa destinará US\$ 210 mil para a iniciativa por meio de um programa internacional da Resource Foundation, que seleciona projetos de organizações latino-americanas que beneficiem o público feminino.

[www.avape.org.br](http://www.avape.org.br)

## RadioTube – Rede de Cidadania

Mistura de Orkut e YouTube, a iniciativa RadioTube – Rede de Cidadania entrou no ar recentemente. A novidade une internet e rádio, e permite a troca de produções de áudio e texto. O projeto, desenvolvido pela ONG Criar Brasil, conta com o patrocínio da Petrobras e surgiu da pesquisa realizada pela organização, que constatou que 98% das rádios comunitárias, educativas e comerciais de pequeno porte em diferentes estados estavam dispostas a veicular produções de outras emissoras. O canal pretende ser uma ferramenta de troca de conteúdo e visa a integração de comunicadores e participantes de projetos sociais.

[www.radiotube.org.br](http://www.radiotube.org.br)

## Responsabilidade Social das Empresas

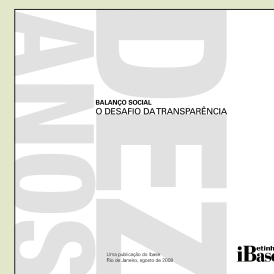
Com o objetivo de discutir a responsabilidade socioambiental nas universidades do Brasil, o Instituto Ethos, em parceria com a Editora Peirópolis, lançou o 6º volume da obra *Responsabilidade Social das Empresas – A contribuição das universidades* (289 págs., R\$ 32). Na publicação, estão os trabalhos finalistas da sétima edição do Prêmio Ethos-Valor, em que alunos de graduação e pós-graduação apresentam estudos sobre sustentabilidade. O livro reflete o diálogo entre o meio acadêmico e o meio corporativo, e também aprofunda a reflexão sobre o conceito de responsabilidade social.



[www.editorapeiropolis.com.br](http://www.editorapeiropolis.com.br)  
[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

## Balanco Social

O livro *Balanco Social, Dez Anos: O Desafio da Transparência* (96 págs., gratuito), lançado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), traz o estudo de 1.288 balanços sociais de 345 empresas, entre 1997 e 2005. O objetivo é avaliar uma década de publicação de balanços para captar tendências e práticas. A publicação mostra informações sobre o cenário social no país, como, por exemplo, o fato de que os investimentos ambientais caíram de R\$ 28 milhões/ano por empresa, em 2003, para R\$ 20 milhões/ano em 2005. Outros dados mostram que se mantêm estáveis os percentuais de mulheres e negros empregados pelas empresas, e que dobrou o percentual de terceirizados.



[www.ibase.br](http://www.ibase.br)

## Portal de acessibilidade

Entrou no ar o site da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, primeiro portal totalmente acessível da área governamental do Brasil. O portal possui aprovação dos certificadores nacionais e internacionais W3C – WAI-AAA, HTML 1.0, CSS2.0, Examinator e Acessibilidade Legal, e possui recursos como aumento de fonte, diferentes contrastes na tela e vídeos legendados. Após o lançamento do site, a secretaria assinou, junto com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), um decreto que implanta o Desenho Universal nas Moradias de Interesse Social, para criar habitações acessíveis a todos.

[www.pessoa.comdeficiencia.sp.gov.br](http://www.pessoa.comdeficiencia.sp.gov.br)



# Agenda

## Novembro

25 a 27/11

### Feira e Congresso de Sustentabilidade

Realização: Eco Business Show 2008  
Local: Centro de Exposições Imigrantes  
Rodovia dos Imigrantes, km 1,5  
São Paulo/SP  
www.ecobusinessshow.com  
bartira@somaagencia.com.br  
(11) 3375-9700

26/11

### Energia Eólica

Realização: Canal Executivo  
Local: Auditório do Canal Executivo  
Rua Adolfo Tabacow, 144, Itaim Bibi  
São Paulo/SP  
www.canalexecutivo.com  
keli.nogueira@canalexecutivo.com  
(11) 3079-8807

28/11

### 3º Curso de atualidades em legislação filantrópica

Realização: Econômica Desenvolvimento Empresarial  
Local: The Time Convention  
Rua Hans Oersted, 115  
São Paulo/SP  
www.economica.com.br  
comercial@economica.com.br  
(11) 5102-4656

28/11

### Campo Social em Debate

Realização: Instituto Fonte e Neats/PUC-SP  
Local: PUC São Paulo, sala 333  
Rua Monte Alegre, 984  
São Paulo/SP  
www.institutofonte.org.br  
fonte@fonte.org.br  
(11) 3032-1108

## Dezembro

1º a 4/12

### O presente e o futuro das licitações e contratações públicas

Realização: Fórum Nacional dos Membros de Comissões de Licitação, Pregoeiros e Equipes de Apoio  
Local: Mercure Grand Hotel Internacional Foz  
Rua Almirante Barroso, 2006, Centro  
Foz do Iguaçu/PR  
www.licitando.com.br  
inscricao@licitando.com.br  
(11) 2626-0101

2 a 5/12

### 3º Congresso Brasileiro de Educação Especial

Realização: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos  
Local: UFSCar  
Rodovia Washington Luiz, km 235  
São Carlos/SP  
www.cbee3.ufscar.br  
cbee@ufscar.br  
(16) 3351-8119

3/12

### Terceirização sem fraudar a CLT

Realização: Canal Executivo  
Local: Auditório do Canal Executivo  
Rua Adolfo Tabacow, 144, Itaim Bibi  
São Paulo/SP  
www.canalexecutivo.com  
keli.nogueira@canalexecutivo.com  
(11) 3079-9891

8/12

### Aspectos legais sobre a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas pessoas jurídicas de direito público/privado

Realização: Diálogo Social Eventos  
Local: Instituto ADVB de Responsabilidade Social  
Rua Treze de Maio, 1413  
São Paulo/SP  
www.dialogosocial.com.br  
dialogosocial@dialogosocial.com.br  
(11) 2281-9643 / 7864-1745

9/12

### Leis trabalhistas – suas armadilhas e aplicação prática no dia-a-dia

Realização: Diálogo Social Eventos  
Local: Auditório Seteco  
Rua Loefgreen, 1387  
São Paulo/SP  
www.dialogosocial.com.br  
dialogosocial@dialogosocial.com.br  
(11) 2281-9643 / 7864-1745

10/12

### Ferramentas de gestão para organizações do Terceiro Setor

Realização: Federação de Obras Sociais (FOS)  
Local: CRMP Unimed Paulista  
Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 300, Vila Mariana  
São Paulo/SP  
www.fos.org.br  
social@fos.org.br  
(11) 5549-5255

10/12

### Evolução da companhia na implementação da governança corporativa

Realização: Canal Executivo  
Local: Auditório do Canal Executivo  
Rua Adolfo Tabacow, 144, Itaim Bibi  
São Paulo/SP  
www.canalexecutivo.com  
keli.nogueira@canalexecutivo.com  
(11) 3079-9891

12/12

### Mudanças contábeis, normas internacionais e elaboração do DCF para as organizações do Terceiro Setor

Realização: Diálogo Social Eventos  
Local: Auditório Fipe  
Alameda Casa Branca, 35, 4º andar  
São Paulo/SP  
www.dialogosocial.com.br  
dialogosocial@dialogosocial.com.br  
(11) 2281-9643 / 7864-1745

16/12

### Elaboração de projetos sociais: planejamento e execução

Realização: Diálogo Social Eventos  
Local: Instituto ADVB de Responsabilidade Social  
Rua Treze de Maio, 1413  
São Paulo/SP  
www.dialogosocial.com.br  
dialogosocial@dialogosocial.com.br  
(11) 2281-9643 / 7864-1745

## Resultado da última enquete no site da Revista Filantropia

Quantos eventos sua organização realiza anualmente?

Nenhum	6
1 a 4	14
4 a 8	11
8 a 12	8
mais de 12	9
Total	42

## Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial com Fernando Credidio

Palestras | Cursos | Consultoria | Alfabetização ecológica | Elaboração de projetos | Assessoria em comunicação voltada à sustentabilidade

- ▶ Marketing social, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade: conceitos e papéis;
- ▶ Construindo negócios sustentáveis: o papel da responsabilidade social e da sustentabilidade na estratégia corporativa, no posicionamento da marca, na construção da reputação e da imagem institucional;
- ▶ Os desafios de comunicar as ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental;
- ▶ A nova economia: Protocolo de Quioto, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Mercado de Carbono;
  - ▶ A busca pelo consumo consciente;
  - ▶ Contribuições pessoais para a sustentabilidade: como cuidar do seu meio ambiente;
  - ▶ Sobrevivência ao aquecimento global: 101 maneiras de salvar o planeta.

Saiba mais sobre Fernando Credidio, acessando os blogs **Cidadania.corp** (<http://rsemprarial.spaces.live.com>) e **Futuro Sustentável** (<http://futurosustentavel.spaces.live.com>)

**PALESTRAS  
E CURSOS  
IN COMPANY**

\*Outros temas  
sob consulta.



# À beira do trampolim

Diferentes atitudes que definem os rumos que a vida pode tomar



Por Felipe Mello  
felipe@cantocidadao.org.br



Quantas vezes damos nossos passos e, ao final de um punhado deles, chegamos à beira de um trampolim? Tal constatação nos coloca em um interessante estado reflexivo: pular ou não pular?

A dúvida é a ante-sala da decisão, que, por sua vez, é a força motriz das conquistas. O momento que se estabelece ao final do trampolim está visceralmente ligado aos nossos sonhos. Afinal, conquistas são sonhos presenteados com prazo final e ação empreendedora.

Toda e qualquer hesitação frente ao horizonte exposto é respeitável. Estar diante do vazio material, mar aberto, excita em nós instintos ancestrais, parte deles puxando para o freio cauteloso da inércia, outra parte para a propulsão impetuosa do movimento. Se pularmos do trampolim, podemos cair, mas também podemos voar. O que distingue o vôo da queda? A crença no valor da obra.

O conceito de obra é vasto, ventre que acolhe diversos filhos. Nesta tese, todavia, entendamos obra como o resultado de nossas ações, partindo das pequenas e chegando às

grandes. Vale a pergunta intrigante: quais são as mais importantes? As pequenas ou as grandes ações? A qualidade do que fazemos está intimamente ligada ao interesse que temos por nossa obra. Se nos interessamos de verdade, buscamos fazer melhor, ampliando conhecimento e executando com mais capricho e potência. A vontade é essencial, e o seu alimento é a busca pela sinceridade naquilo que fazemos. Triste é o caminho daquele que aposta mais na velocidade alta do que na direção correta. O animal humano entristece progressivamente, ao passo em que se percebe em alta velocidade, mas se distanciando cada vez mais daquilo que deseja para sua vida profissional, pessoal ou social, que afinal de contas, é uma só.

Immanuel Kant, considerado o pensador mais importante e influente da era moderna, tem uma contribuição relevante neste momento de nossa argumentação. Ele defende o conceito de “esclarecimento” como sendo a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade, segundo Kant, é a incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a causa da mesma não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem de servir-se dele sem a direção de outrem. Ter a coragem de nos servirmos do nosso próprio entendimento! Eis o lema do “esclarecimento”.

*Está inspirado, escreva uma poesia.*

*Está cansado, descanse um pouco.*

*Está sorrindo, faça alguém sorrir também.*

*Está sozinho, ligue uma música ou telefone para alguém.*

*Está com saudades, tome a iniciativa e rompa o silêncio.*

*Está pensando diferente, defenda seus argumentos.*

*Está em dúvida, pergunte.*

*Está vivo, voe.*

Ao chegarmos à ponta do próximo trampolim, consideremos as possibilidades que o salto pode nos proporcionar, ou seja, vôo ou queda. Cada vez acredito mais que ambas as alternativas promovem melhor desenvolvimento humano do que o eterno esperar. Para quem finca o pé e opta por observar o vento da vida levar os outros, e não ele próprio, resta o consolo proposto por Fernando Pessoa: “às vésperas de não partir nunca, ao menos não é preciso fazer as malas”.

Prefiro aquela contagiante música que nos convida de forma animada (ou seja, com alma vibrante) a abrir nossas asas, soltar nossas feras, cair na gandaia e entrar nesta festa. Qual festa? Aquela que podemos criar todos os dias, mesmo nos mais desafiadores, que acabam se tornando um pouco menos trágicos quando nos lembramos que viver não é preciso, mas criar é preciso.

Em frente aos trampolins que a vida nos apresenta, a decisão e a coragem são asas que criamos. Quando sustentadas pela estrutura da preparação individual (cognitiva e emocional) e cuidado na relação com os outros, projetam o candidato à posição de ser alado. E este alça vôo! Menotti Del Picchia, artista brasileiro, nos convida a voar e a cantar em um dos seus poemas, sob o argumento de que, “quem sabe as canções adormecem as feras que esperam devorar os pássaros? Voa e canta, enquanto existirem as asas!” ☺

**Felipe Mello.** Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.





**i** Praia de Botafogo, 206-parte  
Botafogo – Rio de Janeiro/RJ  
cataratainfantil@bol.com.br  
(21) 2551-1960

## Instituto Catarata Infantil

A instituição foi fundada em 2004 por um grupo de especialistas que visam à prevenção da cegueira por catarata infantil em crianças de zero a três anos de idade, permitindo o desenvolvimento visual adequado. A organização oferece a cirurgia precoce para catarata infantil gratuitamente às famílias de baixa renda, que não têm plano de saúde. Anualmente são realizadas aproximadamente 20 cirurgias, 70 consultas e 30 sedações com as doações recebidas.

### Necessidades:

Alimentos, um computador, produtos de higiene e compra de lentes infra-oculares e sedações.

### Doações:

Banco Real  
Agência: 0254  
Conta-corrente: 1711017-8  
CNPJ: 07.080.843/0001-94

## Casa de Maria de Nazaré

A instituição, fundada em 1988, atende mensalmente, em suas quatro unidades, 450 crianças e adolescentes, 202 jovens, 292 famílias, 20 adolescentes grávidas e seus respectivos bebês e 80 crianças e adolescentes em regime de abrigo provisório. Os atendidos são acompanhados por psicólogos e assistentes sociais devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram.

### Necessidades:

Veículo, alimentos não-perecíveis, materiais de higiene pessoal e limpeza, materiais pedagógicos e de escritório.

### Doações:

Banco Real  
Agência: 0083  
Conta-corrente: 7700960-3  
CNPJ: 58.391.681/0001-46



**i** Rua Antônio Álvares Lobo, 53  
Centro – Campinas/SP  
www.casademariadenazare.org.br  
casamz@feac.org.br  
(19) 3233-6644 / 3236-3084



**i** Avenida 19, 1312  
Consolação – Rio Claro/SP  
casacrianças@linkway.com.br  
(19) 3524-2978

## Casa das Crianças

O objetivo da instituição, fundada em 1952, é atender crianças e seus familiares que vivem em situação de vulnerabilidade. A casa acolhe 140 pequenos no período inverso ao da escola, procurando oferecer atividades de suporte para seu desenvolvimento. A missão da casa é ampliar a cidadania e conscientizar as crianças de sua capacidade e valores, para que vivam com dignidade e autonomia.

### Necessidades:

Computadores e materiais de construção.

### Doações:

Nossa Caixa  
Agência: 0007-8 Rio Claro  
Conta-corrente: 04.001511-1  
CNPJ: 56.399.041/0001-57

# Organizações que você pode ajudar



**i** Rua Capote Valente, 1322  
Pinheiros – São Paulo/SP  
www.ligasolidaria.org.br  
liga@ligasolidaria.org.br  
(11) 3873-2911 / 3862-0679

## Liga Solidária

Criada há 85 anos como Liga das Senhoras Católicas, a instituição procura, por meio da educação, construir o caminho para a expressão da cidadania. Atua com programas voltados para crianças, jovens e adultos em situação de risco social. O projeto educacional é voltado para a construção gradual do conhecimento e preparo para o trabalho, em sintonia com os parâmetros curriculares nacionais.

### Necessidade:

Agasalhos, brinquedos, tênis, móveis de escritório, computadores e impressoras.

### Doações:

Banco Itaú  
Agência: 0619  
Conta-corrente: 25025-1  
CNPJ: 60.597.044/0001-72

Após efetuar o depósito, favor enviar um fax para (11) 3862-0679, com o comprovante do depósito e um número de telefone para contato.

## Centro Social Brooklin Paulista

Fundado em 1990, a organização trabalha pela assistência e promoção da criança e do adolescente por meio de projetos que assegurem o acesso aos direitos à vida, saúde, moradia, lazer, profissionalização, proteção ao trabalho, cultura, convivência familiar e comunitária. Atualmente, a instituição atende 710 crianças, adolescentes e jovens.

### Necessidades:

Alimentos não-perecíveis, jogos educativos, brinquedos, computador, produtos de higiene pessoal e artigos esportivos.

### Doações:

Unibanco  
Agência: 1138  
Conta-corrente: 134001-4  
CNPJ: 61.863.825/0001-24



**i** Rua Viaza, 50  
Jardim Aeroporto – São Paulo/SP  
www.csbp.org.br  
marketing@centrosocialdobrooklin.org.br  
(11) 5535-6836 / 5531-4042



**i** Rua Jardim Botânico, 660  
Jardim Botânico – Rio de Janeiro/RJ  
www.abbr.org.br  
ouvidoria@abbr.org.br  
(21) 3528-6363

## Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR)

Criada em 1954 com o objetivo de desenvolver e implantar a reabilitação no Brasil, a ABBR já formou centenas de profissionais e, atualmente, possui cinco unidades com diferentes tipos de tratamento: fisioterapia e terapia ocupacional, infanto-juvenil, fonoaudiologia, psicologia, musicoterapia, serviço social, medicina esportiva e um centro de estudos. A instituição procura reabilitar portadores de deficiência física até a conquista de sua independência e retorno ao convívio social.

### Necessidades:

Equipamentos de fisioterapia e cadeiras de rodas

### Doações:

Banco Bradesco  
Agência: 1444-3  
Conta-corrente: 21517-1  
CNPJ: 33.564.881/0001-22



**Almofada flor**

Material: enchimento de fibra e tecido textolên.  
R\$ 20

**Travesseiro cachorro**

Material: enchimento de fibra e tecido textolên.  
R\$ 12 – pequeno  
R\$ 16 – médio  
R\$ 20 – grande



Associação dos Deficientes Físicos e Visuais de Mogi Guaçu (Adefivi)  
adefivimogi@ig.com.br  
(19)3891-5184 / 3891-7647



**Colar da vida**

Tamanho único  
Material: contas peroladas de três tamanhos em resina sintética pura, banhadas com esmalte especial antialérgico. Cristal central de acrílico transparente, miçangas transparentes e corrente em aço inox com eletro polimento.  
R\$ 10

Se Toque  
Instituto de Desenvolvimento Social  
www.setoque.org.br  
(11) 3791-0140

**Associação dos Deficientes Físicos e Visuais de Mogi Guaçu (Adefivi)**

Fundada em 1987, a entidade presta assistência a portadores de necessidades especiais. Seu objetivo é a inserção social e a capacitação dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. Todo o valor da venda dos brinquedos da oficina é revertido em prol dos atendidos pelo projeto.

Mogi Guaçu/SP  
CNPJ: 57.511.065/0001-19

**Se Toque – Instituto de Desenvolvimento Social**

O Se Toque é uma organização não-governamental sem fins lucrativos criada em 2005 com o objetivo de desenvolver programas educacionais voltados para a prevenção do câncer de mama. O colar da vida é um símbolo idealizado pelo instituto para alertar as mulheres em relação ao cuidado com a saúde. Representando os estágios de um nódulo e suas chances de cura, o colar estimula a prevenção por meio do auto-exame mensal e da necessidade da realização periódica da mamografia.

São Paulo/SP  
CNPJ: 07.675.108/0001-23





## Audisa. Compromisso com você e com o Terceiro Setor.

Formada por uma equipe de profissionais renomados, a Audisa é uma empresa de auditoria que está sempre ao lado de seus clientes, comprometendo-se diariamente com o desenvolvimento do Terceiro Setor. Além disso, a Audisa se preocupa com o futuro e procura promover ações e campanhas de conscientização ambiental para que possamos viver em um mundo melhor. Aqui o Terceiro Setor vem em primeiro lugar.

Serviços:

Consultoria em Gestão de Pessoas  
Auditoria Externa do Terceiro Setor

**Novos serviços:**

Auditoria de Gratuidade  
Auditoria de Condomínios

**Nova Filial - Porto Alegre-RS**  
Rua Visconde do Herval, 1309 - Sala 204  
Menino Deus - 90130-151  
Fone/Fax: 51 3062.8922  
portoalegre@audisaauditores.com.br

Matriz - São Paulo-SP  
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B  
Perdizes - 01155-040  
Fone: 11 3825.9671  
saopaulo@audisaauditores.com.br

Filial - Recife-PE  
Av. Conselheiro Aguiar, 2333 - Sala 104  
Boa Viagem - 51020-020  
Fone/Fax: 81 3463.1862  
recife@audisaauditores.com.br



**AUDISA**  
AUDITORES ASSOCIADOS



**Cada vez mais a  
profissionalização  
dos gestores de  
projetos sociais fará  
diferença para a  
transformação social.**



DPZ

## **FAÇA PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS: GESTÃO E PERSPECTIVAS NO SENAC E PREPARE-SE PARA ESSE DESAFIO.**

O Centro Universitário Senac oferece a pós-graduação *lato sensu* em Projetos Sociais: Gestão e Perspectivas como você não encontra em lugar nenhum. Com foco na prática, vivência profissional e empreendedorismo, o curso é perfeito para profissionais que atuam com projetos sociais e querem fazer muito mais pela sociedade. Um curso reconhecido pelo MEC e pelo mercado que também ajuda a reconhecer você.

**Pós-graduação no Senac.  
A gente faz diferente hoje para você  
fazer diferença amanhã.**

**CENTRO  
UNIVERSITÁRIO  
SENAC**

Reconhecido pelo MEC  
como o 2º melhor  
no Estado de São Paulo  
e o 9º no país.

Centro Universitário Senac. São 31 títulos em Graduação,  
55 títulos em Pós-graduação e 165 títulos em Extensão Universitária.  
Cursos presenciais na capital e no interior do estado de São Paulo e cursos a distância.

**INSCRIÇÕES ABERTAS. [www.sp.senac.br](http://www.sp.senac.br) • 0800 883 2000**

**senac**  
são paulo